



América Socialista

Revista teórica marxista - Nº 4 Maio 2014 - Corrente Marxista Internacional



Redução das tarifas!
Lutar pelo socialismo!

ESQUERDA
MARXISTA

UMA VIRADA NA SITUAÇÃO POLITICA E A CONSTRUÇÃO DA ESQUERDA MARXISTA

Página 04



A Revolução Portuguesa de 1974-75
Página 14



O imperialismo e a Revolução Nicaraguense
Página 28



México: autodefesa, burguesia e narcotráfico
Página: 80

Apresentação

No momento em que realizamos o 30º Congresso da Esquerda Marxista (EM), seção brasileira da Corrente Marxista Internacional (CMI), é com renovado entusiasmo que estamos lançando o número 4 da edição em português da Revista América Socialista. Essa nova edição mantém o objetivo de contribuir para o debate teórico e político diante de uma situação internacional que, em todos os continentes, mostra o acirramento da luta de classes como consequência da crise do sistema capitalista. Cresce no cenário, em ritmo desigual e combinado, um elemento que modifica as variáveis de todas as equações políticas: a mobilização das massas.

No Brasil, as jornadas de junho de 2013, com milhões de jovens e trabalhadores nas ruas, deram expressão à revolta contra a repressão e a incapacidade do Estado burguês para resolver, mesmo que minimamente, questões básicas que determinam as condições de vida, como o transporte, a saúde e a educação. Diante dos governos municipais, estaduais e, igualmente, diante do governo federal encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), as massas deram uma demonstração de força e disposição para lutar. A Esquerda Marxista – que em seu jornal Luta de Classes havia explicado que “um novo tempo se avizinha” – participou ativamente das manifestações, propondo a formação de uma frente única de massas, com um programa de transição, lançando a palavra de ordem: Público e gratuito para todos: Transporte, saúde e educação! Fora ministros capitalistas! E hoje realiza uma campanha no seio da juventude, para a formação de comitês

de luta em torno destas bandeiras, agregando: Abaixo a Repressão!

O texto que abre essa edição – Uma virada na Situação Política e a Construção da Esquerda Marxista – é parte do informe ao 30º Congresso da Esquerda Marxista. Ele contém uma extensa análise da situação de instabilidade econômica, social e política no plano internacional, incluindo uma ampla apreciação dos aspectos econômicos da crise capitalista mundial. Diante do fato, observado hoje em muitos países, de que as mobilizações de massa têm ocorrido “por fora” das organizações tradicionais – partidos e sindicatos – na prática ignorando as direções e o aparato dessas organizações, o informe discute a relação entre esse fato e o avançado grau de degeneração política dos aparatos reformistas das organizações de massa. Naturalmente, o texto traduz essa mesma análise para a situação no plano nacional, com o novo período aberto pelas jornadas de junho, apresentando em profundidade o ponto de vista marxista sobre a relação entre a luta por reformas e a luta pela revolução. Concentra-se, então, nas questões táticas de vital importância para a construção de um partido revolucionário de massas no Brasil, sem o qual a emancipação da classe trabalhadora não pode concretizar-se.

O extenso artigo de Ted Grant, escrito em maio de 1975, no calor dos acontecimentos, analisa em detalhe as diferentes fases da Revolução dos Cravos em Portugal (1974-75), desde a derrubada da ditadura, desencadeada a partir de uma revolta de jovens oficiais das forças armadas, e a progressiva radicalização do processo com a

reação das massas diante de cada tentativa contrarrevolucionária da burguesia. Um aspecto característico da Revolução Portuguesa foi o grau de radicalização dentro do exército, entre jovens oficiais e suboficiais, mas também e de forma muito importante entre os soldados que formaram suas próprias organizações e marcharam armados ao lado dos trabalhadores. O artigo também descreve a política criminosa do Partido Comunista e do Partido Socialista, que ao longo de todo o processo agiram para frear o impulso revolucionário das massas, e para sufocá-lo dentro dos limites da legalidade burguesa. O fator decisivo que permitiu esse desfecho foi precisamente a ausência de uma direção revolucionária.

A Revolução Sandinista na Nicarágua também é repleta de lições importantes, em particular para a Revolução Bolivariana em marcha na Venezuela. O artigo de Carlos Ricardo Márquez descreve o marco histórico e os precedentes da Revolução Sandinista, que deita suas raízes na luta heroica de Sandino nos anos 20 e 30 do século passado. A chegada ao poder dos sandinistas em julho de 1979, como resultado de uma insurreição popular que foi em grande medida espontânea, colocou sobre a mesa a questão de qual estratégia seguir. A direção da Frente Sandinista – com o aval e a consultoria dos estalinistas de Moscou – escolheu a “estratégia” de manter uma economia “mista” (ou seja, manter o capitalismo) e uma “democracia multipartidária” (ou seja, uma democracia burguesa). Isso se revelou uma ilusão, porque a burguesia e o imperialismo não iriam aceitar a revolução em seu quintal. Com-

binando as ações terroristas dos *contras* – armada e financiada por Washington – com a aberta sabotagem da economia e a contínua propaganda da mídia burguesa, a oligarquia nicaraguense usou todos os meios para sufocar a revolução. Ao não completar a revolução, expropriando os capitalistas e estabelecendo uma autêntica democracia operária revolucionária onde só os diferentes partidos operários fossem admitidos, a direção sandinista assentou as bases para a sua própria derrota, que se estendeu por muitos anos.

No artigo sobre o resultado das eleições presidenciais no Chile, José Pereira analisa a vitória de Michelle Bachelet (Partido Socialista) em coalizão com o Partido Comunista (PCCh) e a Democracia Cristã. Essa participação do PCCh em uma coalizão baseada na colaboração de classes, sem um programa que aponte um caminho para a solução real dos problemas que revoltam os estudantes e os trabalhadores, será uma fonte de contradições na medida em que as mobilizações massivas voltem a exigir medidas

concretas e não apenas um palavreado sem conteúdo real.

O profundo impacto da crise capitalista na Espanha também está gerando uma séria crise do regime político, na qual todas as estruturas do Estado burguês são abaladas e tornam-se desacreditadas. Um aspecto dessa crise é o acirramento da questão nacional. Os camaradas da CMI na Espanha analisam de um ponto de vista marxista a situação aberta com a decisão de uma série de forças nacionalistas e de esquerda de convocar um referendo sobre a autodeterminação da Catalunha.

Finalmente, Ubaldo Oropeza, do Conselho Nacional de Morena (organização mexicana dirigida por Lopez Obrador), explica os motivos do surgimento das auto-defesas armadas e a disseminação das polícias comunitárias no México, como uma reação das comunidades, especialmente nos povoados rurais e nas áreas indígenas, mas também nas cidades, contra a ação violenta e repressiva do narcotráfico e das forças do Estado burguês, muitas vezes agindo em íntima articulação, uma articulação que também se

manifesta no apoio dos poderosos chefões do tráfico aos partidos políticos da oligarquia mexicana. O autor mostra que é de importância crucial a ligação política entre o movimento de autodefesa e a organização e mobilização da classe trabalhadora nas grandes cidades.

Ao contrário das revoluções burguesas do passado que, para arregimentar as massas e chegar ao poder, disfarçavam seus interesses particulares como interesses universais, a revolução socialista só pode realizar-se com base na consciência do processo histórico real, e não pode realizar-se sem traduzir essa consciência em força organizada das massas. Por essa razão, convidamos os nossos leitores a fazer desta revista um instrumento de construção dessa força organizada, o que podem fazer chamando seus amigos, seus colegas de estudo ou de trabalho, para formar grupos de discussão sobre os nossos artigos, que podem evoluir para grupos permanentes em volta dessa revista. Colocamo-nos à disposição para apoiar qualquer iniciativa nesse sentido. Desfrutem a América Socialista.

Revista América Socialista

Edição em português, Nº 04

Livraria e Editora Marxista

Rua Tabatinguera, 318

Praça da Sé - São Paulo/SP

CEP: 01020-000

Telefone: (11) 3104-0111

www.livrariamarxista.com.br

contato@marxismo.org.br

Tiragem: 850 exemplares

Edição: Ruy Penna

Revisão e tradução: Evelyn Mora Gonzalez, Fabiano Adalberto de Almeida Leite, Serge Goulart, Vana Goulart e Wanderci Bueno

Diagramação e projeto gráfico: Fábio Ramirez



***Sem teoria revolucionária
não há prática revolucionária***

Sumário

UMA VIRADA NA SITUAÇÃO POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DA ESQUERDA MARXISTA

Informe Político ao 30º Congresso da CM

4

A REVOLUÇÃO EM PORTUGAL: A DERRUBADA DA DITADURA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES

Ted Grant

20

NICARÁGUA SANDINISTA: LIÇÕES DA REVOLUÇÃO QUE NÃO SE COMPLETOU

Carlos Ricardo Márquez

40

A DIREITA COLAPSA E BACHELET VENCE SEM CONVENCER: QUAL ESQUERDA PARA O CHILE?

José Perzira

64

ESTADO ESPANHOL: O PROBLEMA NACIONAL NA CATALUNHA. UMA ANÁLISE MARXISTA

Corrente Luta de Classes - CMI Espanha

70

AS POLÍCIAS COMUNITÁRIAS NO MÉXICO E A BANCARROTA DO ESTADO CAPITALISTA

Úbaldo Oropeza

80



UMA VIRADA NA SITUAÇÃO POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DA EM

**Trechos do Informe ao
30º Congresso da Esquerda Marxista**

Em 17 de junho de 2013, mais de 100 mil tomavam as ruas do centro do Rio de Janeiro em manifestação que se estendia da Av. Rio Branco até a Cinelândia (Foto: internet)

O mundo em ebulição

A situação política mundial encontra-se em um momento singular. A crise do capitalismo prossegue e se aprofunda, jogando a conta nas costas da classe trabalhadora. As massas, de um país a outro, mostram sua força para resistir e lutar por um futuro. Exemplos recentes foram as grandiosas mobilizações no Brasil, na Turquia e no Egito durante o mês de junho. No Egito, em um único dia, 17 milhões foram às ruas para derrubar o governo de Mohamed Morsi, a maior mobilização de massas já vista em toda a história.

O impasse do capitalismo encontra sua expressão em saltos súbitos na consciência das massas. Mudanças repentinas e agudas estão implícitas na situação e devemos estar preparados para elas. Em todos os lugares há uma raiva latente sob a superfície, que se expressa em explosões de massa na Tunísia, Egito, Espanha, Grécia, Turquia, Bulgária, Romênia, Brasil e mais além. Rússia, China e Arábia Saudita estão confrontando desenvolvimentos semelhantes.

O capitalismo perde cada vez mais a capacidade de iludir os trabalhadores, o “sonho americano” acabou. Com a crise a desigualdade tem aumentado, os ricos ficam mais ricos, com a indispensável ajuda do Estado, e os pobres ficam mais pobres.

Em nenhuma parte do mundo é possível garantir que exista estabilidade para os governos do capital. Mesmo onde existia aparente estabilidade tudo se transformou em seu contrário de uma hora para outra, como no Brasil e Turquia. Na Europa, o capitalismo não pode

apresentar uma saída para a crise sem um longo e profundo ataque à classe trabalhadora. Nos EUA vimos mobilizações de massas como há muito tempo não víamos. Até mesmo no Canadá a luta reacende a partir da juventude.

O que estamos vendo é o início da revolução mundial. Os acontecimentos em um país produzem um grande impacto na consciência em outros países. Os modernos meios de comunicação permitem que os acontecimentos sejam replicados com velocidade impressionante. A Revolução está pulando barreiras de um país a outro como se as velhas fronteiras não tivessem nenhum significado.

Estas mobilizações mostram a força do proletariado. Um dos parágrafos centrais do Programa de Transição escrito por Leon Trotsky é mais que nunca atual:

“Os falatórios de toda espécie, segundo os quais as condições históricas não estariam ‘maduras’ para o socialismo, são apenas produto da ignorância ou de um engano consciente. As premissas objetivas da revolução proletária não estão somente maduras: elas começam a apodrecer. Sem a vitória da revolução socialista no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser conduzida a uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, ou seja, antes de qualquer coisa, de sua vanguarda revolucionária”.

A crise continua

A cada indicador levemente positivo a burguesia tenta enxergar uma luz no fim do túnel da crise. Mas a verdade é que essa é uma crise profunda e de longa duração.

Os EUA seguem com um baixo e lento crescimento, a Europa ficou 6 trimestres consecutivos em recessão e teve uma leve alta de 0,3% no 2º trimestre de 2013, a China segue desacelerando, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês, que foi de 11,9% em 2007, fechou 2012 em 7,8% e em 7,5% no segundo trimestre de 2013, é impossível para a China manter o alto crescimento com os principais consumidores (EUA, Europa, Japão) afogados na crise. Isso também afeta os países que exportam para a China, Brasil entre eles. A economia, o sistema, é global. A crise também é.

Os governos de diversos países salvaram com dinheiro público empresas e bancos “grandes demais para quebrar” na crise que explodiu em 2008, com isso elevaram enormemente as dívidas públicas. Na Grécia a dívida supera 160% do PIB do país, na Itália ultrapassa 130% do PIB. A conta está sendo paga com as medidas de austeridade. Cortes nos direitos e conquistas dos trabalhadores, privatizações, aumentos dos impostos, demissão de funcionários públicos e precarização dos serviços públicos.

Em outros termos – a saída utilizada pelo capital no início do século (2.000) com o aumento desenfreado do crédito – pessoal e para empresas – com o objetivo de manter e aumentar o nível de consumo chegou a um limite (2.008), levando a uma crise de superprodução generalizada que só pode ser superada com a destruição de setores inteiros da economia. Para tal, cumprem o seu papel, hoje, as medidas de ataques aos direitos do proletariado e das massas em geral e também as guerras localizadas.

O desemprego na Europa chega a níveis alarmantes. Na Espanha, a taxa de desemprego em maio atingiu 26,9%, na Grécia 27,6%, em Portugal 17,6%, na Itália 12,2%. Os jovens são os mais afetados. Na Grécia, em maio, 64,9% dos jovens estavam desempregados.

Desemprego e diminuição de gastos públicos provocam queda na demanda, o que, por sua vez, provoca o aprofundamento da crise. Não há saída em curto prazo sob o capitalismo. O que podemos esperar são anos de austeridade, anos de destruição das forças produtivas, anos de ataques à classe trabalhadora.

O dado de que tecnicamente a União Europeia saiu da recessão com o crescimento de 0,3% do PIB no segundo trimestre precisa ser olhado mais a fundo. Em comparação com o mesmo período de 2012 não houve crescimento, mas queda de 0,2%. Além disso, o “crescimento” foi puxado pelas principais economias (Alemanha, França e Reino Unido), enquanto isso, Itália, Espanha e Holanda, quarta, quinta e sexta maiores potências, continuam em recessão, com índices de -0,1% e -0,2% do PIB. Este é um crescimento muito frágil depois de uma longa e profunda queda.

O PIB dos EUA cresceu 2,8% em 2012, nos dois primeiros trimestres de 2013 o crescimento ficou abaixo dos 2%, 1,1% no primeiro e 1,7% no segundo. O baixo crescimento nesse ano tem a influência da entrada em vigor do ajuste fiscal que impôs cortes nos gastos públicos e aumento dos impostos. Prova de que até a economia norte-americana tem seus limites. Analisamos na resolução de nossa última Conferência o papel jogado pela indústria militar na recuperação da

economia dos EUA:

“Segundo o mesmo Relatório do FED citado acima, nesta retomada do capital nos EUA, o elemento mais importante foi a elevada expansão dos seus ramos ligados à indústria de armamentos, que sob a rubrica de ‘Defesa e Equipamento Aeroespacial’ faz girar o maior complexo industrial-militar do mundo. Tanto a General Motors, quanto a General Electric, a Boeing, e outras grandes empresas dedicam a maior parte da sua atividade para produção de ‘equipamentos de defesa’.”

E também os limites dessa via: *“Entretanto, há uma diferença fundamental com o pós-guerra. Em 1945, os EUA eram o maior credor mundial e detinham 80% de todo o ouro da Terra. Com este tesouro financiaram com dinheiro público o complexo industrial militar; expandiram sua posição pelo mundo econômica e militarmente. Hoje, os EUA é o país mais endividado do planeta e é obrigado a promover cortes no Orçamento da Defesa. Assim, se pode prever que*

a retomada, por esta via, tem pernas curtas.”

O resultado é que no quarto trimestre de 2012 houve queda de 21,6% em despesas militares e de 11,5% no primeiro trimestre desse ano. A tendência de queda deve continuar, com o conseqüente impacto negativo no crescimento da economia do país.

A agonia do capitalismo no interior do seu império mais poderoso ficou escancarada com a falência da cidade de Detroit anunciada em julho. Detroit é o berço da GM, Ford e Chrysler, a Capital do Automóvel. Hoje, o que domina na cidade é o abandono e a decadência.

Tem o maior índice de criminalidade do país, 40% dos moradores estão abaixo da linha de pobreza, mendigos tomam as ruas, apenas um terço das ambulâncias públicas funcionam, metade dos sinais de trânsito parou de funcionar há muito tempo. São os sinais da decadência capitalista no seu coração.

Entretanto, não devemos descartar que novas guerras, como a que ameaça a Síria neste momen-



Manifestantes saem às ruas após repressão da polícia (Foto: Internet)

to, possam alavancar este setor momentaneamente.

Vivemos a maior crise do capitalismo desde a década de 1930. Crise que na ocasião só foi “resolvida” com a II Guerra Mundial (1939-45) e a destruição imensa de força produtivas. Hoje, novamente, o capitalismo em crise tem a necessidade de destruir forças produtivas, mas não tem ainda as condições políticas necessárias para entrar em uma nova guerra mundial e não necessariamente vai conseguir criá-las. Por outro lado as imensas forças produtivas que foram criadas voltam-se contra a própria humanidade – os efeitos dos desastres de usinas nucleares como a Fukushima ainda não podem ser medidos totalmente, a utilização de “urânio empobrecido” nas guerras regionais, o craqueamento químico do Xisto Betuminoso e a possibilidade de envenenamento da água, o envenenamento das abelhas (dois terços dos enxames de abelhas, responsáveis por boa parte da polinização e plantação dos EUA, morreram), tudo isso mostra que o capital não consegue controlar suas próprias criações.

Resistência e consciência

Ao redor do mundo as massas entram em cena demonstrando a disposição em lutar e resistir. Vão às ruas apesar da repressão, da criminalização e da traição dos dirigentes.

Na Grécia, milhares de greves por categoria e mais de 30 greves gerais foram realizadas desde 2008, mas greves gerais com tempo determinado, de 1 ou 2 dias, que serviram mais para aliviar a pressão sobre os dirigentes e cansar os trabalhadores e não para de fato encerrar o governo. Os dirigentes sindicais se recusam a chamar

uma greve geral por tempo indeterminado, apesar das seguidas demonstrações de disposição de luta da classe trabalhadora e da juventude grega.

Uma pesquisa realizada em dezembro de 2012 na Grécia revela que 63% das pessoas querem uma mudança fundamental na sociedade, enquanto 23% querem uma revolução. De fato, 86% olham para a revolução como o caminho a ser seguido.

No restante da Europa as mobilizações seguem, greve geral em Portugal e a volta às mobilizações da canção “Grândola Vila Morena”, hino e senha para o início da Revolução dos Cravos. Greves gerais e de categorias na Espanha, revolta da juventude na Suécia, mobilizações na França, Reino Unido e Alemanha.

Mas as direções sindicais são absolutamente conservadoras e presas à conciliação de classes. Isso cria um impasse e o cansaço, mas nada está resolvido. As massas na Europa não estão derrotadas, querem resistir e essa política conciliatória não pode apresentar nenhuma saída real.

Como explica a Resolução Política adotada pela CMI, em julho de 2013: “Os partidos de esquerda tradicionais são colocados à prova com maior rapidez na atual situação e podem desmoralizar-se rapidamente como foi o caso do PASOK, na Grécia, e do PSOE, na Espanha.

A classe busca construir uma saída e faz parte disso o crescimento da Frente de Esquerda, na França, e do Syriza, na Grécia. Mas, mesmo o Syriza, partido que teve um crescimento vertiginoso a partir de um discurso contra a austeridade, ao caminhar rapidamente para a direita, buscando moderar o discurso frente à possibilidade cada vez mais real

de chegar ao poder, tem perdido base de apoio, especialmente na juventude.

Há uma contradição entre o nível de consciência do movimento e as tarefas colocadas pela história. Isso só pode ser resolvido pela experiência das massas.

A consciência sempre tende a ficar na retaguarda dos acontecimentos. Mas a consciência pode recuperar o terreno perdido em um instante. Este é o significado real de uma revolução. A essência de uma revolução é a mudança rápida no estado de espírito das massas. Explosões podem ocorrer subitamente, sem aviso, quando menos se espera. Foi este o significado dos acontecimentos na Turquia e no Brasil.

Com o aprofundamento da crise, o humor das massas está mudando. Em todos os lugares, há uma reação contra as políticas de austeridade. Isto é percebido por um setor da burguesia. Há limites claros para o que as pessoas podem tolerar. Estes limites estão sendo alcançados.

No período do boom, apesar do excesso de trabalho e do aumento da exploração, muitos trabalhadores podiam encontrar uma saída através de soluções individuais, como horas extras. Agora essa avenida está fechada. Somente através da luta será possível defender as condições existentes, muito menos garantir melhores. Agora, a psicologia dos trabalhadores está mudando fundamentalmente. Há um clima de raiva e amargura.

Durante um período, todas as velhas ilusões reformistas serão purgadas da consciência da classe trabalhadora, que se endurecerá na luta. Mais cedo ou mais tarde, isto deve ter um impacto dentro das organizações de massa dos trabalhadores.

As organizações de massa es-

tão atrasadas, na retaguarda dos acontecimentos. Nos anos 1930 (e também nos anos 1970), tendências centristas de massa emergiram rapidamente nos partidos dos trabalhadores. Não estamos ainda nesta etapa. Pelo contrário, o sentimento de fúria que existe entre as massas dificilmente encontra reflexo nas organizações de massa.

As organizações reformistas

É um paradoxo que as próprias organizações que foram criadas pela classe trabalhadora para mudar a sociedade tenham se transformado em monstruosas barreiras no caminho da classe trabalhadora. Décadas de boom capitalista realizaram o processo de degeneração de todas estas organizações ao extremo, tanto nos partidos políticos (Socialdemocracia e os antigos Partidos “Comunistas”) quanto nos sindicatos.

A dialética da história tomou vingança cruel sobre os reformistas e estalinistas. Precisamente no momento em que o sistema capitalista está entrando em colapso, os líderes reformistas abraçam o “mercado” de forma ainda mais apertada que antes. Estão destinados a naufragar com ele. Esta é uma receita pronta e acabada para crises em todas estas organizações no futuro.

Na França, o apoio eleitoral de Hollande entrou em colapso em somente poucos meses atingindo os níveis mais baixos desde 1958. Na Grécia, o PASOK foi quase exterminado. Na Itália, o velho partido comunista (o PCI) foi liquidado e o PRC está se desintegrando rapidamente, punido pelos trabalhadores por sua traição na coalizão de governo de Prodi. Na Espanha, o PSOE nada ganha a despeito da impopularidade do governo do PP.

Na Grã-Bretanha, os líderes

trabalhistas estão aterrorizados com a perspectiva de chegar ao poder. Eles não lutam por uma maioria. Não fazem promessas de reforma etc., porque temem que isto encoraje os trabalhadores e sindicatos a fazer mais exigências. Quando fazem seus discursos, dirigem seus comentários não para os trabalhadores, mas para os patrões e banqueiros, esperando sua aprovação. Passaram das reformas às contrarreformas.

Em muitos países tem havido um colapso da esquerda. Os reformistas de esquerda são empiristas incorrigíveis, assim como a ala direita. São apenas duas espécies diferentes de empirismo. Agarram-se às receitas velhas do Keynesianismo. Nenhum deles fala de socialismo.

Os ex-estalinistas foram punidos pela história por seus passados crimes. Mudaram-se bruscamente para a direita, em particular depois do colapso da URSS, e agora não são sequer a sombra de seus antigos modelos. Estão profundamente céticos sobre socialismo e não têm nenhuma fé na classe trabalhadora.

Os velhos estalinistas eram pelo menos uma caricatura do artigo genuíno. Agora, são apenas uma pálida imitação do reformismo. Consequentemente, no momento em que o capitalismo se encontra em profunda crise, quando as ideias do comunismo devem obter uma grande audiência, eles se mostram impotentes para alcançar as camadas mais radicais dos trabalhadores e da juventude. Em alguns países, eles desapareceram completamente.

Trotsky disse que a traição é inerente ao reformismo. Não estamos falando aqui necessariamente de uma traição consciente, mas do fato de que se o capitalismo é aceito, também se devem aceitar

as leis do capitalismo. Sob estas condições, um estado de espírito muito crítico se desenvolverá rapidamente. Em certo ponto veremos uma fermentação de discussões nas fileiras e a cristalização de uma ala esquerda.

Os reformistas estão ansiosos por um regresso à “normalidade”, mas isto é um sonho utópico. Gerenciar o capitalismo em sua época de decadência é gerenciar uma redução geral dos padrões de vida. Estes líderes refletem o passado, não o presente ou o futuro. Não há qualquer apoio inquestionável entre os trabalhadores para os líderes socialistas e ex-comunistas. Pelo contrário, há uma atitude crítica e mesmo aberto ceticismo em relação a eles.

Isto não significa como imaginam as seitas, que estes partidos simplesmente desaparecerão. Os reformistas têm profundas raízes na classe e podem se recuperar até mesmo do que parece ser uma situação impossível. Quando as massas procuram uma alternativa, elas não olham para as seitas, mas irão testar e repetir o teste os bem conhecidos partidos tradicionais e líderes, antes de finalmente descartá-los e buscarem um novo ponto de referência político.

Os trabalhadores irão testar os partidos e um líder após outro em uma tentativa desesperada de encontrar uma saída da crise. Descartarão um após outro. O pêndulo oscila para a esquerda e para a direita. Em contraste aos anos 1930 e 1970, a esquerda da socialdemocracia é fraca. Mas como a crise se intensifica, haverá uma diferenciação dentro das organizações de massa.

A rápida ascensão do SYRIZA na Grécia e o avanço de Mélenchon e da Frente de Esquerda na França são indicadores de processos que se repetirão em até mes-

mo maior escala no próximo período.” (Resolução: Egito, Brasil, Turquia, terremotos da Revolução Mundial, CMI, julho de 2013)

Egito, Brasil e Turquia

Em junho, pouco antes das grandes mobilizações que sacudiram o Brasil, a Turquia também foi tomada por uma explosão das massas nas ruas, também com predomínio da juventude. Semelhante ao Brasil, tudo parecia muito estável, mas sob a superfície estavam os mesmos descontentamentos com as condições de vida, a desigualdade e a falta de perspectivas imposta pelo capitalismo. No Brasil, o aumento da tarifa do transporte e a repressão, foram a gota d'água que fez o copo transbordar. Na Turquia foi a construção de um shopping na área do Parque Gezi e a brutal repressão do governo islamista de Erdogan contra as poucas dezenas de manifestantes que buscavam impedir o corte das árvores do parque.

Situações aparentemente estáveis que giram bruscamente e pegam de surpresa os governos e analistas burgueses são a confirmação da tese do materialismo dialético da transformação da quantidade em qualidade e do desenvolvimento por saltos. A água aparentemente é igual a 20 graus, a 60 graus e 90 graus, mas uma análise mais próxima mostrará que a temperatura é distinta em cada caso, que as moléculas movem-se mais rapidamente com o aumento da temperatura. O mesmo ocorre na sociedade naquilo que Trotsky chamaria de “processo molecular da revolução”, onde o acúmulo das pequenas pressões e opressões cotidianas sofridas por milhões de trabalhadores dão um salto de qualidade por motivos aparentemente

banais e transformam-se em uma explosão de revolta das massas.

O mesmo ocorreu no início da Revolução Árabe quando, no final de 2010, um jovem tunisiano ateou fogo ao próprio corpo em uma situação de desespero e com isso incendiou a luta dos povos em toda a região, provocando a queda de ditadores na Tunísia e Egito.

Mas a simples revolta espontânea das massas, sem o suficiente nível de consciência e organização, não pode se transformar em conquista do poder.

Um caso claro é o Egito. Após

por entre os dedos, e o exército pode se antecipar e retirar Morsi antes que houvesse a queda de todo o edifício.

O exército egípcio e a Irmandade Muçulmana tentam cada um a seu modo, aterrorizar as forças da revolução e, se for necessário para acabar com o processo revolucionário, jogar o país em uma guerra civil de contornos religiosos, como na Síria e Líbia.

Na Síria, o que começou como uma sadia revolta popular na onda da revolução árabe, em 2011, foi levada pelos bandos islâmicos, o



Manifestantes cercam organizadores do leilão do Campo de Libral (Foto: Julio Cesar/UOL)

derrubar Mubarak, em 2011, na ausência de uma alternativa proletária e revolucionária, Mohamed Morsi, da Irmandade Muçulmana, foi eleito presidente. E, esse partido reacionário que busca dividir o povo em linhas religiosas para manter a dominação do capital, não resolveu nenhuma das demandas e prosseguiu com a exploração, massacres e assassinato de trabalhadores.

Em 30 de junho de 2013, 17 milhões saíram às ruas e derrubaram Morsi. As massas tinham o poder nas mãos, mas mais uma vez, pela falta de organização e uma direção revolucionária o poder escorregou

imperialismo e o governo de Assad para uma guerra civil que já produziu mais de 100 mil mortos. E agora o imperialismo, após ter armado os bandos islâmicos, se prepara para uma intervenção militar direta, o que se concretizada jogará a Síria num horror ainda maior do que o vivido hoje.

O Brasil no furacão

A Resolução de Construção da Conferência de 31/03/2013 concentrava as análises políticas da EM e afirmava:

1. “A situação política analisada por nossa Conferência coloca

a perspectiva de um acirramento da luta de classes no próximo período no Brasil diante da crise econômica que se aprofunda e dos ataques que a burguesia necessita desferir sobre a classe trabalhadora e sua luta. *Um novo cenário se avizinha e devemos estar preparados para enfrentá-lo, o que traz maior responsabilidade da direção e do conjunto dos militantes com a construção da organização revolucionária, o fortalecimento e formação dos atuais militantes com a integração de novos militantes”.*

Ninguém pode afirmar que a EM se enganou. Nossas análises estão confirmadas plenamente pelos acontecimentos de junho.

Após as gigantescas manifestações escrevemos em 28/06/2013: *“Uma nova situação política se abriu no Brasil...”*

O mal estar da civilização, a falta de perspectivas, a angústia de viver no inferno capitalista que só organiza catástrofes, veio à tona e não vai desaparecer de cena com discursos demagógicos dos governantes. O ódio contra um sistema que nada mais oferece às massas que sofrimento sem fim se expressa na revolta da juventude e na simpatia popular. Os 20 centavos foram apenas a gota d’água. É o capitalismo que não tem saída”.

Ele concluía: *“As reivindicações mais sentidas ainda não foram atendidas, e nada pode ser resolvido com a crise se acentuando e a continuidade da política pró-capitalista do governo. Mais desonerações, mais dinheiro público para empresários, mais privatizações e desmanche dos serviços públicos é uma receita perfeita para a próxima explosão, que vai atingir o PT em cheio”.* (<http://www.marxismo.org.br/?q=content/uma-nova-situacao-no-brasil-o-carater-das-manifestacoes-forcas-sociais-em-cena-e-os-rumos-do>)

A resposta do governo e do DN PT às manifestações de junho só fazem reforçar esta perspectiva. Buscando retomar a iniciativa política, Dilma lança a proposta de um Plebiscito e de Constituinte exclusiva para fazer uma reforma política. Ao mesmo tempo em que propõe um pacto de austeridade e união nacional a todos os governadores, portanto união nacional programática com todos os partidos.

Após constatar que *“As mobilizações, ao mesmo tempo em que revelam o exaurimento das instituições e certo esgotamento do avanço das reformas dentro da velha ordem...”*, segundo a Resolução de 29/07/2013, a DN do PT acredita que a solução é:

- *“A reforma política, com a proibição e criminalização do financiamento empresarial privado para campanhas eleitorais e partidos políticos...”*

- *... a democratização dos meios de comunicação, com a regulamentação do princípio constitucional que veda a existência de monopólios midiáticos e a expansão de instrumentos para o exercício plural da liberdade de imprensa e expressão.*

- *... o fortalecimento da EBC e da Telebrás, a revisão dos critérios de veiculação que privilegiam os grandes grupos de mídia,*

- *... a aprovação do marco civil da internet e a regulamentação democrática das rádios comunitárias...*

- *O PT apoia o PLIP – Projeto de Lei de Iniciativa Popular de Lei da Comunicação Social Eletrônica...*

- *... reforma tributária progressiva, que reduza impostos cobrados dos setores assalariados de menor renda e sobre o consumo e a produção, elevando a carga fiscal sobre os mais ricos e as grandes fortunas e grandes lucros”.*

É evidente que se trata de maquiagem ou de receitar aspirina para um paciente com câncer em metástase. Além de reafirmar redução de impostos sobre a “produção”, ou seja, mais desonerações ou subsídios para os industriais.

De qualquer modo a resposta às jornadas de junho, aos legítimos anseios da população não tem nada a ver com estas respostas, Reforma Política, Constituinte exclusiva e outras manobras. A única resposta séria aos anseios populares é o governo parar de pagar a Dívida, atender as reivindicações, enfim entrar no caminho da ruptura com o capital.

Como os marxistas colocam a questão das reformas e de que reformas trata a direção do PT

A pressão do aparelho do PT e do governo no sentido de desviar, canalizar o movimento de massas surgido em junho para a defesa e a salvação das instituições é bastante evidente. O aparelho tenta salvar-se e salvar a ordem capitalista. As massas exigem coisas muito práticas e diretas e o governo e a direção do PT responde com manobras políticas diversionistas.

Mas, não há como negar que esta pressão tem confundido a questão e que a política reformista contrarrevolucionária tem embaralhado o que é a luta por “reformas sociais” com a política de “reforma do Estado burguês”.

Nada mais distante que a luta por reformas sociais, conquistas do proletariado, do que a luta por reformar o estado burguês. Quando os revolucionários lutam por reformas estão lutando pela revolução e não para melhorar o Estado ou o capitalismo. É a diferença entre a luta revolucionária por reformas que a burguesia é incapaz de reali-



Junho de 2013: Manifestantes tomam as mediações do Congresso Nacional (Foto: Página Zero)

zar e a política revisionista de dar face humana ao capitalismo. Uma pressupõe a luta de classes e de massas ligada à luta pelo socialismo. A outra é a luta para pressionar a burguesia e aparar aspectos odiosos de sua estrutura que podem provocar a revolução.

Uma coisa é lutar por impor a jornada de 40 horas como lei. Outra é propor a luta para “reformular o judiciário” um dos pilares do Estado Burguês. Uma coisa é propor terminar com os Tribunais eleitorais, instâncias de controle e perseguição contra os trabalhadores e seus candidatos. A luta por reformas é sempre concreta e tem que ser absolutamente clara. Ela não pode ter o sentido de produzir ilusões no Estado burguês ou na sociedade capitalista. Isto é criminoso do ponto de vista político revolucionário.

Em seu grande livro “Reforma ou Revolução” Rosa Luxemburgo explicou suficientemente que “É possível que a socialdemocracia se oponha às reformas? Podemos

contrapor a revolução social, a transformação da ordem imperante, nosso objetivo final, à reforma social? De modo algum. A luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação dos operários no marco da ordem social imperante e por instituições democráticas oferece à socialdemocracia o único meio de participar na luta da classe operária e empenhar-se no sentido do seu objetivo final: a conquista do poder político e da supressão do trabalho assalariado. Entre a reforma social e a revolução existe, para a socialdemocracia, um vínculo indissolúvel. A luta por reformas é o meio; a revolução social, o fim.”

E mais a frente esclarece ainda mais: “Com efeito, de acordo com a sua forma, o parlamentarismo serve para expressar, dentro da organização estatal, os interesses da sociedade em seu conjunto. Mas o que o parlamentarismo reflete é a sociedade capitalista, ou seja, uma sociedade onde predominam os interesses capitalistas. Nesta

sociedade, as instituições representativas, democráticas na sua forma, são por seu conteúdo instrumentos dos interesses da classe dominante. Este fato manifesta-se de maneira tangível no fato de que apenas a democracia tende a negar seu caráter de classe e transformar-se em instrumento dos verdadeiros interesses da população, a burguesia e seus representantes estatais sacrificam as formas democráticas”.

Por isso, o Estado burguês e sua pretensa “democracia” devem ser derrubados para permitir o controle da sociedade sobre o seu destino: “As relações de produção da sociedade capitalista aproximam-se cada vez mais das relações de produção da sociedade socialista. No entanto, por outro lado, suas relações jurídicas e políticas levantaram entre as sociedades capitalista e socialista um muro cada vez mais alto. O muro não é derrubado e sim fortalecido e consolidado pelo desenvolvimento das reformas sociais e do proces-

so democrático. Somente o grande golpe do martelo da revolução, ou seja, a conquista do poder político pelo proletariado pode derrubar este muro.”

Para a Esquerda Marxista não há dúvida alguma da necessidade de lutar por Reforma Agrária, jornada de 40 horas, estatização dos serviços públicos, transporte, educação e saúde públicos e gratuitos para todos, que são reformas no sentido que falava Rosa Luxemburgo. Mas, mesmo estas reformas levantadas como bandeiras isoladas não são mais que oportunismo. Toda luta por reformas deve estar indissolúvelmente ligada à ideia da luta pela revolução socialista, pelo governo operário e camponês, ou na fórmula que utilizamos hoje, por um governo socialista dos trabalhadores.

Estabelecida a posição fundamental dos bolcheviques de que a luta por reformas está ligada à luta pela revolução e de que não se trata de aperfeiçoar do ponto de vista da democracia o aparelho de Estado burguês, mas de mobilizar para destruí-lo, fica claro que não se trata de “reformular o judiciário”, “reformular a legislação eleitoral” ou “reformular o Congresso nacional”. O que não nos impede de combater por uma ou outra legislação ou reivindicação que interesse ao proletariado em determinado momento. Repetimos, em determinado momento.

Reformular o Estado Burguês ou lutar por reformas sociais e revolução?

Como Lenin colocava a questão: *“Pode, atualmente, Impulsionar a revolução para a frente aquele que não compreende o perigo da teoria do “acordo” do povo com o czar, sustentada pelos obvobozhdenistas, aquele que qualifica de vitória a simples “decisão” de convocar uma Assembleia Constituinte,*

aquele que não toma a peito a tarefa da propaganda ativa da ideia da necessidade do Governo Provisório Revolucionário, o que deixa na penumbra a palavra de ordem de República democrática?”

...“Para impulsionar a revolução para adiante, isto é, mais para além do limite para a qual a empurra a burguesia monárquica, deve-se preconizar ativamente, sublinhar e colocar em primeiro plano palavras de ordem que excluam, a “inconsequência” da democracia burguesa. Estas palavras de ordem, no momento atual, são apenas duas: 1) Governo Provisório Revolucionário, e 2) República, porque a palavra de ordem de Assembleia Constituinte de todo o povo foi aceita pela burguesia monárquica (ver o programa da “Liga da Libertação”) e foi aceita precisamente para escamotear a revolução, para não permitir a vitória completa da revolução, para servir os interesses de uma transação mercantil entre a grande burguesia e o czarismo”. (Lenin, “Que nos diz a resolução do III Congresso do POSDR sobre o governo provisório”, julho de 1905).

Lenin escreveu “O Estado e a Revolução” em luta contra os que deturpando Marx transformaram a luta por revolucionária por reformas em luta pela “reforma” do capitalismo e do Estado Burguês. Ele afirma *“Os elementos de oportunismo, acumulados durante dezenas de anos de relativa paz criaram a corrente de social-patriotismo que predomina nos partidos socialistas oficiais do mundo inteiro. Essa corrente (Plekhanov, Potressov, Brechkovskaia, Rubanovitch e, depois, sob uma forma ligeiramente velada, os srs. Tseretelli, Tchernov & Cia., na Rússia; Scheidemann, Legien, David e outros, na Alemanha; Renaudel, Guesde, Vandervelde, na França e*

na Bélgica, Hyndman e os fabianos, na Inglaterra, etc., etc. essa corrente, socialista em palavras, mas patrioteira em ação, se caracteriza por uma baixa e servil adaptação dos “chefes socialistas” aos interesses não só de ‘sua” própria burguesia nacional, como também do “seu” próprio Estado, pois a maior parte das chamadas grandes potências exploram e escravizam, há muito tempo, várias nacionalidades pequenas e fracas. Ora, a guerra imperialista não tem outra coisa em vista senão a partilha, a divisão dessa espécie de despojo. A luta das massas trabalhadoras, para se libertarem da influência da burguesia em geral e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao “Estado”. (Lenin, O Estado e a revolução, 1917)

A grande questão é ajudar as massas a encontrar o caminho da mobilização a partir de suas reivindicações e chegar a levantar na luta de massas outras instituições contra as atuais instituições reacionárias. No atual período que vive o Brasil a questão não é a luta pela democracia burguesa, mas a luta pelo socialismo. A defesa de liberdades democráticas que é uma posição permanente não pode ser confundida com a defesa das instituições da democracia burguesa.

A “renovação e reanimação das instituições” é o sentido da proposta da Direção do PT de “Constituinte exclusiva para a Reforma Política”. É a tentativa de dar uma face humana ao monstro capitalista e ao mesmo tempo integrar o conjunto dos partidos ao aparelho de Estado.

Por outro lado, os governos só lançam mão de plebiscitos quando o sistema democrático parlamentar está em crise ou goza de pouquíssima confiança entre as massas. É o que explica o surgimento de um mo-

vimento “neo-bonapartista” na França. É uma tentativa de “saída” burguesa para a crise das instituições.

Contra esta “reforma política” agitamos a necessidade da ruptura do PT com a burguesia e a constituição de um governo socialista dos trabalhadores.

Não se pode esquecer de que a palavra de ordem de Assembleia Constituinte (nem falar da tal Constituinte exclusiva para reforma política) pode ser usada como nó corrediço para enforçar a revolução ou as grandes mobilizações. A utilização desta palavra de ordem depende de situações muito concretas.

Por exemplo, na hipotética e pouco provável situação em que o governo do PT rompesse a coalizão com a burguesia e adotasse medidas como declarar o não pagamento da Dívida, iniciar uma verdadeira Reforma Agrária, reestatizasse tudo o que foi privatizado, etc., e tivesse essas medidas bloqueadas pelo Congresso Reacionário. Então, a palavra de ordem de Constituinte Soberana para varrer com este Congresso e afirmar as reivindicações populares poderia ser uma das formas de abrir politicamente a mobilização e ajudar na constituição dos Soviotes.

Resta agora esclarecer se neste momento, na atual situação aberta pelos acontecimentos de junho, a tarefa dos marxistas, a resposta aos milhões que se mobilizaram, é lutar por “Reforma eleitoral”, “Reforma do judiciário”, seja por Constituinte exclusiva, seja por Assembleia Constituinte

A estas questões a EM responde de abertamente com um sonoro: NÃO!

As massas não foram às ruas para “aperfeiçoar a democracia”, elas foram às ruas em busca de transporte, saúde e educação públicos e gratuitos para todos, contra a repressão e expressando um enorme ódio dos “políticos” e seu atual sistema podre de mentiras e corrupção. **É um crime e uma armadilha explicar para as massas que para conseguir isso elas devem lutar por reformar a legislação eleitoral, reformar o judiciário e o Congresso Nacional, terminar de estatizar os partidos definindo o financiamento público de campanha, etc.**

E pior ainda, explicar para as massas que para conquistar isso devem exigir um Plebiscito e uma Constituinte Exclusiva.

O Plebiscito é uma maneira antidemocrática, um instrumento típico de governo do bonapartismo. No Plebiscito o povo não decide o tema, nem as perguntas. E é, ao final, obrigado a “decidir” entre as opções definidas pelos políticos da burguesia ou pelo governo. É um instrumento que “salta” sobre a representação popular, seus deputados e, portanto inclusive sobre os representantes do proletariado, estabelecendo uma “ligação direta” entre o dirigente supremo e o “povo” que através do Plebiscito lhe confere um mandato para executar a resposta dada pelo “povo” às perguntas armadas pelo poder. Foi o instrumento do governo golpista de Luís Bonaparte, genialmente descrito por Marx em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”.

Em fevereiro de 2010 se reconstituiu, na França, o “Movimento Bonapartista”. Em sua declaração de princípios diz: *“Missão: defender, divulgar e disseminar os princípios e valores do bonapartismo. O movimento se baseia no apoio popular para*

uma política de recuperação dos esforços combinados de indivíduos, associações e serviços do governo. O movimento defende os princípios bonapartistas em que se baseia, e de regular a sua organização interna. Ele também defende a memória de Napoleão o Grande, bem como as de Napoleão III e de seus filhos, II e IV Napoleão. Reconhecemos Napoleão IV, tendo reinado sem governar, sob o referendo 1870 maio. O imperador não reconhece nenhum movimento após 1879, devido à ausência de um plebiscito. Para a república, interesses como a felicidade, a glória do povo e a restauração do império são buscados como fundamento, juntamente com a aprovação do referendo”. Mais claro impossível.

Obviamente que se um Plebiscito ou referendo for imposto os marxistas decidirão a partir do fato concreto estabelecido qual sua tática. Que pode ser participar ou não, denunciar ou fazer campanha por uma determinada questão, etc. Mas, este não é o terreno da luta proletária e só um pequeno-burguês desorientado pode “lutar por um plebiscito”.

A luta proletária pelo socialismo utiliza inúmeros instrumentos, inclusive os da democracia burguesa, mas o que busca é a luta de rua, nas fábricas e locais de trabalho com métodos proletários e não burgueses, a mobilização e a organização das massas em seu próprio terreno.

Sobre a proposta de Constituinte exclusiva para a Reforma política, proposta pela direção do PT e por Dilma, e apoiada por gente que se diz de esquerda e revolucionária, só se pode dizer que é a prova viva do reformismo burguês e pequeno-burguês. Trata-se de eleger uma série de representantes “populares” para reformar

uma parte do aparelho de Estado garantindo à burguesia que não se vai tocar no restante do edifício e acima de tudo garantindo que “os negócios vão continuar funcionando normalmente”, enquanto os constituintes trabalham duro para colocar o aparato de Estado em adequação com o momento atual da situação e salvar o status quo da fúria e da revolta popular.

Um representante sério da democracia burguesa olhando o edifício do Estado no Brasil seria levado, por coerência, a declarar este engendro bastardo, esta fusão do velho aparato de Estado saído da declaração bonapartista da República, em 1889, com o aparato da Ditadura Militar e “aperfeiçoado” pela Constituinte de 1988, como uma “gambiarra” democrática e exigir uma verdadeira Assembleia Constituinte Soberana para substituí-la por uma verdadeira democracia parlamentar. Mas, não existem mais estes burgueses e os que existem não são nada partidários da democracia por temor pânico que por este caminho entre marchando a revolução.

Mas, se é assim, não seria o caso dos bolcheviques exigirem a convocação de uma verdadeira Constituinte Soberana como forma de desmascarar a burguesia e seus aliados?

Esta é a questão chave nesta discussão.

Mas agora, quando as massas demonstram que começam a romper com as ilusões nas instituições burguesas e no próprio PT, frente às questões colocadas pelas massas e as gigantescas mobilizações de junho, a resposta é exigir mais democracia e reformas políticas institucionais ou exigir o atendi-

mento de todas as reivindicações e lutar pela revolução?

Nossa tarefa é dirigir os anseios, as lutas e o ódio das massas para dentro das instituições ou usar o momento para ajudar as massas a avançar sua consciência, em especial sobre o papel contrarrevolucionário do reformismo e sua coalizão com a burguesia, ajudar as massas a se mobilizar e organizar para encontrar o caminho para erguer os instrumentos superiores de luta, de frente única, os instrumentos de autogoverno das massas?

Reforma do Congresso Nacional e das instituições democráticas burguesas ou ruptura do partido proletário, o PT e seu governo, com a burguesia e a tomada do poder com um governo socialista dos trabalhadores e atendimento das reivindicações?

Não é tentar fazer retroagir a consciência das massas que se lançaram às ruas contra tudo e contra todos, com ódio dos “políticos e seus partidos”, portanto contra as suas instituições, ao invés de ajudá-las a encontrar o caminho da revolução?

Lenin explica como se coloca a relação entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo a partir da situação concreta e da consciência das massas: “Quando o czar anunciou, em agosto de 1905, a convocação de um “parlamento” consultivo, os bolcheviques, contra todos os partidos da oposição e contra os mencheviques, declararam o boicote a esse parlamento, que foi liquidado, com efeito, pela revolução de outubro de 1905.

Naquela ocasião, o boicote foi justo, não porque seja certo abster-se, de modo geral, de participar nos parlamentos reacionários, mas porque foi levada em conta, acertadamente, a situação objetiva, que levava à rápida transformação das greves de massas em

greve política e, sucessivamente, em greve revolucionária e em insurreição. Além disso, o motivo da luta era, nessa época, saber se se devia deixar nas mãos do czar a convocação da primeira instituição representativa, ou se se devia tentar arrancá-la das mãos das antigas autoridades”. (Lenin, “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”)

A situação política aberta pelas mobilizações de junho é uma situação transitória entre uma situação não-revolucionária e uma situação pré-revolucionária ou revolucionária. As mudanças bruscas da situação são um dos traços de nossa época e foi isso que se expressou no mês de junho. Este novo período vai conhecer altos e baixos, mobilizações massivas e momentos de calma, mas ele não pode ser revertido sem uma derrota significativa das massas. E isto não é o mais provável no próximo período. Ao contrário, grandes lutas devem se desenvolver.

De forma alguma se pode desconhecer o potencial revolucionário das jornadas de junho que levantaram o país. E menos ainda tergiversar respondendo às massas, não com o atendimento das reivindicações, mas com “reformas” do aparato de Estado.

Qual é a resposta verdadeira às jornadas de junho?

Ao invés de apontar o dedo diretamente na cara daqueles que governando o país se recusam a atender as reivindicações, atacam as conquistas e entregam o país e seu povo trabalhador nas mãos das multinacionais e do capital financeiro, os pequeno-burgueses buscam desviar a atenção e transformar a tsunami popular em intrincadas manobras políticas e parlamentares desviando as massas de seu caminho.

É por isso que a Resolução da Direção Nacional do PT dá tamanha ênfase à Reforma Política e a Constituinte exclusiva e não diz uma palavra sobre o programa real que o governo se prepara para aplicar no segundo semestre: **o maior pacote de privatizações, em valor, da história do Brasil, incluídos aí portos, aeroportos, ferrovias, estradas, poços de petróleo, hidrelétricas, hospitais universitários, etc.**

Dívida Interna e Externa, Reforma Agrária, estatização do sistema financeiro, expropriação das multinacionais e grandes empresas, atendimento das reivindicações populares e planificação da economia por um governo da República Socialista dos Conselhos, como parte integrante da luta pela República Socialista Universal dos Conselhos.

E queira ou não, Lula e a direção do PT, no próximo período

continuar a votar no PT enquanto não acreditarem que não tem outra opção para barrar os partidos declaradamente capitalistas. E se isso carrega uma dose de insuficiente consciência sobre o que é verdadeiramente o PT também demonstra que as massas tem uma enorme consciência de classe que a direção do PT não conseguiu destruir apesar de toda sua política de colaboração de classe com a burguesia.



Manifestação em 20 de junho de 2013 na Avenida Paulista em São Paulo (Foto: Internet)

O objetivo da ofensiva do PT e do governo com estas supostas respostas ao clamor das ruas é exatamente fazer fumaça e esconder o programa real de “reformas” capitalistas que pretendem seguir aplicando, ou seja, contrarreformas, privatização, pilhagem e submissão ao imperialismo.

Mas, os fogos de artifício não duram. A vida das massas é governada pelas questões concretas. A história é mais forte que os aparelhos. E a única resposta socialista aos anseios populares é a realização da plataforma de luta levantada pela Esquerda Marxista de fim das privatizações e reestatização de tudo que foi privatizado, cancelamento da

é muito provável que venham a ocorrer e se acentuar choques das massas com o governo federal. Sem falar nas campanhas salariais de grandes categorias que se desenvolverão ainda este ano num quadro de austeridade do governo e de dificuldades econômicas ampliadas. Mesmo que isso não seja linear e nem se possa prever os ritmos e os prazos, é neste sentido que a luta de classes caminha no Brasil.

E isto continuará a mudar a relação das massas com o PT, inclusive nos setores decisivos da classe operária. Isto não é, entretanto, linear e não quer dizer que o PT será liquidado ou derrotado nas eleições. As massas podem

Problemas de tática

Um elemento concreto da situação é o início de afastamento ou ruptura de bases do PT em diversos lugares, mesmo que ainda sem um enfrentamento generalizado ou em setores decisivos. Não só as anunciadas publicamente, como no Maranhão, em bases operárias como no ABC, ou em outros estados, mas aquelas constatadas por nossa própria atividade, com as dificuldades ampliadas que tivemos desta vez na coleta de assinaturas e pagamento de cotizações para o PED.

É evidente o distanciamento e mesmo o repúdio da maioria da juventude aos partidos que não fazem outra coisa que enganar a todos e

governar para o capital. E é preciso constatar que isso atinge muito fortemente o PT que governa o país. As tentativas de dirigir a raiva das massas para objetivos menores, governadores e prefeitos, mesmo se eles fazem parte do problema, não atraem massas significativas. E com razão. Os problemas da vida são de responsabilidade primeira do governo federal.

Esta situação em desenvolvimento e nossas perspectivas exigem da EM uma precisão na forma de agir e construir a organização, ou não haverá crescimento mesmo com uma linha política “em geral” correta. Na atual etapa da luta de classes é extraordinariamente difícil atrair jovens ou militantes de vanguarda para entrar na EM se eles têm como porta de entrada obrigatória aderir ao PT, o partido do governo.

É preciso entender que nossa linha política, de manter as posições no partido operário-burguês enquanto se prepara um choque das bases com a direção, não é evidente para um militante de vanguarda que reage contra a política do capital e encontra na barricada capitalista todos os dirigentes e governantes do PT. Ele pode ser atraído pelo marxismo, pelo comunismo e pela revolução, mas isso não significa que está pronto para entender nossa linha de manter os postos nas organizações de massa e preparar o futuro quando correntes de massa se choquem com os dirigentes do PT.

Ao iniciar sua educação política levado pelos combates imediatos o militante é levado a combater de forma as vezes ingênua e mesmo empírica sem levar em conta as relações estabelecidas pelos trabalhadores com suas organizações e suas tradições, sem método e de “peito aberto”, como se a luta política de classes fosse um mero en-

frentamento de posições justas ou não. Isto leva muitas vezes novos militantes que entram no combate prático junto conosco a acreditar que nossa tática contém ilusões no PT ou mesmo nos dirigentes do PT. A acreditar que ao se manter no PT espalhamos ilusões neste partido. Esta concepção que mistura ingenuidade com esquerdismo infantil tem, entretanto seu lado saudável que é a tentativa deste novo militante de romper com a burguesia e seus agentes no interior do movimento operário.

A arte dos marxistas é compreender esta situação e ajudar estes militantes a compreender a história, o método, a estratégia e táticas revolucionárias, o que inclui a relação dialética entre classe, partido e direção. Obviamente, estamos falando de jovens ou trabalhadores em ruptura com a burguesia e os aparelhos traidores, não de grupos sectários ou centristas cristalizados que são incapazes de apreender e nada tem a ver como o marxismo, como já explicou Lenin em “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”.

Ensinaamentos da história

Nossa orientação política deriva de todo o aprendizado da história do movimento operário e do surgimento e construção dos partidos operários revolucionários, incluído aí o partido mais revolucionário da história da humanidade, o Partido Bolchevique. Este aprendizado é integrado pelo que chamamos “A Primeira Lei de todas as revoluções”. A Resolução Política do 28º Congresso da Esquerda Marxista explicava:

“A Esquerda Marxista tem consciência de que também no Brasil se realizará a primeira lei de todas as revoluções. Ou seja, que nos primeiros momentos de

toda revolução as massas tentam, em primeiro lugar, utilizar os instrumentos que elas reconhecem como seus, os partidos operários e os sindicatos.

Vimos isso na revolução russa com os mencheviques e socialistas revolucionários. Na revolução alemã de 1919 a 1923, com a socialdemocracia completamente enfeudada no aparelho de estado burguês. Na França, em diversas ocasiões, assim como na Inglaterra.

Isto foi verdade inclusive para países onde o capital foi expropriado, em certas circunstâncias, como foi o caso com Imre Nagy e o PC Húngaro, em 1956, na Polônia, em 1956, assim como com Alexander Dubcek, do PC Tcheco, que dirigiu a chamada “Primavera de Praga”, em 1968.

Em nenhum país do mundo a classe operária quando entra em movimento tenta construir instrumentos saindo do nada. Seu movimento sempre passa pela tentativa de recuperar seus antigos instrumentos, tentando encarregá-los de tarefas revolucionárias que eles não podem cumprir.

Na sequência da vitória nazista na Alemanha, em 1933, Trotsky falando sobre o lugar que ocupava a socialdemocracia, precisava: “Se trata, propriamente falando, não do reformismo no sentido amplo do termo, mas das inspirações instintivas dos operários de defender suas organizações e seus direitos.

É nesta perspectiva de conjunto e sobre o fundo de uma nova ascensão das massas sobre a arena europeia e norte-americana, cuja primeira vaga infla rapidamente neste momento, sobretudo na França e Espanha, que é preciso compreender a política de entrismo na socialdemocracia. Na primeira etapa que se abre e que anuncia de alguma maneira a ir-

rupção de toda a classe operária sobre a arena da luta de classe, é preciso operar urgentemente a junção com os primeiros contingentes de trabalhadores radicalizados que, exprimindo o ascenso de toda a classe, entram nos quadros dos partidos operários.

Operar esta junção é assegurar-se de uma implantação séria nas massas, porque a primeira etapa de sua radicalização, aquela que precede a primeira fase da revolução proletária (e desta por uma larga parte igualmente) passa necessariamente pelas grandes organizações tradicionais". (León Trotsky)".

Se esta orientação continua correta em geral ela deve ser aplicada de forma adaptada em cada situação. É preciso antes de tudo determinar a situação existente, o estado de ânimo das classes sociais, em especial do proletariado e da juventude.

A política revolucionária exige a percepção das mudanças na direção do vento, entender os movimentos das marés, a vazante e a enchente nos rios. Ou seja, se nossa estratégia (nossa orientação de longo prazo) não muda, nossa tática pode e deve variar segundo as circunstâncias concretas da luta de classes.

Uma análise concreta de uma situação concreta

E o fato central na luta de classes internacional é que as gigantescas mobilizações, rebeliões e

manifestações não estão passando, neste momento, por dentro das organizações tradicionais da classe trabalhadora. Nem mesmo nos sindicatos. Em nenhum país, do Egito à Grécia, da Espanha ao Brasil, da Suécia à Itália, da Inglaterra à Turquia, as mobilizações tem se voltado para as organizações tradicionais, provocado o surgimento de correntes centristas ou de massas à esquerda. Entretanto, esta possibilidade não pode ser descartada e o que é absolutamente certo é que vai impactar nas organizações tradicionais de diferentes formas.

O que de certa forma estamos



Policial joga spray de pimenta em manifestante (Foto: Victor Caivano/AP)

verificando é o aparecimento de uma situação, em geral, semelhante ao final dos anos 70 e início dos anos 80, quando a crise conjunta do imperialismo e da burocracia soviética, abre um período onde a batalha do proletariado internacional por se reorganizar sobre um novo eixo de independência de classe resultou no aparecimento do PT, no Brasil, da Frente Sandinista, na Nicarágua, e do Sindicato Solidarietà, na Polônia.

Se já naquela época havia enormes combates do proletariado internacional e uma grande crise política e econômica tanto nos países dominados pela burocracia soviética como nos países capitalistas, hoje, o que vemos é que, aquelas condições de crise econômica e política internacional, estão se reproduzindo em escala gigantesca e mais profundamente.

Isto significa, nas atuais condições, um largo período de combates com vitórias e derrotas, com aprendizado pelas massas sobre o caráter das atuais direções e tentativas de superar esta situação, em relação às direções, com ações e explosões espontâneas. A ausência do partido revolucionário será percebida dramaticamente por todos os militantes da luta de classe com perspectiva histórica.

Para os marxistas nestes é necessário, imprescindível, olhar atentamente a situação concreta para definir sua tática. Os marxistas bolcheviques e sua tática devem buscar uma sintonia fina com o momento político dentro da situação política geral e fazer uma correta interpretação do que se passa na economia, na política, nos sentimentos e na consciência das massas, e inclusive nos sentimentos e consciência das classes inimigas, realizando a análise concreta da situação concreta.

Vivemos uma situação convulsiva em escala planetária. Mas em cada país a luta de classes se expressa nas condições históricas, econômicas e políticas dadas e de forma alguma pode ser simples-

mente um ato de vontade de um indivíduo ou mesmo de um partido. Uma situação pré-revolucionária não significa que mecanicamente haverá um salto para uma situação revolucionária. Assim como uma situação revolucionária não significa necessariamente que haverá uma revolução, e finalmente, uma revolução não determina que o proletariado seja vitorioso.

Entretanto, na medida em que um partido se enraíza nas massas ele passa a ser parte subjetiva, mas também objetiva da situação. E sem sombra de dúvida um partido marxista com enraizamento nas massas é imprescindível para a vitória de uma revolução. Portanto, esta é a maior tarefa da EM e da internacional.

Este combate, no atual momento e circunstâncias da luta de classes, exige da Esquerda Marxista uma atuação pública mais definida como organização política independente, parte de uma Internacional em construção, uma face pública clara de uma organização comunista inimiga mortal do capital.

Assim, o fato de continuar a manter posições no interior do partido é de secundária importância. Se não há nenhuma razão séria para mudar nossa posição sobre a participação nas organizações tradicionais de massa, também é verdade que não é no interior do PT que nossa construção, o recrutamento, vai se dar no atual período político que vivemos. E isto provavelmente será a tônica por um largo período.

O centro e a razão de ser da EM é seu programa e a construção da Internacional na luta pela revolução socialista. Seu terreno imediato de recrutamento é luta de classes, onde estão a vanguarda da juventude e dos trabalhadores, os combatentes mais avançados na luta de classes que estão em ruptura com a burguesia.

A orientação de ruptura com a burguesia

Esta constatação e a necessidade de crescimento têm algumas consequências imediatas.

Uma é a flexibilidade em nossa tática para permitir um recrutamento importante.

...

Uma questão fundamental é um aprofundamento de nossa linha de ruptura com a burguesia. Hoje, ela se expressa fundamentalmente na orientação que o PT deve romper com a burguesia e constituir um governo socialista dos trabalhadores. Isto aparece em permanência nas expressões “Se o PT não romper ... não vai poder atender...”, com diversas variações. Esta linha não está errada, mas ela não é mais adaptada às circunstâncias. A vanguarda que queremos recrutar não consegue imaginar o PT rompendo com a burguesia. Esta vanguarda inclusive tem um profundo ódio da direção do PT, e não sem razão. Como resultado a orientação geral justa da EM lhes parece como ilusão no PT e seus dirigentes. E em política isso pode ser mortal. Como disse Júlio Cesar, “*A mulher de César não basta ser honesta, tem que parecer honesta*”. Em outras palavras, se uma orientação política não está sendo entendida então ela não está servindo aos seus propósitos. Ela deve ser reexplicada ou modificada.

Na atual situação é preciso, sem abandonar a linha fundamental de exigir dos dirigentes operários traidores que rompam com a burguesia, ter uma atitude direta de explicação desta linha na luta de classes. O necessário hoje é centralmente explicar que só os trabalhadores organizados e mobilizados de forma independente, inclusive do PT,

é que podem conquistar suas reivindicações, defender conquistas e abrir o caminho para o socialismo.

Não se trata de fazer agitação “contra o governo do PT” (isso deixamos para os sectários incorrigíveis), mas tomando a situação como ela é agitar e organizar, mobilizar de forma independente para arrancar “do governo do PT em coalizão com a burguesia” as reivindicações. Isso dá todo sentido à nossa orientação de luta pela Frente Única Anti-imperialista, que significa cada vez mais, nas condições de um país semicolonial, semi-industrializado, a aliança operário-camponesa contra o capital e o imperialismo.

É preciso ter absolutamente claro, e explicar, que cada conquista só será imposta contra a orientação de colaboração de classes e de governar para o capital que é a linha da direção do PT e da CUT.

Como explica claramente o Programa de Transição: “*A tarefa central da IV Internacional consiste em libertar o proletariado da velha direção, cujo conservantismo se encontra em contradição completa com a situação catastrófica do capitalismo em seu declínio e constitui o principal obstáculo ao progresso histórico. A acusação capital que a IV Internacional lança contra as organizações tradicionais do proletariado é a de que elas não querem separar-se do semi-cadáver da burguesia.*”

Nessas condições, a reivindicação endereçada sistematicamente à velha direção - “*Rompam com a burguesia, tomem o poder*” - é um instrumento extremamente importante para desvendar o caráter traidor dos partidos e organizações da II e III Internacionais, assim como da Internacional de Amsterdã.

A palavra-de-ordem de “*governo operário-camponês*” é em-

pregada por nós unicamente no sentido que teve em 1917 na boca dos bolcheviques, quer dizer, como uma palavra-de ordem antiburguesa e anticapitalista, mas de nenhum modo no sentido “democrático” que lhes deram mais tarde os epígonos, fazendo dela, que era uma ponte em direção à revolução socialista, a principal barreira neste caminho.

De todos os partidos e organizações que se apoiam nos operários e nos camponeses falando em seu nome, nós exigimos que rompam politicamente com a burguesia e entrem no caminho da luta

pelo menos, pouco provável. (Sublinhado por nós). É, entretanto, impossível negar categórica e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia. Em todo caso, uma coisa está fora de dúvida: se mesmo esta variante pouco provável se realizasse um dia em algum lugar,

de nossa época (bancarrota e desagregação dos velhos partidos burgueses, falência da democracia, ascensão do fascismo, aspiração crescente dos trabalhadores a uma política mais ativa e mais ofensiva). É por isso que cada uma de nossas reivindicações transitórias deve conduzir sempre à mesma conclusão política: os operários devem romper com todos os partidos tradicionais da burguesia para estabelecer, em comum com os camponeses, seu próprio poder.

É impossível prever quais serão as etapas concretas da mobilização revolucionária das massas. As seções da IV Internacional devem orientar-se de maneira crítica a cada nova etapa e lançar as palavras-de ordem que impulsionem a tendência dos operários a uma política independente, aprofundando o caráter de classe desta política, destruindo as ilusões reformistas e pacifistas, reforçando a união da vanguarda com as massas e preparando a tomada revolucionária do poder”. (Sublinhado nosso)

Esta orientação se expressa na articulação das palavras de ordem: “Só a luta e a mobilização independente podem conquistar. Abaixo a colaboração de classes. Fora os ministros capitalistas. Por um governo dos trabalhadores. Luta pelo socialismo. Construir a Esquerda Marxista como organização revolucionária!”.

Em cada momento uma ou mais destas palavras de ordem aparecerão para impulsionar o combate e o desenvolvimento da consciência de classe da vanguarda dos trabalhadores e da juventude.

...

CC da Esquerda Marxista
Aprovado por unanimidade
14 de setembro de 2013



Saúde, transporte e educação entre as reivindicações de junho (Foto: Outra Política)

pelo governo operário e camponês. Nesse caminho prometemos-lhe um apoio completo contra a reação capitalista.

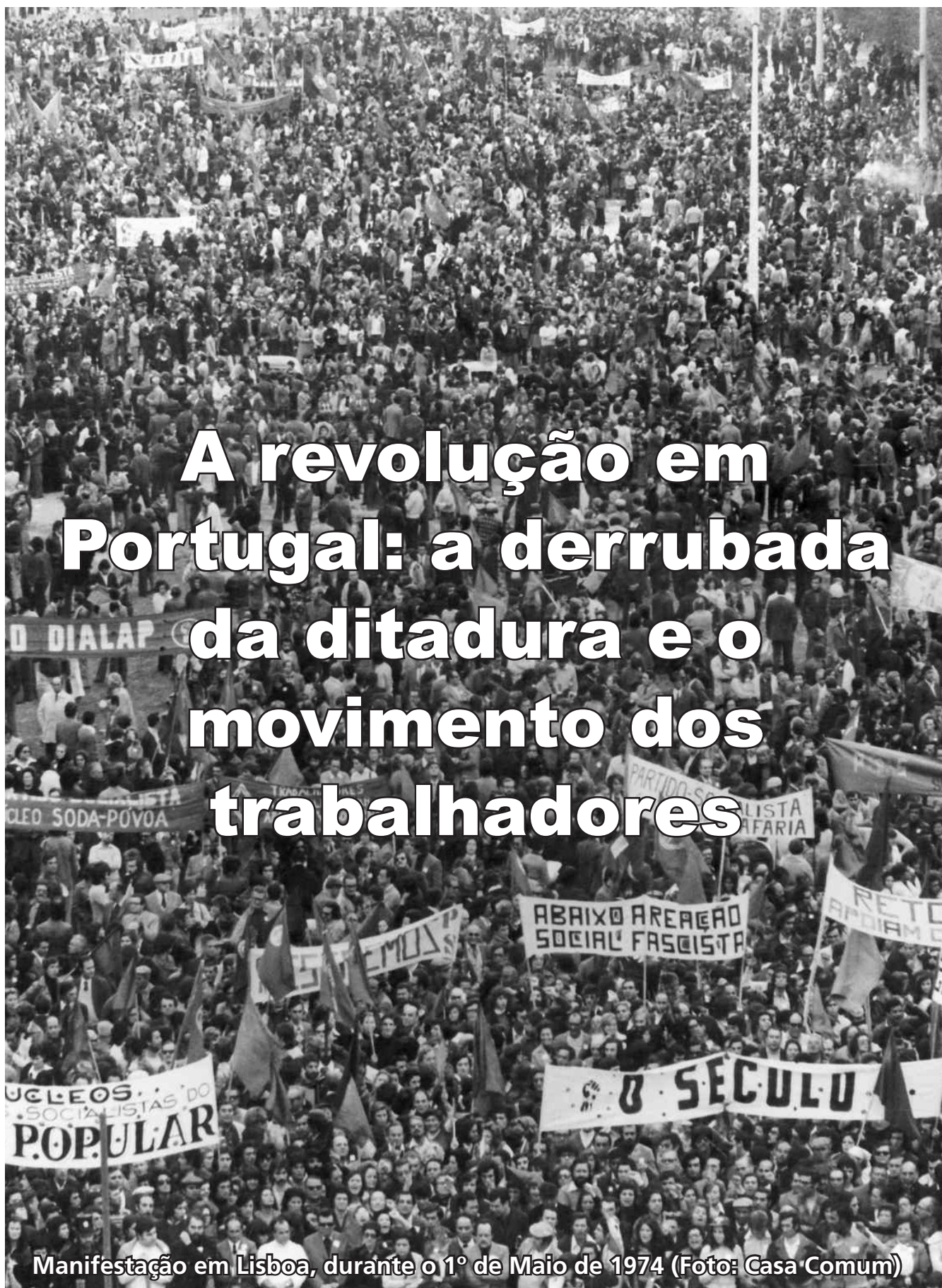
Paralelamente, desenvolvemos uma incansável agitação em torno das reivindicações transitórias que deverão do nosso ponto de vista, constituir o programa do “governo operário e camponês”.

É possível a criação de tal governo pelas organizações operárias tradicionais?

A experiência anterior mostra-nos, como já vimos, que isto é,

e um “Governo operário e camponês”, no sentido acima indicado, se estabelecesse de fato, ele somente representaria um curto episódio em direção à ditadura do proletariado.

É, entretanto, inútil perder-se em conjecturas. A agitação sob a palavra-de ordem de “Governo operário e camponês” guarda, em todas as condições, um enorme valor educativo. E não é por acaso: esta palavra-de ordem generalizadora segue absolutamente a linha do desenvolvimento político



Manifestação em Lisboa, durante o 1º de Maio de 1974 (Foto: Casa Comum)

Depois de quase meio século de ditadura fascista, a revolução em Portugal abriu uma nova etapa da revolução europeia e mundial. Começando como um golpe ou pronunciamento militar, revelou as reservas inesgotáveis de força e resistência que existiam dentro das fileiras da classe trabalhadora devido ao seu papel na sociedade. Apesar do controle da rádio, da televisão, da imprensa, da igreja e das escolas, o sistema totalitário desmoronou. A corrupção e a opressão afetaram o regime, debilitando-o e solapando-o. Devido à situação do proletariado na sociedade, ao seu trabalho coletivo nas fábricas e indústrias, a sua luta coletiva contra os empresários, é quase inerente a ele a ideia de organização, de luta e de uma organização diferente da sociedade. Depois de mais de duas gerações de domínio dos burocratas estalinistas, podemos estar seguros de que na Rússia os primeiros grandes acontecimentos despertarão os trabalhadores russos e que estes recuperarão suas extraordinárias tradições. Lançarão por terra a casta parasitária de burocratas, com a mesma facilidade com que as massas portuguesas entraram em ação com a queda de Caetano.

E as massas húngaras, quando passaram à ação, já demonstraram com sua revolução política o vácuo e a falta de realidade do poder dos burocratas. Quando as massas entraram em movimento, a burocracia russa e a dos outros estados estalinistas demonstraram sua patética incapacidade e impotência. Seu poder, como o da classe capitalista, depende da inércia dos trabalhadores e camponeses.

O medo que o imperialismo

estadunidense e a burocracia russa têm do movimento de massas, que ameaça minar completamente o status quo, não é a última consideração nas tentativas de distensão entre ambas as potências.

Como aconteceu aos EUA, com o Vietnã, a interminável guerra colonial na África, solapou o exército português. Quinze anos de guerra contra os implacáveis movimentos guerrilheiros camponeses em Moçambique, Angola e Guiné, fizeram com que o regime perdesse os últimos setores que o apoiavam.

A frágil economia portuguesa não podia aguentar a drenagem de recursos. A pequena burguesia e o proletariado eram os que mais sofriram. Somente as “sete famílias”, os bancos e o capital monopolista se beneficiavam do caos sangrento.

Devido à guerra interminável, ninguém mais estava entusiasmado com a possibilidade de obter cargos militares nas forças armadas e, em consequência, um grande número de suboficiais eram estudantes uniformizados.

A mesma vaga de radicalização que se refletiu entre os estudantes de todos os países no último período também alcançou a Espanha e Portugal. Por essa razão, em Portugal levaram seu radicalismo dentro do uniforme militar.

Em 25 de abril de 1974, no momento do golpe, o único setor do aparato do estado em que o regime podia confiar era a polícia secreta, atada ao regime pelo terror devido aos seus crimes sangrentos contra a população.

As condições assinaladas por Lenin e Trotsky para o desenvolvimento da revolução existiam meses antes da queda do regime. As greves massivas – apesar de ilegais

– do proletariado, particularmente em Lisboa. O mal estar dos camponeses e da pequena burguesia. Agitações estudantis e a tentativa da classe governante de se salvar com “reformas” sem sentido, que agravavam ainda mais a situação.

Todas as condições para uma explosão estavam amadurecendo. Mas a peculiaridade da revolução portuguesa – o que indica a maturidade e mesmo excesso de maturidade do capitalismo para a revolução, revelando-se, primeiro, em seus elos mais débeis – foi que, em suas primeiras etapas, esteve dirigida por oficiais de baixo e médio escalão, e, o mais significativo, de todos os setores das forças armadas: terra, mar e ar.

É verdade que na Península Ibérica existe uma tradição de golpes de estado realizados em diversos momentos e por diferentes setores das forças armadas, republicanos e monárquicos reacionários. Mas uma das diferenças é que, devido a pressão das contradições engendradas durante duas gerações de fascismo e pela invencível guerra colonial, a maior parte dos oficiais havia se posicionado contra o regime.

O descontentamento explosivo e o desejo de encontrar uma saída – evidenciando a divisão no seio da débil classe dominante – se manifestaram no livro de Spínola onde ele defendia uma forma peculiar de Federação Lusitana com as colônias, na realidade uma forma diferente de embaralhar as cartas, mas com o controle firme nas mãos portuguesas. A negativa de fazer a menor concessão – sequer destituir de seus postos a Spínola e Costa Gómez – e a cega obstinação do regime ajudaram a precipitar a conspiração: foi formado o *MFA*

(Movimento das Forças Armadas).

Na Itália, em 1943, a destituição de Mussolini e a chegada ao poder de Badoglio precipitaram o movimento de massas e a criação de sovietes em somente vinte e quatro horas.

O mesmo ocorreu em Portugal. A derrubada de Caetano precipitou o movimento imediato das massas e a intervenção no cenário da história do jovem proletariado português. Se não se formaram sovietes, isto se deveu à política das direções dos partidos comunista e socialista. O MFA defendia vagamente certa forma de “democracia” – democracia burguesa – e, na realidade, não tinha um programa claro e, nessa etapa, ainda menos tinha um programa social.

Mas a saída das massas às ruas mudou a situação. Isto sempre se pode ver no curso de uma revolução. Também o veremos no futuro.

O movimento das massas produziu a confraternização com a base das forças armadas – soldados, marinheiros e aviadores –, trabalhadores e camponeses uniformizados. Os soldados apoiavam as ideias do socialismo e começavam a se apresentar abertamente como militantes do PCP e do PSP, inclusive uma minoria aderiu a grupos ultraesquerdistas. Os generais, almirantes e comandantes da Força Aérea, as camadas superiores da oficialidade haviam perdido o controle da situação.

Se existisse um partido revolucionário de massas, haveria sido completamente possível organizar sovietes e o proletariado poderia haver tomado o poder rapidamente e sem dificuldades. *Não havia forças que pudessem lhes fazer oposição.*

Que a situação era essa se pode ver no 1o de Maio, dias depois do colapso do regime de Caetano, quando mais de milhão e meio de pessoas participaram na manifestação (este foi o resultado de 50 anos de “erra-

dicação” sistemática do marxismo!).

Praticamente, toda a população adulta de Lisboa e das zonas limítrofes devia estar presente. Os soldados, marinheiros e aviadores se manifestaram junto com os trabalhadores. Era impossível, naquele momento, empreender qualquer ação contra o movimento dos trabalhadores. Os dirigentes do PSP e do PCB se limitaram simplesmente a adular os seus libertadores: a casta de oficiais. Da mesma forma que seus irmãos, a casta burocrática dos países estalinistas, a direção do PCP não aprendeu nada dos acontecimentos da última época e esqueceu tudo. Os dirigentes desta geração de estalinistas e reformistas não aprenderam nada dos ensinamentos de Marx e Lenin.

Na realidade, eles são o freio mais conservador para o desenvolvimento da revolução. Desprezam as massas, consideram-nas “ignorantes” e “dóceis”, não são capazes de realizar a revolução, vindo daí sua busca de aliados burgueses.

Sem perspectivas e sem uma teoria elaborada da revolução ou dos processos revolucionários, sua solução para todos os problemas é tentar algum tipo de acordo com os verdadeiros amos da sociedade, a burguesia liberal. Não querem nem têm confiança na revolução socialista, no sentido da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, com o controle das massas, com uma genuína democracia operária ou ditadura do proletariado. Estão organicamente atados à burguesia liberal e, no caso do PCP, também à burocracia estalinista russa.

O MFA e os dirigentes operários sem perspectivas

A peculiaridade fundamental da revolução portuguesa foi que a insurreição imediata começou como um movimento das forças armadas.

Depois, as massas se lançaram às ruas para ajustar contas com a polícia secreta. Na Rússia, foi o movimento de massas que afetou ao exército. Quando a polícia teve que fugir, o exército foi chamado para restabelecer a ordem. A grande maioria dos oficiais permaneceu leal ao czarismo. A rebelião afetou as fileiras mais baixas do exército, incluídos muitos suboficiais que se passaram para o lado da revolução vitoriosa.

Mas o movimento de massas e o relaxamento da disciplina nas forças armadas significavam que a situação em Portugal, como logo o demonstraram os acontecimentos, era mesmo mais favorável que em fevereiro de 1917 na Rússia.

Lenin explicou que a entrega do poder depois de fevereiro à burguesia liberal foi uma questão da consciência nas massas. Além disso, havia o problema da guerra com a Alemanha, que os mencheviques e social-revolucionários poderiam utilizar como uma ameaça à revolução. Mas Portugal estava envolvido numa agressiva guerra colonial para manter a escravidão do povo africano, além de que era uma guerra que ocorria longe, em um continente diferente. O principal impacto da guerra era o desejo majoritário de sair dela!

Por outro lado, a situação internacional era muito mais favorável. O corrompido regime de Franco não podia intervir com medo de provocar um movimento entre as massas espanholas. Durante a II Guerra Mundial, a Divisão Azul (espanhola) lutou no front do Leste. Em Portugal, Franco não se atreveu a intervir sequer com uma divisão. O imperialismo mundial tinha queimado os dedos ao tentar esmagar os movimentos dos povos coloniais. Mas se o regime bonapartista espanhol não podia intervir, a situação era ainda mais desfavorável para as potências im-

perialistas europeias e não-europeias. No sentido da correlação de forças, o esgotamento do capitalismo e debilidade do poder burguês em comparação com a força potencial da classe trabalhadora mundial, a revolução portuguesa estava e está em uma posição muito mais favorável que a Revolução Russa e que as revoluções do período de entre as duas guerras mundiais ou do imediato pós-guerra.

As fileiras das forças armadas apoiavam a revolução. Teriam respondido imediatamente à criação de soviets ou “juntas” operárias com a criação de soviets de soldados. Teriam respondido à agitação dos principais partidos operários, especialmente do PCP, para que entrassem em ação.

A verdadeira peculiaridade da Revolução Portuguesa em comparação com qualquer outra revolução do passado é a implicação da massa de oficiais de baixa e média patentes – inclusive alguns generais e almirantes – na revolução.

Se o poder do Estado, como explicaram Marx e Lenin, se reduz ao controle de corpos de homens armados, então a decadência do regime português se mostrava em toda sua nudez. A burguesia jogou todas as suas fichas na cartada de uma repressão feroz e totalitária às massas. Mais de duas gerações sofreram suas consequências, a burguesia perdeu todo o apoio da classe média e, por contágio, inclusive o apoio de uma grande parte da casta de oficiais. A guerra sem sentido na África desempenhou um papel importante, mas não é a única explicação. O massacre ainda mais lunático perpetrado durante a guerra de 1914-18 não fez com que a casta de oficiais (russos) abandonasse majoritariamente o czarismo. Não duvidaram em se passar para o lado da contrarrevolução e em apoiar as guerras de interven-



Soldados portugueses durante a revolução em 1974 (Fonte: Internet)

ção contra seu próprio país.

Em 1918, a revolução alemã encontrou a oposição do grosso da oficialidade. A contrarrevolução de Hitler contou com o apoio da esmagadora maioria dos oficiais.

Na revolução espanhola de 1931-37, 99% dos oficiais se passaram para o bando de Franco. E ainda mais próximo do total, em 1926, a imensa maioria da casta militar apoiou Salazar.

No pêndulo político houve um giro enorme à esquerda. Durante três décadas, a pequena burguesia foi girando cada vez mais à esquerda – como o demonstra o movimento estudantil. Em Portugal, o beco sem saída do capitalismo e o ódio em relação às camarilhas do capital monopolista que cunhavam seu dinheiro com o sangue e o sofrimento da população e dos soldados, se refletiram no isolamento dos círculos mais ricos. Eles apoiaram e se beneficiaram até o último momento do regime totalitário. O ódio para com estes parasitas se espalhou a setores da oficialida-

de. Esta é uma indicação de que o capitalismo esgotou sua missão histórica e se converteu em um obstáculo cada vez mais importante para a produção. Em Portugal, como demonstra o infeliz episódio de Spínola, *mesmo o Estado Maior estava dividido*.

O regime estava tão apodrecido que realmente a revolução foi incruenta. A maioria das vítimas depois da queda de Caetano se produziu por assassinatos desesperados e vingativos da PIDE, a polícia secreta portuguesa que não via mais futuro que uma cela ou uma bala.

As massas intervieram imediatamente para tirá-los de circulação, eliminando qualquer possibilidade de reagrupamento e reconstrução de sua parte. O regime de Caetano morreu sem defesa popular, sequer entre a classe média.

Contudo, a cegueira, a falta de perspectiva, de programa e de uma política clara por parte do MFA, se tornaram evidentes com a entrega imediata do poder a Spínola – ante

a insistência de seu amigo Caetano!

Sem a intervenção e a pressão do movimento de massas da classe trabalhadora, que havia afetado as fileiras das forças armadas, a revolução teria se extinguido. *A força principal da revolução em Portugal foi o movimento de massas.* Isto produziu seu impacto na tropa e mesmo nas camadas médias e superiores do exército. A reação se reuniu em torno da figura do novo presidente Spínola. Ele não havia participado na conspiração por que era um homem conectado, por seu casamento, com os monopólios e ele próprio contava com uma grande fortuna, por isso esperou prudentemente os resultados.

As manifestações e o movimento nas ruas demonstravam – com o desafogo do “populacho” – que as coisas tinham ido demasiado longe!

Spínola decidiu frear as massas e se preparou para canalizar o temporal da revolução. Não tinha a intenção de abandonar o domínio das colônias africanas, o que tentava era manter o controle imperialista português, mas de forma disfarçada. Mais tarde, quando a luta se fez visível, o general de brigada Gonçalves revelou que Spínola havia ameaçado pedir à África do Sul e aos EUA que intervissem com seus exércitos nas colônias africanas!

Contudo, devido ao tormentoso movimento de massas em uma série de greves e manifestações espontâneas contra os baixos salários e as terríveis condições trabalhistas em Lisboa, e com o vácuo de poder devido à inexistência de partidos burgueses organizados, Spínola não tinha outra alternativa que formar um governo de coalizão ou frente popular com os liberais em posições dominantes, e com o PCC e o PSP representados no gabinete.

O Movimento das Forças Armadas não tinha um programa próprio claro, exceto um vago antifascismo. O fato de que elegeu a Spínola como presidente é uma prova de sua ingenuidade. Spínola calculava que a revolução se acalmaria com o cansaço e a desilusão das massas. Acreditava que podia manipular facilmente ao Movimento das Forças Armadas – um movimento de oficiais – *que nesse momento pensava em termos de democracia burguesa.*

O programa do Movimento das Forças Armadas era impreciso. A declaração de 25 de abril constava de “liberdades civis, programa de salvação nacional, eleições gerais e livres para eleger uma assembleia constituinte... uma forma própria de vida política e social... um governo militar como uma fase de transição”.

Ainda em 6 de maio, Costa Gómez, agora à “esquerda”, declarava em Angola que Portugal não tinha intenção de “se retirar”. Quando lhe foi perguntado se a Junta garantiria a independência se fosse o desejo democraticamente expressado pelo povo, respondeu: “O futuro governo será que o decida. A Junta tem somente uma função limitada, restaurar a democracia em Portugal”.

Entre bastidores, as embaixadas imperialistas, especialmente a estadunidense, pressionavam a Spínola para que pusessem fim à revolução. Os aliados da OTAN miravam com receio ao “cuco no ninho deles”, isto é, aos ministros comunistas do gabinete.

Spínola secretamente confabulava com as potências imperialistas. A embaixada estadunidense garantia às multinacionais em Portugal que a “calma” seria restaurada e que o PCP, e possivelmente o PSP, estariam fora do governo no final de 1974.

Spínola tentava assumir um papel bonapartista com o apoio do MFA, os dirigentes do PCP e do PSP, sem política nem perspectivas, especialmente este último, iam na retaguarda de Spínola. Álvaro Cunhal desempenhou um papel particularmente covarde, o PCP apresentava Spínola, apesar de seu passado, como um grande democrata e antifascista.

Sem uma organização flexível ou geral dos trabalhadores e dos soldados, como as juntas ou os soviets, que as direções do PCP e do PSP não tinham intenção de fomentar, se produziu um movimento elementar e massivo em direção aos sindicatos recém-formados, a classe trabalhadora sentia a necessidade instintiva de se organizar em algum tipo de organização de massas. Agora, mais de 50% dos trabalhadores, uma percentagem mais alta que na maioria dos países industrializados, estão organizados em poderosos sindicatos. Era este poder o que preocupava a Spínola e aos representantes do capital.

Depois da revolução de fevereiro e antes da Revolução de Outubro, a organização das massas em sindicatos alcançou um nível nunca visto na Rússia. Os trabalhadores sentiam a necessidade de se organizar como uma forma de conseguir melhores condições de trabalho e salariais, e também para defender a revolução. A escassez de comida e a fome existente entre os trabalhadores os obrigou a lutar por reivindicações elementares. Os dirigentes do PCP e do PSP tentaram conter os trabalhadores portugueses. Os estalinistas diziam que as greves provocariam a “reação”. As concessões arrancadas aos monopólios na forma de aumentos salariais eram, segundo eles, um “complô” para destruir a revolução. Diziam que “70%” da “indústria” portuguesa empregavam

entre 1 e 5 trabalhadores e que, portanto, estes aumentos salariais provocariam sua ruína!

Na realidade, a maior parte da indústria estava nas mãos dos bancos e das “sete famílias”. A política dos dirigentes reformistas e do PCP somente poderia ter levado à vitória do complô contrarrevolucionário de Spínola.

Spínola e a tentativa de reação

A todo o momento as manobras de Spínola estavam dirigidas para preparar uma virada bonapartista da revolução e para concentrar todo o poder em suas mãos. Este era somente um passo para esmagar a revolução que desde o primeiro dia havia sido sua principal preocupação.

A eleição de Carlos Da Palma como primeiro ministro foi o primeiro passo para conseguir este objetivo, um propósito ante o qual estavam totalmente cegos o dirigente do PCP, Álvaro Cunhal, e o do PSP, Soares.

Sua política de coalizão os tornava mais incapazes de entender os acontecimentos que mesmo os oficiais “não políticos” do exército que estavam acostumados a obedecer ordens. Se dependesse desses “dirigentes” hoje em Portugal haveria uma ditadura bonapartista spinolista, de caráter totalitário.

Carlos Da Palma pediu ao Conselho de Estado, em julho de 1974, poderes mais amplos anunciando que se demitiria se não lhe fosse concedido esses poderes. Quando isto lhe foi negado, ele e outros três ministros liberais se demitiram. Carlos Da Palma havia pedido *celebrar dentro de três meses a eleição do presidente para poder consolidar o poder de Spínola*, ademais da redação de uma constituição provisória e atrasar as

eleições à Assembleia Constituinte até 1976. Tratava-se, pois, de uma conspiração com a colaboração da camarilha de Spínola. Este último mantinha a presidência enquanto aguardava uma ocasião mais propícia. Mas teve que sacrificar o professor Carlos Da Palma e, em seu lugar, foi instalado um governo mais à esquerda. Mas o mais importante é que não pôde conseguir o controle do MFA que, embora a passo vacilante, controlava as forças armadas. Para tornar mais aguda a tensão, Da Palma explicou, com seu estilo de catedrático liberal, que a situação existente em Portugal (a onda de greves, o movimento grevista dos trabalhadores, a expulsão por parte dos trabalhadores dos diretores que pertenciam ao partido fascista, a existência de elementos de controle operário, a intervenção dos comitês de empresa na contratação e demissão de trabalhadores, as manifestações de trabalhadores...) “equivale a um clima de indisciplina social que é completamente contrário a meu temperamento e as minhas ideias sobre a democracia”, e por essa razão ele havia pedido maior poder.

O professor liberal, acostumado à calma de seu gabinete na universidade pública, custodiado pelas botas e pelas armas da polícia fascista, devia ter nesse momento pesadelos horríveis! Para cavalheiros deste tipo parece uma loucura que os trabalhadores levantem a cabeça, exijam direitos e exponham suas necessidades. Nisto, Da Palma plagia outro professor liberal, o russo Miliukov, quem, sendo ministro, usava quase exatamente as mesmas palavras para descrever a situação da revolução russa. A estes senhores, o que lhes aterroriza é a ruptura por parte dos trabalhadores do hospício insano do capitalismo e, por isso, necessitam dos carcereiros fascistas.

Mas os dirigentes dos partidos dos trabalhadores estavam cegos diante deste processo. O periódico do PCP, *Avante*, condenava as propostas de Da Palma e apelava para Spínola, que era o real manipulador.

Depois da saída de Da Palma, Spínola continuou seu complô e tentou preparar o ambiente para uma nova tentativa. Em um discurso pronunciado em 18 de julho Spínola declarou que o “clima de anarquia não pode continuar... qualquer tentativa de subverter a disciplina será considerada uma traição contra a liberdade e a democracia”.

A *primeira crise* do novo governo português colheu de surpresa aos dirigentes do PCP e do PSP (o mesmo aconteceu nas crises seguintes). Carlos Da Palma, o primeiro ministro liberal burguês, demitiu de acordo com Spínola. A intenção era empurrar o governo *para a direita*, livrar-se dos ministros do PCP e mais tarde expulsar do governo aos do PSP. As eleições à Assembleia Constituinte tinham sido adiadas durante um ano para dar tempo aos partidos burgueses de se organizarem. Mas cada vez mais Spínola tratava de desempenhar algum tipo de papel bonapartista com o semibonapartista Movimento das Forças Armadas.

As massas reagiram com todas as suas forças. O Conselho do MFA rejeitou as sugestões de Spínola. Em seu lugar, o general de brigada Vasco Gonçalves se converteu em primeiro ministro e a maioria dos postos do gabinete passou às mãos de oficiais das forças armadas.

Dessa forma, a tentativa de empurrar a revolução para a direita foi abortada e adquiriu um ímpeto maior para a esquerda, enquanto fracassava a tentativa de expulsar do governo aos ministros do PCP! Além de não cumprir as garantias

que Spínola havia dado ao embaixador estadunidense sobre a expulsão dos comunistas antes do final do ano, a posição de Spínola dentro do MFA se debilitou. Os oficiais começaram a reechar de sua atitude.

Que a reação não pudesse conseguir rapidamente uma base de apoio em Portugal não se deveu à perspicácia, clarividência e compreensão dos dirigentes dos partidos operários. Se dependesse da política que eles defendiam perante as massas, com certeza Spínola teria conseguido uma base de apoio.

Eles participaram da armadilha fictícia e burguesa de apresentar Spínola como um herói da revolução. Se dependesse deles, a revolução portuguesa teria seguido os primeiros passos da revolução espanhola em 1931-37. Em dois anos, a direita republicana de Lerroux e Gil Robles conseguiu ganhar uma base social e a vitória nas urnas.

Mas o tempo e a decadência do capitalismo em escala mundial teve seu impacto. A maioria dos oficiais se viu afetada pela sangrenta e agonizante guerra na África. Ainda mais importantes foram os efeitos dos quinze anos de guerra sobre as massas sem direitos e sob um regime bárbaro de terror e tortura. As massas viveram em condições de pobreza e trabalho duríssimo, sem perspectivas e com uma escravidão diária inevitável.

As massas buscavam alguma luz e alívio para sua situação. O capitalismo mundial agora está minado. O febril giro à esquerda da classe média em Portugal, e agora na Grécia, é um sintoma da agonia do capitalis-

mo europeu e mundial que afeta primeiro a margem mediterrânea. Durante os próximos dez ou vinte anos provavelmente veremos acontecimentos similares, com um ritmo mais ou menos rápido, na maioria ou em todas as potências europeias, e também nos EUA e no Japão. A Espanha será o próximo país. No momento atual somente em Portugal soa a *ouverture* da revolução. A sinfonia gloriosa será tocada na Espanha.

Devido à ausência de uma direção revolucionária em Portugal, em contraste com a revolução russa, a revolução teve a peculiaridade de que cada passo à frente da revolução foi provocado pelos movimentos da contrarrevolução.

Neste sentido, a classe trabalhadora deu prova de uma vontade ainda mais determinada de resistir às tentativas da reação que no curso da própria revolução russa. A classe trabalhadora é mais numerosa e poderosa que os trabalhadores russos no momento da revolução. 10% da população russa eram formados por trabalhadores industriais, enquanto que em Portugal este índice é de 33%. Na Espanha durante a revolução do pré-guerra o proletariado seria de 25% da população. Com a

casta de oficiais radicalizada, com as massas conscientes das guerras perdidas na África, onde foram desperdiçados o sangue e os recursos portugueses, com a vontade implacável das massas de não regressar nunca mais ao inferno do fascismo totalitário e com o contexto internacional, todas estas eram condições muito favoráveis para o desenvolvimento da revolução. Se o processo foi mais lento em alguns aspectos que na revolução russa, isto se deveu à “direção”, que permaneceu na zaga dos acontecimentos e se deixou arrastar por eles, em vez de dar uma direção consciente ao processo. Eles, “os dirigentes”, seguiram adiante e se viram arrastados pelo movimento da base. Spínola, depois de consultar os dirigentes do exército na África, teve que decretar a “descolonização” ou conceder a independência às colônias africanas, simplesmente porque as forças armadas, incluindo os suboficiais, não queriam seguir lutando para manter os interesses do imperialismo português, embora tenha tratado de manter Angola, dada sua grande riqueza ainda sem explorar.

Mas ao ver como se desenvolvia o processo revolucionário, os monopólios e o capital internacional estavam cada vez mais alarmados. Spínola era o foco da reação. Depois de tentar se livrar das forças armadas, Spínola utilizou sua posição de presidente para iniciar uma campanha bonapartista. As eleições foram adiadas e começou uma campanha para um plebiscito bonapartista que confirmasse Spínola como presidente, “o herói da revolução”, e d-lhe as bases para reunir os oficiais reacionários, o campesinato e a pequena



burguesia, especialmente no norte, onde se encontravam os elementos politicamente mais atrasados. Tratava-se de mobilizar a reação e depois preparar o golpe. Em Lisboa, Porto e em outras cidades apareceram cartazes convidando à manifestação a “maioria silenciosa”, eram os preparativos do que deveria ser uma mobilização contrarrevolucionária em Lisboa para o dia 30 de setembro de 1974.

Nesse processo estavam envolvidos elementos suspeitos de pertencer à antiga “legião portuguesa” e outros grupos fascistas simpatizantes. Exigiam a eleição do presidente antes das eleições gerais. Os monopólios e, provavelmente, o capital internacional puseram muito dinheiro na campanha.

Todos esses preparativos estiveram rodeados de declarações furiosamente patrióticas na imprensa burguesa. Spínola nomeou os comandos encarregados da guarda no palácio presidencial. Dezenas de milhares de reacionários deviam ser transportados em caminhões até Lisboa procedentes da cidade do Porto e do norte do país. Na própria Lisboa também se deixou ver a “maioria silenciosa”.

Começaram a se espalhar rumores de que a reação, especialmente os antigos membros da Legião Portuguesa, iam trazer armas para Lisboa. Inclusive começaram a circular notícias de que estavam sendo escondidas armas na “Lisboa Vermelha”.

As massas começaram a se alarmar. Enquanto Cunhal suplicava a Spínola a partir das páginas de *Avante* e em seus discursos para que fizesse algo para “deter a direita”, as massas começaram a agir. Nos últimos dias de setembro começaram a aparecer barricadas em torno de Lisboa, nas rodovias que levavam ao centro que é onde ia ser celebrada a manifestação.

Os soldados das patrulhas se negaram a intervir ou miravam com indiferença quando os trabalhadores que defendiam as barricadas desarmavam os oficiais. Muitos trabalhadores estavam armados com revólveres e rifles que alguns soldados lhes haviam entregado.

Tudo estava preparado para um confronto sangrento. Neste momento, Spínola se deu conta de que não contava com uma força real em que confiar. A atmosfera eletrizante obrigou ao MFA a agir. Exigiram de Spínola que se definisse e suspendesse a manifestação.

De início, Spínola tentou lutar e os desafiou. No dia 28, chamou ao palácio presidencial ao primeiro ministro Vasco Gonçalves e o ministro Melo Antunes. E os prendeu! Tentou declarar o estado de emergência que lhe teria dado todos os poderes e o controle das forças armadas.

Costa Gomes, comandante em chefe, se negou a assinar as ordens às tropas. Se o tivesse feito não teria servido de nada, porque as tropas se negaram a se mover. Spínola percebeu que sequer podia confiar nas tropas de choque, porque estas não estavam dispostas a disparar sobre outros regimentos ou contra milhares e dezenas de milhares de trabalhadores que começavam a se congregarem. Em duas horas, Gonçalves e Antunes foram libertados.

Ao ver fracassado seu objetivo, isto é, a mobilização da reação contra as massas, Spínola teve que suspender a manifestação e se demitir.

Dessa forma, a tentativa de unir forças para um contragolpe direitista foi derrotada, mais uma vez, pela mobilização espontânea dos trabalhadores. Isto empurrou a revolução ainda mais em direção à esquerda.

Cunhal, dirigente do PCP, em uma entrevista concedida ao *Diário de Lisboa*, ainda em 25 de se-

tembro, suplicava a Spínola, origem e principal organizador desta reação, que “tomasse medidas para sufocar a direita!”, dessa forma, portanto, suplicavam a Belzebu para que este fizesse algo contra todos os pequenos diabos!

A manifestação havia sido organizada em torno a consignas como: “Contra o clima de anarquia... Não aos extremistas... Estão preparando novas formas de escravidão”. O discurso de Spínola de 10 de setembro foi uma incitação para que se organizasse a reação direitista. A Legião Portuguesa e outros grupos de direita e fascistas se mobilizaram em apoio a Spínola.

Quiçá o apelo mais sério foi o que fez em 26 de setembro o Sindicato de Trabalhadores do Transporte para que os trabalhadores se negassem a trasladar os manifestantes a Lisboa em trens ou ônibus. Então, os organizadores ameaçaram trazer suas forças em caminhões. Isto foi frustrado com o levantamento de barricadas.

Em 28 de setembro, militantes de esquerda desafiaram as ordens do exército de abandonar as barricadas levantadas nos subúrbios de Lisboa. Grupos de soldados armados, de marinheiros e de trabalhadores, que portavam insígnias de “segurança” nas lapelas, fizeram uma “malha fina” nos hotéis de Lisboa buscando aos “direitistas”, isto é, aos fascistas. Já haviam feito todos os preparativos para um golpe que coincidissem com a manifestação pró-Spínola.

Que lamentáveis e inadequados foram a política e os preparativos do PCP e do PSP às vésperas desses acontecimentos. Quão longe estavam da previsão, análise e compreensão da direção bolchevique de Lenin e Trotsky em cada uma das etapas da revolução.

Assim, o segundo movimento decisivo da reação em um momento, escolhido intencionalmente

devido às pressões turbulentas da revolução, terminou em derrota. Mas, de novo, Spínola conservou sua posição e se preparou para uma nova tentativa em circunstâncias mais favoráveis. Por esta ocasião ele havia perdido a presidência. Teve que se demitir obrigado pelo MFA, embora tenha se ocultado às massas que ele havia tentado dar um golpe de estado para tomar o poder em suas mãos.

A revolução havia recebido um novo impulso à esquerda com o triunfo sobre a intentona golpista. Apesar disso, a inflação continuou subindo até alcançar de 30 a 35%. O desemprego crescia rapidamente. A inflação aprofundou a situação de empobrecimento das massas.

Os grandes capitalistas e os bancos continuavam sua resistência passiva. O investimento caiu rapidamente e ocorreu o mesmo com a produção. As condições das massas eram cada vez mais críticas. Dentro da força aérea um amplo setor dos oficiais estava com Spínola, mas a maior parte dos oficiais do exército e da armada estava contra ele.

10% dos oficiais da marinha haviam sido depurados por meio da aposentadoria compulsória. 200 oficiais do exército haviam perdido suas patentes. Dessa forma, uma minoria importante e considerável das forças armadas, particularmente entre os altos mandos, estava com Spínola, mas a oposição das massas e a *inevitável resistência da tropa dos três setores do exército*, a esmagadora maioria, tinham a mesma atitude que os trabalhadores – foi o que conseguiu derrubar o complô contrarrevolucionário de Spínola.

O MFA começa a consolidar o poder

Sem aprender nada dos acontecimentos desta época, o PCP con-

tinuou com seu programa de “revolução democrática”. A mesma posição de Stalin depois da revolução de fevereiro na Rússia, com a diferença de que os comunistas portugueses haviam abandonado o adjetivo “burguês” e falavam e escreviam sobre a revolução democrática no abstrato.

O congresso do PCP de 29 de outubro de 1974, quase um mês depois dos acontecimentos de setembro, continuava incluindo ainda somente reivindicações democráticas, com vagas referências à “liquidação dos monopólios no desenvolvimento econômico”, que pode significar muito ou nada. Isto só conseguia despistar os seus seguidores. O governo anteriormente havia enfrentado uma situação onde a maioria dos comitês de empresa em muitas, se não em todas, as grandes empresas e indústrias havia acumulado uma grande parcela de poder, decidindo sobre a contratação e demissão dos trabalhadores, mas agora, de má vontade teve que reconhecer o direito à greve. Colocou, porém, tantas condições que teria sido mais difícil fazer uma greve em Portugal que nos EUA com a lei Taft-Hartley ou na Grã-Bretanha com a Lei de Relações Industriais dos conservadores britânicos!

As greves de solidariedade e todo tipo de greves “políticas” foram proibidas. Mas o movimento continuava se desenvolvendo apesar da timidez do PSP e PCP, e do fato de que o MFA se limitava unicamente a reagir diante os acontecimentos. A lei de greve foi aceita antes desses acontecimentos. Sem dúvida, o próprio Spínola teve algo a ver na redação das condições.

Enquanto o PCP guardava silêncio, aos dirigentes do PSP não lhes restou outro remédio a não ser protestar. Assim, em dois

de setembro, o PSP condenou a “natureza restritiva da lei” e fez referência à “atual natureza dinâmica dos conflitos trabalhistas”. Na realidade, compreendiam a impossibilidade de conter a pressão acumulada no movimento operário depois de duas gerações de repressão. O que precisamente Spínola desejava dominar era este irresistível movimento das massas.

Os fascistas haviam tentado reorganizar suas forças em uma série de partidos pequenos que se multiplicavam como cogumelos. Os monopólios, aterrorizados pela vaga elementar das massas, provavelmente os financiavam. Não há dúvida de que os grandes capitais internacionais também contribuía.

Em setembro e outubro, o governo, temendo que as massas fizessem justiça com as próprias mãos, proibiu os grupos fascistas, dos quais muitos dirigentes “patriotas” eram membros ou elementos destacados da dissolvida Legião Fascista.

Em dois de outubro, o COP-CON (a recentemente organizada polícia de segurança do MFA) passou o pente fino nos escritórios do chamado Partido Progressista de Lisboa e encontraram “um arsenal” e “planos”, que seriam realizados durante a manifestação da “maioria silenciosa”. Este partido, entre outros, foi proibido.

Os partidos “democráticos” de direita estavam suspensos no ar sem uma base sólida. As pressões das massas se refletiam de forma destorcida na ultraesquerda que sitiou o Partido Socialdemocrata do Centro, onde havia encontrado refúgio o antigo Partido Fascista do Governo.

As tropas enviadas para “proteger” o congresso simpatizaram com os manifestantes de esquer-

da e isso levou a um comentarista estrangeiro, burguês, mas sério, a afirmar que estas ações estavam “provocando o temor de uma virada à esquerda do governo e de uma possível guerra civil”.

A casta de oficiais deste governo semibonapartista – com o poder real de decisão nas mãos do MFA – começou a apalpar o terreno para institucionalizar o Conselho da Revolução, e desta forma ter um controle permanente ou quase permanente do estado e do país. Os dirigentes do PSP e do PCP os defenderam. Mas a reação, depois da destituição de Spínola, estava cheia de medo e raiva.

Eis aqui um giro curioso na Revolução Portuguesa! A reação estava contra o domínio e o controle militar, enquanto os “progressistas” estavam clamorosamente a favor. Os dirigentes do PSP e do PCP não tinham uma organização a oferecer frente à do Estado, enquanto os partidos de direita, como em todas as revoluções anteriores, não tinham nem as massas nem a maioria da casta dos oficiais. Dessa forma, o PPD lançou um forte ataque contra as reuniões do MFA em Aveiro.

“Quando vemos o MFA discutindo a composição do gabinete, examinando os planos econômicos, pronunciando-se sobre a lei sindical, devemos nos perguntar, como perguntam nos países estrangeiros, *estamos vivendo ou não sob um governo militar?* Alcançamos o ponto de ruptura... não podemos continuar vivendo em clima de guerra civil... não podemos tolerar por mais tempo a escalada da linguagem revolucionária que adquire um tom cada vez mais triunfante. É vital que o povo não seja submetido a soluções revolucionárias que ele não escolheu”.

A Assembleia do MFA de seis de fevereiro de 1975 entregou

todos os poderes à Junta Militar para “depurar e dar moralidade ao modo de vida da nação” e se opor às manobras contra a economia, a defesa nacional e a ordem pública.

A linguagem era imprecisa, mas colocava uma bota militar, clara e firmemente, sobre a nação. Em 12 de fevereiro, Mario Soares pediu à Junta que “dissipe a insegurança em Portugal tornando públicos seus objetivos e propósitos”.

A Junta, nesse momento, teria dificuldades em fazer isto porque nem ela mesma os conhecia, além da determinação de manter o poder em suas mãos e impedir o regresso do antigo regime!

Nesse momento estavam em posição similar à de Castro em 1959, depois da derrubada de Batista. É certo que eles não tiveram que realizar uma arriscada guerra de guerrilhas, mas se viram obrigados a se colocarem à cabeça de um golpe militar que havia aberto de par em par as comportas da revolução, e agora não podiam controlar tão facilmente o movimento.

O PPD (socialdemocratas) em 14 de fevereiro acusou a Junta Militar de usurpar o papel dos partidos civis. Cada vez mais o poder real estava *por decreto* nas mãos da Junta. Dessa forma, decidiram que o MFA deveria ter o direito a veto na eleição do presidente e controlar o governo provisório e a assembleia constituinte, como também decidiram os nomes dos membros militares do gabinete e insistiam na independência do exército, na independência da Junta e no reconhecimento de seu lugar na constituição.

Embora em condições diferentes, estes eram os poderes que tinha a junta militar argentina antes de sua derrubada. Era uma constituição por excelência bonapartista, mas a burguesia portuguesa e in-

ternacional não estava disposta a apoiar este poder *devido a sua relativa independência e caráter incontrolável*. Especialmente porque pareciam se basear nas massas em busca de apoio.

Todos os seguidores mais conservadores de Spínola nas forças armadas se opunham a estas medidas. Estavam a favor da “reestruturação” das forças armadas para se desfazer dos oficiais radicais e com “inclinação revolucionária”. Diziam que a reorganização “(...) não será fácil, mas se os oficiais revolucionários continuam na política, então será impossível”.

Em novembro, todos os antigos generais dos três setores do exército tinham sido retirados compulsoriamente, os almirantes aos 62 anos, os generais de brigada aos 60 e os coronéis e capitães da marinha aos 57 anos. Até Spínola passou oficialmente à condição de aposentado!

Cunhal e o PCP acompanharam obedientes e passivamente cada virada das forças armadas. Soares, o dirigente do PSP, enquanto falava demagogicamente de socialismo e ditadura do proletariado para um futuro longínquo, ao mesmo tempo adotou uma posição equivocada ante o poder arrogante do MFA.

Em 18 de fevereiro, Cunhal fez algumas perguntas retóricas ao líder do PSP. “Diga quem são seus amigos e quem são seus inimigos”. É você um aliado do PCP e de outras forças democráticas contra o capitalismo e a reação, ou está com as forças conservadoras de direita contra a revolução?”

Soares refletia as dificuldades dos círculos burgueses e pequenos burgueses diante das tensões da sociedade portuguesa e da atitude radicalizada do MFA; tentava assustar aos oficiais radicais e as massas com o espectro da intervenção das potências capitalistas estrangeiras.

Nesse momento, as manobras navais da OTAN em torno de Portugal obviamente eram uma tentativa de ameaçar as massas e mesmo aos oficiais radicalizados!

O dirigente socialista propôs ao MFA um novo acordo e em uma conferência de imprensa em 27 de fevereiro declarou que “uma cisão profunda e finalmente um bloqueio econômico ou a intervenção estrangeira são possibilidades que não se podem excluir ou considerar ligeiramente”.

Esta era a atmosfera em que se maquinava a nova conspiração spinolista. Da mesma forma que na Revolução Russa, as massas exerciam uma enorme pressão sobre os padrões e estes queriam uma mão dura à cabeça do Estado, ou seja, voltar a algum tipo de ditadura policial-militar para deter a revolução. A expropriação das empresas estava no ar e queriam se livrar deste fantasma.

Em 21 de fevereiro, o governo aprovou o “Plano Econômico Trienal” no qual se via a mão dos ministros do PCP e do PSP, já que os oficiais não se consideravam especialistas em economia. Que paródia miserável e travestida! Era menos radical que as medidas do pós-guerra na França e Itália; muito menos que o programa do governo trabalhista britânico de 1945-51 e mesmo que o atual. Previa o controle estatal parcial de certas indústrias (como o Conselho Nacional de Indústria Britânico), a expropriação de algumas terras e o aumento do investimento estrangeiro. Igual às medidas que Tony Benn queria introduzir com o Conselho Nacional de Indústria Britânico, e que existem na Itália como o IRI (Instituto de Reforma Industrial) e o “Dirigisme”, ou na França com o “plano” francês, que previa um maior controle político da economia, *a injeção de ajuda*

estatal para evitar as falências e o desemprego, melhorar os serviços de saúde, além de uma reforma da Previdência Social. Ao mesmo tempo, da mesma forma que o proposto por Tony Benn no Conselho Nacional de Indústria Britânico, o Estado ficaria com 51% das minas mais importantes, do petróleo, do gás natural, do aço, das refinarias, petroquímicas, da eletricidade, tabacos e fabricação de armas, a maioria destas indústrias na Grã-Bretanha *já estão totalmente nacionalizadas*.

Melo Antunes, que supostamente havia redigido o documento, declarou que era um documento “revolucionário”, embora tenha se apressado a assegurar às grandes empresas que as mudanças não se produziram de forma “abrupta e violenta”!

Ao mesmo tempo, quiçá para recompensar o arrojo do MFA, os dirigentes do PSP e do PCP anunciaram “uma política de ajuste de preços e renda” para controlar a inflação. A classe trabalhadora “devia levar em consideração a peculiar situação histórica em que estamos...”.

Antes disto, em agosto de 1974, o MFA e o governo haviam declarado *sua intenção* de nacionalizar os três principais bancos: o Banco de Angola, o Banco Nacional Ultramarino e o Banco de Portugal.

Quiçá tenha sido este um dos fatores que levaram a burguesia a pressionar Spínola para a conspiração de setembro. Agora, mais uma vez, estas tímidas medidas, unidas à situação de “indisciplina” dos soldados e à atuação dos trabalhadores, como se “eles fossem os donos das fábricas”, expulsando e prendendo os diretores fascistas, estabelecendo elementos de duplo poder e controle operário nas fábricas e indústrias, em geral tornavam a vida impossível para a classe dominante, especialmente para as sete

famílias. E ao lado estava a pressão das grandes potências imperialistas, especialmente os EUA. Podemos estar seguros de que a embaixada estadunidense de forma discreta empurrou Spínola para a ruína.

Resulta irônico que os dirigentes pequenos burgueses dos partidos operários, em condições revolucionárias, às vezes se vejam empurrados pelos acontecimentos revolucionários e pelas pressões favoráveis das massas, e terminem indo além do que desejavam ou pretendiam chegar.

Que os “dirigentes” não tinham ideia de nacionalizar sequer as “principais alavancas de comando” da economia, se pode ver no “plano” trienal. Viam o “socialismo” como um futuro distante e longínquo, algumas gerações além. Agora era o momento da revolução “democrática”. Em particular o PCP resistia à pressão das massas, predicando a paciência para não “provocar a reação”. Se nesta ocasião sua política não terminou em desastre foi graças à maré revolucionária e apesar de sua política. Os dirigentes do PCP não compreendiam nada da dialética dos acontecimentos. Se dependesse – e ainda depende – deles, a revolução já teria sido esmagada.

O golpe de 11 de março: a reação tem que retroceder

Com a revolução em seu ponto de ebulição, com a autoridade dos empresários minada, com uma situação social e política indefinida, a reação não podia esperar as eleições. Sabiam que as massas rejeitariam o capitalismo. Da mesma forma que a burguesia russa, compreendiam que a classe capitalista, débil e isolada, seria uma pequena minoria dentro da Assembleia Constituinte. Tiveram que aceitar o totalitarismo fascista ou bonapartista, o controle

autoritário, durante mais de 50 anos para salvaguardar sua propriedade. Agora, sentiam a pressão fervente da revolução e buscavam algum general que os salvasse com uma nova ditadura militar e assim restabelecer a “lei e a ordem”.

Em 11 de março de 1975, Spínola, um aventureiro ainda menos afortunado que Kornilov, decidiu, provavelmente depois de consultar-se com seus aliados da OTAN e das embaixadas da Europa Ocidental e dos EUA, que havia chegado o momento de acabar de uma vez por todas com a revolução.

Como Kornilov, mobilizou o que não passou de ser somente um exército fantasma em Lisboa procedente da base aérea de Tancos. Disse aos paraquedistas e aos oficiais de aviação, que tinham sido a reação menos radical e o setor mais importante de apoio a Spínola, que os tupamaros, ajudados por conspiradores anarquistas, haviam tomado os quartéis de artilharia de Lisboa. Este era o setor mais radical das tropas onde os maoistas tinham algum apoio. Utilizaram alguns aviões para bombardear os quartéis e pedir a rendição do comandante. Os paraquedistas se dirigiram aos quartéis, trocaram tiros e houve algumas baixas.

Haviam preparado o apoio de unidades terrestres e esperavam que dessem um “apoio considerável” na intentona contragolpista. Houve um enfrentamento entre o comandante dos paraquedistas, o capitão Martin, e o capitão de artilharia, De Almeida. Os quartéis da guarda republicana foram ocupados por oficiais spinolistas. O oficial no comando, o general Ferreira, foi tomado como refém. Spínola denunciou que os “comunistas dominavam o caos”.

Mas, na realidade, Spínola contava com menos forças que Kornilov em 1917. Este último também



Manifestação de operarios em 25 de Abril de 1974 (Fonte - Internet)

enganou suas tropas (a divisão selvagem dos montanheses do Cáucaso) denunciando uma “rebelião bolchevique”.

Mas, ao produzirem-se manifestações de massas dos trabalhadores, as forças do contragolpe se desvaneceram. Os paraquedistas e os comandos sempre são as forças mais conservadoras do exército, formadas habitualmente pelos elementos mais aventureiros e selvagens da população, normalmente é a força de elite das tropas de choque, a de mais confiança e última a se romper, como ocorria com os cossacos na Rússia. Agora os paraquedistas asseguravam aos manifestantes “nós não somos fascistas”. Uniram-se aos trabalhadores e às tropas do regimento de artilharia. Alguns entregaram seus rifles aos manifestantes como prova de sua boa-fé.

A poucas horas do golpe, a base aérea foi tomada. Spínola e a maioria de sua camarilha de oficiais fugiram para a Espanha. O golpe se evaporou não em dias, mas em minutos. *Foi, quiçá, a tentativa de contrarrevolução mais ridícula e cômica da história. Foi um fracasso*

so precisamente devido à atmosfera revolucionária que estava no ápice e que afetava não somente os trabalhadores e camponeses, como também a toda a base das forças armadas. Não havia um só regimento em Portugal que pudesse ser utilizado para propósitos contrarrevolucionários.

O povo português havia vomitado o fascismo com o qual identificava a ditadura do capital e não estava disposto a permitir que se desse nem um só passo em direção ao estabelecimento de outro regime militar. Esta é a verdadeira explicação do fracasso.

Foi a terceira tentativa de canalizar a revolução para o bonapartismo burguês. Na fábula, quando o pastorzinho gritou “o lobo está vindo!” pela terceira vez ninguém o acreditou e foi devorado. Mas nesta ocasião quem sofreu o desastre foi o lobo da reação!

Algumas semanas antes da tentativa de golpe, nas eleições para a junta militar, percebeu-se que Spínola tinha forças dentro da casta militar em que podia confiar dada a inclinação clara de alguns oficiais

em relação à reação. Depois de sua demissão da presidência, havia mantido contatos políticos e militares, somente esperava a oportunidade para se lançar.

Para a assembleia do MFA foram eleitos oficiais chamados centristas, partidários de Spínola, antigos colegas e ajudantes seus, em vez de se eleger oficiais radicais de esquerda, seguidores de Rosa Coutinho, Gonçalves e Carvalho. O próprio Carvalho e três dos cinco membros do Comitê Coordenador do MFA foram derrotados nas eleições de oficiais. Carvalho só conseguiu manter seu posto na Assembleia Geral como membro oficioso, visto que era o chefe da COPCON.

Era evidente uma certa virada à direita no seio dos oficiais, o que significava um tremendo perigo para a revolução e, sobretudo, porque os dirigentes operários não conseguiam compreender suas implicações.

Ao se dar conta da situação, os oficiais radicais tomaram medidas. Os oficiais direitistas seguidores declarados de Spínola foram destituídos. A estrutura do Estado Maior das Forças Armadas mudou. Formou-se uma Junta Nacional de Salvação com plenos poderes legislativos para “dirigir e pôr em prática o programa revolucionário em Portugal”. O comandante Correia Jesuíno encabeçava um conselho com poder de vetar a legislação do gabinete e de legislar com ou sem a aprovação do gabinete. A Assembleia Geral foi remodelada, o exército de terra teria 120 representantes, a armada 60 e a força aérea 60.

No “Conselho Supremo da Revolução”, eleito por este organismo, não tinha nem um só membro que tivesse patente inferior a capitão. Predominavam os generais de brigada, almirantes e

comandantes da força aérea!

Marx escreveu que nos escritos de Hegel, pesados e aparentemente obscuros, se podia ver a revolução em um momento histórico determinado. Somente o gênio criador da história podia nos deparar com o espetáculo de uma revolução veiculada por generais e almirantes! Isto foi assim porque o capitalismo em Portugal estava esgotado, um país semicolonial e semi-imperialista sem saída sob o capitalismo depois da perda do império. Ao mesmo tempo, a ditadura militar burguesa estava completamente desacreditada, inclusive entre setores da casta militar devido aos 50 anos de experiência sob a ditadura.

Mas a principal razão do imenso papel que desempenharam os militares foi a paralisia das organizações dos trabalhadores e a ausência de um partido e uma direção genuinamente marxistas. Na realidade, desde o início da revolução, *o verdadeiro poder esteve nas mãos dos trabalhadores e dos soldados* – o MFA preencheu o vazio provocado pelo fracasso das direções do PCP e do PSP.

Os cadetes (democratas constitucionais), o partido da burguesia liberal na revolução russa, na primeira oportunidade passou para o lado da contrarrevolução e apoiou Kornilov porque não havia lugar na Rússia para uma democracia burguesa e porque era necessário para manter o capitalismo, controlar e dominar os trabalhadores e camponeses sob as baionetas de uma ditadura militar. Da mesma forma, os partidos “liberais” em Portugal (o PPD e outros) se viram obrigados a apoiar a reação spinoлиста. *Pela mesma razão*, só viam “caos e desordem... colapso econômico e ruína” na falta de disciplina dos soldados, na ameaçadora usurpação que supunham as prerrogativas de gestão e outras “rei-

vindicações não razoáveis”, não somente dos trabalhadores industriais, como também dos trabalhadores de colarinho branco. Não foi por casualidade que nas revoluções russa e espanhola fosse este o comportamento da burguesia liberal. Isto já foi explicado teoricamente pelo leninismo-trotskyismo na base da experiência.

Já prognosticamos que este seria o *comportamento inevitável* dos “democratas” em Portugal, devido igualmente à situação e natureza do país e, também, naturalmente, às condições da revolução em Portugal e internacionalmente.

Desgraçadamente, para a direção do PSP e do PCP, essas considerações “teóricas” era um livro fechado. Eles eram homens “práticos” e buscavam a colaboração dos capitalistas liberais em “sua” revolução democrática.

Consequentemente, foi para eles uma surpresa desagradável e uma comoção que a burguesia liberal e seus partidos tenham rejeitado a mão estendida para colaborar na “frente popular”. Não há que se agradecer a isso que o resultado não tenha sido o mesmo que na Espanha ou no Chile. Isso se deveu simplesmente à debilidade da contrarrevolução burguesa e, por conseguinte, à inaptidão de sua direção.

Muitos homens de negócio foram detidos, incluídos sete membros da família Espírito Santo que possuía uma dos maiores bancos de Portugal. Também foram presos Jorge e José Manuel de Melo, diretores da CUF, o maior grupo de empresas de Portugal. Depois, todos foram postos em liberdade.

Foram detidos 131 conspiradores, incluídos o comandante dos paraquedistas, Rafael Durão e José Sanches Osório, dirigente do Partido Democrata Cristão.

O Conselho Supremo da Re-

volução decretou a destituição dos oficiais “incompetentes” e ordenou a passagem à reserva de qualquer oficial que não estivesse disposto a realizar uma declaração de lealdade ao MFA. Todos os militares implicados no golpe de 11 de março foram expulsos e suas propriedades confiscadas. O tratamento para os oficiais irmãos implicados no golpe foi excessivamente suave e tolerante. Se a reação tivesse triunfado – como no Chile – teriam se produzido execuções e sido criados campos de concentração para os oficiais radicais, sindicalistas, socialistas e comunistas.

Os oficiais radicais de esquerda agiram com decisão porque suas próprias cabeças estavam em jogo, como também o destino imediato da revolução.

Por trás da tentativa de golpe estavam os grandes capitalistas portugueses, que contaram com a colaboração dos governos do ocidente e das multinacionais instaladas em Portugal.

Como se fizesse parte de um acordo, os meios de comunicação de mas-

sas de alguns países, como na Grã-Bretanha, a rádio, a televisão e a imprensa, imediatamente publicaram notícias deformadas para apoiar o golpe. As eleições previstas para seis semanas depois foram ignoradas por estes proclamados constitucionalistas. Uma lição muito valiosa para a classe trabalhadora! Quando os interesses do capital estão em jogo, o refrão “a necessidade não entende as leis” se converte em princípio.

Os comentaristas de rádio falavam de uma revolta dos “moderados” contra o primeiro ministro e o governo “comunistas”. Por

exemplo, *The Evening Standard*, um jornal britânico, publicava a seguinte manchete: “Os moderados se levantam contra o extremismo!”. Toda a imprensa descrevia a situação como o último movimento dos democratas, obrigados a agir contra a “anarquia” e o “caos” existentes em Portugal.

Tudo estava preparado para apoiar a reação na possível guerra civil. A burguesia internacional não descartava esta possibilidade. Durante 50 anos havia guardado silêncio ante os crimes do ante-



Mário Soares e Álvaro Cunhal - 1º de Maio de 74 (Foto: Internet)

rior regime ditatorial, somente via “ordem” e “tranquilidade” no país, apoio popular a Salazar e Caetano. Desgraçadamente *para ela, a reação era demasiado débil*. O ar quente da revolução dissipava os vapores da reação. Apoiava-se em forças inseguras e fantasmagóricas. Esta é uma indicação de como mudou a situação desde a revolução espanhola de 1931.

“O capitalismo em Portugal morreu” – The Times

Os capitalistas e latifundiários portugueses haviam perdido suas

principais reservas de apoio na população depois de 50 anos de ditadura, guerra colonial e repressão na África. Além da chusma fascista – uma pequena minoria – e (provavelmente) uma minoria de oficiais, ninguém apoiou o apelo de Spínola. Aquele que ontem era o “herói” da revolução, não tinha hoje sequer apoio entre as forças armadas.

A tentativa de golpe reacionário para inclinar a situação em favor dos interesses do capitalismo fracassou e o resultado, mais uma vez, *foi o de impulsionar a revolução mais à esquerda*.

As massas trabalhadoras se levantaram contra o grande capital por que compreendiam que por trás estava o monóculo espectral de Spínola.

Os empregados dos bancos haviam observado as transações financeiras da oligarquia. As transferências ao exterior de dezenas de milhões de libras de Spínola e seus conspiradores.

Estes setores são historicamente um setor atrasado dos trabalhadores, política e industrialmente (devido a sua

consciência sindical). As camadas avançadas são os trabalhadores industriais do aço, da construção, da mineração, transporte, etc.

As lideranças do PCP e do PSP, até esse momento, haviam enganado estas camadas avançadas colocando que a perspectiva da nacionalização e da revolução socialista só era possível no longo prazo (décadas). Agora era o período da “revolução democrática” e não havia que provocar a burguesia liberal e era necessário evitar que ela caísse nos braços da reação.

Até esse momento, as lideranças do Partido Comunista e do

Partido Socialista desempenharam um papel, inclusive, pior que os mencheviques na revolução russa. Tentaram frear as lutas da classe trabalhadora. Submeteram-se aos dirigentes militares. Tentaram obrigar os trabalhadores a “respeitar” os direitos da propriedade privada e não dar desgostos aos militares. Queriam que os trabalhadores aceitassem um nível de vida inferior e não fizeram nada contra os diretores de empresa que tentavam agir como se Caetano ainda estivesse no poder.

Suas perspectivas para a revolução eram as mesmas que as dos mencheviques na Rússia. Uma geração de democracia burguesa antes de se poder falar de “socialismo”. Resultava utópico pensar – diziam – que neste Portugal tão atrasado, onde não se havia realizado a revolução democrático-burguesa, fosse possível instaurar o socialismo.

Mas o apoio que os banqueiros deram à contrarrevolução fez com que explodisse a indignação entre os trabalhadores bancários. O PC não estava suficientemente implantado em suas fileiras e tentava influir neles confundindo-os com sofismas. Os trabalhadores bancários ocuparam os bancos e se negaram a abrir até que não fossem nacionalizados! Os soldados, da mesma forma que os trabalhadores, estavam conscientes dos interesses que havia por trás do golpe.

Ademais, aos oficiais que dominavam o MFA tampouco lhes gostava os financistas que estavam por trás do golpe. Sabiam que teriam perdido a vida se a tentativa de golpe tivesse êxito. Como não tinham nenhuma das inibições dos tímidos líderes pequeno-burgueses dos partidos comunista e socialista, *seguiram a direção marcada pelos trabalhadores*. Aceitaram os fatos e anunciaram a nacionalização dos

bancos com compensação apenas para os pequenos acionistas que de outra forma se veriam prejudicados. Ocorreu em 14 de março, a três dias da ocupação dos bancos.

Depois os trabalhadores securitários seguiram o exemplo dos bancários e ocuparam as companhias de seguros exigindo sua nacionalização, e a ninguém lhe ocorreria qualificar de vanguarda revolucionária, em nenhum país, aos trabalhadores securitários. Isto também foi apoiado pelo MFA. Foi então quando o MFA declarou que o objetivo da revolução, *ex post facto*, era o “socialismo!”.

O que fez avançar a revolução e a defendeu dos ataques da reação foi a atividade e a pressão das massas em cada uma das etapas da revolução. *A força motriz da revolução foi o movimento dos trabalhadores e dos soldados, inclusive sem uma organização como as juntas ou os soviets*.

Os “partidos” tardiamente abraçaram o “socialismo” como seu objetivo imediato, uma vez que a casta de oficiais radicais o havia convertido em objetivo respeitável. E assim ficaram para trás teorias como a “etapa democrática” pela qual teoricamente Portugal havia que passar. A casta de oficiais, protegida e impulsionada pela iniciativa das massas, havia conseguido uma mudança fundamental em Portugal.

Os bancos e companhias de seguros controlavam 50% da indústria em Portugal e uma boa parte da terra. Assim, ao confiscar o mais decisivo do poder financeiro, logicamente o MFA teve que nacionalizar os monopólios. A maior parte da indústria e da terra – mais de 75% – estão agora nacionalizados. Da mesma forma que Castro, o MFA teve que se encaminhar numa direção que não tinha a menor intenção de seguir no início da revolução.

Mas, ao mesmo tempo, o MFA está decidido a manter o poder nas mãos da casta militar. Os trabalhadores e camponeses, como disse o almirante Coutinho em uma entrevista, “são demasiado ignorantes” para poder confiar neles e entregá-los o poder. Nestas ingênuas manifestações vemos os preconceitos inatos da casta militar. E tampouco tinha a intenção de entregar o poder aos partidos políticos.

Em 1974, depois da segunda tentativa de Spínola, um comentarista burguês declarou o seguinte depois de que se projetasse a nacionalização dos três bancos mais importantes: “a nacionalização dos outros bancos de Portugal não está prevista no plano trienal... outros amplos setores incluídos os jornais foram nacionalizados... O primeiro ministro (Gonçalves) disse que o governo não pretende nacionalizar toda a economia...”.

Em 10 de abril, algumas semanas antes das eleições, o ministro militar das comunicações sociais (os militares haviam assumido a maior parte das carteiras do inoperante gabinete) declarava que quicá havia sido um erro permitir a formação de partidos políticos em Portugal!

Desta forma, o MFA deve conservar o poder decisivo durante três dos cinco anos posteriores às eleições, na realidade, se deles dependesse, o manteriam de forma permanente. Como explicava Correa Jesuíno: “além de tudo, foram as forças armadas e não os partidos políticos clandestinos ou os intelectuais, os que fizeram a revolução de 25 de abril [1974]... Somos a vanguarda dessa revolução e, por isso, temos direito a assumir a direção da nação”.

Tivemos que assistir o repelente espetáculo de ver o partido estalinista, com Cunhal à cabeça, apoiar acriticamente os militares, muitos dos quais agora, sim, desejavam honestamente defender a revolução

e levá-la adiante, sem defender ou explicar o poder operário, algo que os estalinistas esqueceram ou que esta geração nunca entendeu. Aos burocratas russos lhes parecia aterrorizante essa perspectiva porque invocaria o espectro da revolução política em casa.

Agora, Cunhal e o PCP falam das debilidades e dos pecados da democracia burguesa. Face a isto, propõem o “socialismo”, isto é, uma versão idealizada do estado totalitário de partido único que existe na Rússia e na China, mas com a economia nacionalizada.

The Morning Star durante algumas edições publicou material sobre esta questão, depois guardaram silêncio. Os partidos comunistas francês e italiano, com seu imenso poder e buscando a colaboração com os radicais e “seus” democratas cristãos, morderam a língua com certa turbação.

Devemos utilizar a confusão destes partidos, incluído o PC espanhol, como um meio de propaganda.

O capitalismo internacional observa espantado a revolução em Portugal. São espectadores impotentes que não podem, particular-

mente neste momento, intervir diretamente, como fizeram contra a revolução russa, e, inclusive, contra a revolução na Ásia e no Vietnã. Ademais, este é o ponto débil da Europa e pode ter uma influência enorme na revolução que está se desenvolvendo no Estado espanhol.

Bonapartismo proletário ou democracia proletária?

As eleições gerais em Portugal, embora fossem um eco pálido, indicam o processo da revolução. Explicam porque a burguesia apostou tudo no golpe militar para impedir a celebração das eleições!

Os partidos “socialistas” tiveram mais votos que em qualquer outra eleição na história, mais que nas eleições à assembleia constituinte celebradas depois da Revolução de Outubro na Rússia. Dois terços votaram pelo socialismo, incluídos os votos do PCP, PSP, ultraesquerdistas e os votos em branco a favor do MFA. E isso com 92% do eleitorado! Se incluirmos os 26% do PPD (socialdemocratas), teríamos 93% do eleitorado! Somente 7% votaram por um par-

tido abertamente burguês!

A ausência de um autêntico partido marxista e a falta de uma ideia clara do que se deveria fazer ou de um sentido claro de como dirigir o processo por parte da direção militar que, neste momento, está cheia de incertezas, levou a se considerar a possibilidade de uma nova tentativa de contrarrevolução burguesa. Isto explica as encarameladas palavras das potências do MCE [Mercado Comum Europeu], incluída a Grã-Bretanha, e a sugestão do envio de ajudas e créditos procedentes dos EUA. Ontem apoiavam Spínola, hoje estão ensinando aos governantes portugueses as virtudes da democracia, sem dúvida alguma, mas uma democracia burguesa “plural”. Estão tentando ganhar tempo para que a reação se organize! Há também um setor muito grande de oficiais silenciosos e com a cabeça baixa, nos quais, de momento, podem confiar. Apesar das nacionalizações generalizadas, não há ainda um plano econômico centralizado. As massas não estão imersas na administração e na direção da indústria. A antiga burocracia do serviço público ainda está em sua maioria intacta.

Eles esperam que se as massas se desiludem com o desemprego, a inflação, a redução de seu nível de vida e a recessão, então pode ser que um novo golpe tenha mais êxito e consiga restaurar a reação. Por isso o MCE e os EUA falam de ajuda com condições. Mas um novo golpe eletrizaria mais uma vez as massas e seria uma garantia para realizar a nacionalização total.

Embora não se possa excluir totalmente, parece muito pouco provável um golpe reacionário burguês, uma vez que somente provocaria novos movimentos de massas e colocaria em risco (a partir do ponto de vista burguês) o enraizamento dos militares na so-



1º de maio de 1974

cidade portuguesa.

Isso seria um risco ainda maior para a burguesia mundial que a situação atual. Não quer lançar os governantes militares nos braços da burocracia russa, visto que desempenham um papel relativamente independente, de momento, como nacionalistas portugueses.

Dessa forma, o MCE e os EUA tentam manter a correlação de forças que atualmente existe em Portugal. Como admitia *The Times*, “o capitalismo em Portugal morreu”. A classe dominante mundial quer tirar o maior partido possível de uma má situação.

No momento, estão esperando o apoio da reação, dos camponeses pequenos proprietários do norte, nos quais se pretendia apoiar Spínola junto com alguns setores da oficialidade. Estão também apoiando o conflito existente entre as direções do PCP e do PSP.

Segundo algumas fontes, sete mil ex-policiais secretos portugueses armados estão na Espanha esperando a oportunidade para se vingar. Se surgissem cisões entre os oficiais, aqueles, junto com alguns mercenários, poderiam tentar intervir em Portugal. Contudo, como se viu em cada tentativa da reação, o perigo da contrarrevolução provocaria uma reação mais extrema das massas e, sem a intervenção militar direta, até mesmo uma intervenção estrangeira fracassaria depois de um terrível enfrentamento sangrento. Há membros do burguês CDS (Centro Democrático Social), inclusive parlamentares da assembleia constituinte, que estão manchados porque ocuparam postos dirigentes nas organizações fascistas. Um deles foi ministro no governo de Caetano e outro, o general De Melo, esteve implicado no golpe de Spínola. Estes estão esperando reafirmar as prerrogativas do capitalismo tentando provo-

car uma cisão no Movimento das Forças Armadas e também paralisar a classe trabalhadora.

Mario Soares aceitou de má vontade o programa de nacionalizações como uma transição ao “socialismo”, mas está se enfrentando com o PCP na questão dos direitos democráticos abstratos. A burguesia do Ocidente espera colocar uma cunha na situação para se aproveitar desta contradição.

Se Soares tivesse colocado a questão de um plano de produção democrático baseado nos soviets, da eleição de soviets de trabalhadores, camponeses e soldados (Comitês de Operários e Soldados), do controle e da gestão da indústria e do estado por parte da classe trabalhadora, o PSP sem dúvida haveria conseguido o apoio da esmagadora maioria da população, dos trabalhadores, soldados e camponeses. O programa de Lenin, os famosos quatro pontos para a ditadura do proletariado ou democracia operária, deveria ter formado a base de um programa para a revolução.

- Criação e eleição de soviets com direito de revogação.
- Nenhum funcionário pode receber um salário mais elevado que um trabalhador qualificado.
- Não ao exército permanente, mas o povo em armas.
- Não à burocracia. Todos os cargos públicos devem ser desempenhados rotativamente pelos representantes dos trabalhadores. Os trabalhos do estado devem ser reduzidos ao controle e à administração. Qualquer cozinheiro deve ser capaz de assumir as funções de primeiro ministro.

Um programa como este defendido por dirigentes com autoridade, obteria apoio enorme nas fileiras do PSP e do PCP e entre seus simpatizantes. Teria dado a Portugal uma posição hegemônica na revolução da Península Ibérica

e depois em toda a Europa.

Mas o programa de Soares é um programa impotente, quer construir uma democracia burguesa ali onde desapareceram as bases para esta democracia. Na realidade, nunca existiram estas bases na revolução portuguesa. Durante um tempo houve bases para uma democracia proletária, embora somente sobre uma base nacional, ou para uma ditadura burguesa, um novo e mais feroz salazarismo. *Agora, a escolha está entre bonapartismo proletário ou democracia proletária.*

Os gestos vazios de Soares não conseguirão outra coisa que irritar a casta militar. Não impedirão que o PCP consolide, de forma burocrática, sua implantação nos sindicatos e outras instituições. Somente se existissem soviets controlados democraticamente, que tivessem o controle da imprensa e *garantissem o acesso a todos os meios de comunicação, na base e em proporção ao apoio nos soviets*, então, sim, existiria verdadeira liberdade de expressão. Tendo em conta a organização e o controle da base nas forças armadas, na indústria e no campo, a pressão para obter a democracia socialista seria irresistível.

Mas os apelos vazios de Soares a manifestações sem perspectivas e sem nenhum objetivo ou estratégia para tomar o poder, simplesmente desmoralizarão a classe operária. Os socialdemocratas são bufões patéticos quando chega o momento de se dar passos decisivos. Ocorre o mesmo com as manifestações e greves contra a provocação e a violência fascistas, sem estratégia e táticas para tomar o poder terminam se convertendo em algo vazio e permitem aos fascistas incrementar sua violência quando acabam as manifestações e os trabalhadores regressam ao trabalho. Dessa forma, enquanto os estalinistas mantêm seu controle, Soares continua adulando

aos “generais revolucionários”.

Ninguém oferece uma alternativa às massas. Não existe uma organização democrática e flexível da base na indústria (além dos sindicatos) e no exército capaz de unir todos sobre uma base nacional para se opor ao poder da Junta de oficiais, e as organizações sindicais estão controladas burocraticamente a partir da cúpula pelos estalinistas.

Sem nenhum lugar para dúvidas, embora a Junta de oficiais revolucionários tenha grande apoio entre as massas, o voto massivo pelo PSP *foi um voto contra o totalitarismo*.

As massas querem o socialismo, mas querem um socialismo livre e democrático. Sofreram duas gerações de terror autoritário e não querem uma nova ditadura totalitária. Este é um elemento a favor na posição do PSP. Contudo, Soares, que se aproveita deste sentimento que está no ânimo das massas, não dá respostas concretas.

Por exemplo, um verdadeiro plano de produção que incluíse o monopólio do mercado externo, envolveria a participação em nível local dos trabalhadores nas fábricas, através de análises profundas dos recursos do país, de sua força e debilidade, envolvendo cientistas, engenheiros e técnicos, delegados sindicais e mesmo donas de casa para elaborar um ou dois planos de produção quinquenais. *As massas devem ter a última palavra* através da representação local e depois na representação nacional das juntas de trabalhadores. Mas com o cretinismo parlamentar, Soares somente conseguirá ficar suspenso no ar dentro de uma assembleia constituinte ineficaz.

Tal como agora estão as coisas, as decisões finais serão tomadas pela Junta de oficiais em colaboração com seus obedientes marionetes, os líderes do PCP. A própria

Junta será arrastada pela maré dos acontecimentos. Ao não dispor de uma filosofia elaborada e por agir de forma empírica, irão dando tropeços de um lado para o outro. Sem a intervenção da revolução na Espanha, que animará e aumentará a atividade e o entusiasmo da classe trabalhadora, tenderão a soluções totalitárias à moda cubana, porque essas seriam a inclinação e a formação naturais dos militares, propensos à “ordem” e à “limpeza” nas relações sociais.

Os dirigentes do PCP, especialistas em demagogia, em manejos e truques burocráticos, superarão completamente a Soares, porque o PSP *não tem alternativa programática para o poder*.

Consequentemente, os oficiais do MFA que neste momento estão tremendo e inseguros ante seus próximos movimentos, algo pouco habitual em uma casta militar treinada, inexoravelmente se verão obrigados a tomar em suas mãos todo o controle. Isto ocorrerá, sobretudo, devido às vacilações e disputas na assembleia constituinte.

Tentarão dividir o PCP ou formar um partido das forças armadas onde possam amalgamar outros partidos. Soares tem a esperança de conseguir apoio dos partidos socialistas e comunistas da Europa Ocidental, mas é uma carta insignificante frente às realidades do poder em Portugal.

O MFA está desempenhando um papel bonapartista sem os acréscimos típicos de um estado policial-militar, mas os próprios acontecimentos os obrigarão a tomar uma decisão. Existe um vazio de poder. A burguesia em sua maioria foi expropriada. Só ficaram alguns remanescentes das grandes empresas. Nesse sentido, o poder está agora nas mãos do proletariado, mas os oficiais controlam o poder do Estado formalmente, no

sentido de que controlar os corpos de homens armados significa ter o controle do Estado. Ou se obriga os oficiais submeterem-se e participar nos comitês de soldados, onde seriam uma pequena minoria, ou, inevitavelmente, varrerão para um lado os “políticos desleixados e desatentos”.

Já há sinais disto. Os oficiais estão criticando a pusilanidade, covardia e indecisão socialdemocratas de Soares. Falam da necessidade de um “verdadeiro partido socialista” e o PCP pressionará nesse sentido.

O controle da imprensa, da rádio e da televisão está já nas mãos dos intelectuais do PCP que já começaram a burocratizá-los com os métodos habituais do estalinismo descontrolado. O episódio de República não é casual.

O fato de que o PSP abandone ou não o governo por esta questão não vai significar uma diferença fundamental nos acontecimentos porque não oferece uma alternativa organizativa concreta. Se permanece dentro, seu destino estará selado. Se abandonam, será unicamente um gesto de cretinismo parlamentar, porque somente provocaria o regresso à retórica e às manifestações, sem um objetivo determinado e sem uma meta organizativa à vista que as massas pudessem adotar.

Independentemente do giro ou matiz peculiar que se lhe dê, Portugal está a caminho de uma forma de bonapartismo proletário, ou de um estado operário deformado ou desfigurado. As bases econômicas já estão colocadas amplamente. “O socialismo”, no idioma dos dirigentes socialdemocratas e estalinistas, e também dos dirigentes do MFA, já foi logrado. Os líderes militares estão examinando os modelos. O sistema cubano, que não difere no essencial do da China, Iugoslávia,

Rússia, etc., parece ser o modelo favorito. De um momento para outro, a lógica dos acontecimentos de uma burocracia militar descontrolada os obrigará a fazer algo.

Portugal é ainda um dos países mais atrasados da Europa. Na Europa Ocidental é o país mais pobre e atrasado, com 40% de analfabetismo. Um império perdido, uma indústria débil, problemas extraordinários, problemas em uma agricultura atrasada, as dificuldades e os problemas se acumulam.

Com uma perspectiva puramente nacional e sem a concepção de uma democracia operária e do socialismo internacional, que devido a seus próprios recursos e iniciativas parece algo completamente alheio aos soldados governantes, sem olhar para a revolução espanhola em busca de ajuda para a criação de uma Federação Socialista Ibérica, como um passo para uma Europa Socialista, Portugal inexoravelmente se encaminhará em direção a um estado totalitário de partido único.

A tragédia da revolução portuguesa até agora está enraizada em que não houve uma tendência que, se baseando na teoria comprovada do marxismo e na história das três últimas décadas, fosse capaz de intervir no PSP e ganhar o apoio de sua base para uma política marxista. Como prognosticou nossa tendência, as massas se dirigiram em dezenas de milhares às organizações tradicionais da classe trabalhadora, o PCP e o PSP, e em milhões aos sindicatos.

A vanguarda operária ativa estava organizada no PCP e no PSP. Se desde o início existisse um grupo marxista consciente dentro do PSP, haveria crescido rapidamente na base da experiência da revolução, graças a uma interpretação, antecipação e explicação corretas dos acontecimentos. Hoje seria a maioria das JS [Juventude Socialista] e

camaradas soldados !
• manifestação hoje ! •
 quarta-feira, dia 10, às 19 horas
Praça Gen. Humberto Delgado
 camaradas
 vamos todos para a rua, fardados,
 lutar pelas nossas reivindicações!

- abaixo o pré de miséria!
- transportes gratuitos, já!
- trabalhadores, soldados, moradores,
Assembleias Populares!
- morte ao ELP e a quem o apoiar!
- reaccionários fora dos Quarteis!
- Portugal não será o Chile da Europa!
- soldados, sempre, sempre ao lado do povo!
- operários, camponeses, soldados e
marinheiros unidos venceremos!

TODOS À MANIFESTAÇÃO !
Soldados Unidos Vencerão -SUV

possivelmente também do PSP.

A cisão do PCP *antes da revolução* e a formação do pseudomaoísta MRPP demonstram até que ponto foram esmagadas as ideias do marxismo revolucionário pelo desenvolvimento dos acontecimentos mundiais. Este grupo desempenhou um papel perigoso e provocador na revolução, com suas táticas irresponsáveis e ultraesquerdistas. Fez o jogo do PCP, com sua fantástica ressurreição do “social-fascismo”, para qualificar ao PCP.

Em sua maioria é uma organização estudantil, se conseguiu algum apoio entre os trabalhadores se deveu principalmente ao oportu-

nismo do PCP e de seus métodos burocráticos. Aos trabalhadores sérios não lhes agradam suas táticas infantis e históricas. Como disse um dos oficiais dirigentes da Junta, seus métodos enlouquecidos deixam livre o caminho aos provocadores, como são as seitas ultraesquerdistas e anarquistas italianas. Atua como força desorganizadora e desmoralizante. Brinca de revolução de maneira infantil e estudantil. *Sua própria existência se deve ao vácuo criado pelo desaparecimento temporário de uma corrente de massas marxista.* Alimenta-se do oportunismo e da ausência de democracia no PCP, mas, como

tendência séria, não tem futuro no movimento de massas. Simplesmente dará desculpas à Junta para que no momento adequado utilize a repressão.

Os estudantes podem desempenhar um papel importante se estiverem preparados principalmente *para aprender tanto como para ensinar*, dentro do marco do movimento operário. Fora dele, sem a disciplina do autêntico marxismo, seus piores e mais débeis aspectos se converterão em dominantes.

Voltando às questões sérias, a “própria via ao socialismo” dos militares portugueses está semeada de terríveis problemas e dificuldades. Além da Checoslováquia e, possivelmente, da Polônia, nos demais países em que triunfou o bonapartismo proletário durante o pós-guerra, existia um proletariado débil e disperso.

No caso da Polônia, onde as cidades foram praticamente destruídas, Varsóvia reduzida a escombros (em Varsóvia vivia uma percentagem importante, senão a maioria, do proletariado) e onde os camponeses constituíam a esmagadora maioria da população, não era possível que o proletariado desempenhasse um papel independente do PCP [Partido Comunista da Polónia] e do Exército Vermelho.

Não havia um partido marxista revolucionário. O proletariado estava dizimado, especialmente os trabalhadores qualificados. Seu setor judeu foi praticamente exterminado. Sem uma vitória do proletariado em um dos países mais industrializados não poderia existir a perspectiva de um poder operário democrático.

Levaria alguns anos para cicatrizar as feridas, com o desenvolvimento da indústria polonesa. Em 1956, e ainda mais em 1970, o proletariado polonês demonstrou que suas grandes tradições não esta-

vam mortas. Demonstrou seu ódio para com os novos latifundiários, a burocracia, e o desejo de uma verdadeira democracia operária.

No caso da Checoslováquia, havia circunstâncias similares. O PC era a organização dominante no proletariado. Havia lembranças amargas de Munique e de sua rendição ao jugo de um opressor fascista estrangeiro. Não havia nenhuma organização que defendesse a perspectiva da democracia operária. Os estalinistas se aproveitaram do chauvinismo e as massas alemãs foram expulsas das províncias da Boêmia e da Moravia. Neste ambiente foi possível impor um totalitarismo estalinista antes que as massas entendessem suas implicações.

No caso da Rússia, o proletariado, que havia se levantado até o ponto de conseguir o poder e a democracia operária pela primeira vez na história, sucumbiu sob o comando da burocracia devido ao isolamento da revolução e ao atraso da Rússia (ver documentos e material de Trotsky).

A ala bolchevique foi derrotada na luta entre 1924 e 1927, apesar das tradições de Outubro e da existência de um partido revolucionário, e esta derrota se deveu ao fracasso da vaga revolucionária internacionalmente, e à derrota dos trabalhadores na Alemanha, Grã-Bretanha e China. O proletariado, cansado, exausto e dizimado, caiu vítima dos usurpadores burocráticos.

Hoje, em escala mundial, a situação é completamente diferente. Sem exagerar, seria correto afirmar que o capitalismo europeu e mundial está grávido da revolução, mesmo que esteja em suas etapas iniciais. O proletariado mundial é imensamente mais poderoso que em nenhum outro momento histórico. Produzir-se-ão acontecimentos imensos e o proletariado entra-

rá em ação de um país a outro.

A burguesia mundial é decadente e está em decadência. A euforia do pós-guerra se evaporou. A burguesia está parcialmente desmoralizada enquanto espera com terror os acontecimentos. Não pôde intervir militarmente para esmagar a revolução em um pequeno país situado no extremo oposto da Rússia, dentro do continente europeu. Isto é muito mais perigoso para o capitalismo mundial que a revolução estalinista deformada do Vietnã. A maior contradição dos acontecimentos mundiais é a ausência de um forte partido revolucionário. Esta é precisamente a contradição que temos a obrigação de eliminar.

No atual panorama dos acontecimentos mundiais é muito pouco provável que a burocracia militar portuguesa possa consolidar uma ditadura bonapartista proletária policial-militar, devido à revolução que se aproxima no Estado espanhol e às repercussões que isto produzirá na Europa e no mundo. As revoluções portuguesa e espanhola se desenvolverão paralelamente, atuando e influenciando uma sobre a outra. Isto tornará muito difícil, senão impossível, burocratizar completamente a revolução portuguesa e consolidar um estado estalinista totalitário em Portugal (progressista quanto à supressão do capitalismo e dos latifúndios e como impulsionadora de um maior desenvolvimento das forças produtivas, e em consequência estas medidas devem ser apoiadas pela classe trabalhadora internacional, mas esse mesmo regime seria reacionário quanto à ausência de democracia proletária e ao estreito e cego nacionalismo). Isto colocará as bases para novas contradições e para a necessidade de uma segunda revolução política para instaurar uma democracia operária.



Nicarágua sandinista: lições da revolução que não se completou

Augusto Sandino, liderança da revolução nicaraguense (Foto: wikipedia)

Em 19 de julho de 1979, Anastásio Somoza Debayle, o terceiro Somoza no poder, foi derrubado pela greve geral e pela insurreição dos camponeses e operários da Nicarágua. A revolução sandinista alcançou conquistas sociais muito importantes, dentre as quais acabou com o analfabetismo, isso em um país onde a imensa maioria não tinha lido sequer uma só palavra em sua vida. Foram nacionalizadas as propriedades dos Somoza, mas isso não foi suficiente para acabar com o capitalismo. A revolução, que teve seu motor nas massas de camponeses e operários, ao final descambou para a ilusão de que poderia conciliar os interesses das diferentes classes. Seu fracasso jogou por terra as ilusões de que seria possível desenvolver uma terceira via diferente do capitalismo e do socialismo. Recordar o valioso exemplo e sacrifício de milhares de operários e camponeses nicaraguenses, e as causas de sua derrota, é de vital importância para que se possa completar as tarefas que ficaram por ser resolvidas.

A balcanização da América Central

Com a independência do México em 1821 ocorreram tentativas primeiramente de unificar a América Central, e uma delas foi a do império de Iturbide em 1822. Embora tenha ocorrido uma luta revolucionária de massas pela independência no que hoje é o México, ao final, ela fracassou. A monarquia espanhola era incapaz de sustentar suas antigas colônias e a separação da Espanha deu-se por cima. Iturbide era um velho realista que no último momento mudou de lado

declarando a independência e um novo império do qual se proclamou imperador. O império de Iturbide foi incapaz de gerar a unidade nacional e a estabilidade nesse extenso território. Não ofereceu solução aos problemas herdados da Colônia e tratou de manter a anexação da América Central pela via das armas. Ao não ver uma diferença real com os velhos conquistadores, a América Central finalmente se separou.

As oligarquias da América Central não foram melhores que Iturbide e foram incapazes de levar adiante até mesmo a unidade nacional. Tentativas sérias pela consolidação da República Federal da América Central aconteceram. Francisco Morazán encabeçou a revolução burguesa que implicava primeiramente em retirar os privilégios da Igreja. Eliminou os dízimos, confiscou os bens da Igreja, separou a Igreja do Estado, estabeleceu-se o casamento e o divórcio secular, decretou-se a liberdade de culto, foram construídas estradas e escolas, foram decretadas leis de livre comércio, etc. Finalmente, Morazán e a revolução burguesa foram traídas pelas próprias oligarquias que foram incapazes de assentar as mais elementares bases que permitissem o desenvolvimento capitalista na nascente república. Os oligarcas nicaraguenses foram os primeiros a se separarem da América Central em 1838, desatando a balcanização de toda região. Partindo o corpo vivo da América Central, dividiram-na em pequenos países débeis e inviáveis.

A constante opressão imperialista

A débil Nicarágua sempre esteve exposta ao assédio das grandes

potências, tanto para saqueá-la e explorá-la, quanto por sua importância geográfica. Ainda após a independência de Espanha, a Grã-Bretanha manteve o controle até 1893 de uma zona da costa Atlântica conhecida como Costa Mosquitia. Depois foi o imperialismo estadunidense quem manteve-a subordinada. Os imperialistas britânicos e estadunidenses aspiravam construir um canal para o transporte de mercadorias similar ao que se faria no Panamá, inclusive fizeram planos para sua execução sem levar em conta o governo nicaraguense, ainda que ao final acabaram por não realizar a obra.

Os imperialistas estadunidenses invadiram a Nicarágua uma infinidade de vezes. Seu desprezo para com este país pôde ser observado quando em 1855 os piratas norte-americanos, encabeçados por William Walker, realizaram uma invasão armada, quando o país se encontrava no meio de uma guerra civil. Este aventureiro se autoproclamou presidente.

Outro exemplo: a derrubada do governo bonapartista de José Santos Zelaya, com viés nacionalista burguês, que buscava o progresso da Nicarágua e a unidade da América Central e estava adotando medidas para limitar o poder dos imperialistas, incluindo a recuperação de Mosquitia que seguia sob o controle britânico. Os imperialistas estadunidenses apoiaram os levantamentos armados dos conservadores e geraram ações para desestabilizar e derrubar o governo de Zelaya. Em 16 de novembro de 1909, dois estadunidenses foram fuzilados por tentar destruir um barco do exército nicaraguense com 500 tripulantes, esse foi o

pretexto para que os EUA invadissem a Nicarágua derrubando o governo de Santos Zelaya.

Dois anos depois aprovaram o tratado Brayan-Chamorro que dava a permissão exclusiva aos EUA para construir um canal interoceânico (o qual eliminava a concorrência com o canal do Panamá sob o seu controle), arrendava-se o Golfo de Fonseca aos EUA por 99 anos e pela mudança pagavam uma indenização de 3 milhões de dólares que serviu de abono para pagar uma parte da dívida que tinha com os EUA (Enrique Camacho Navarro, Os Usos de Sandino).



O filibusteiro William Walker

Uma burguesia incapaz e entreguista

A burguesia nicaraguense historicamente agrupou-se em dois blocos, constituindo os partidos conservador e liberal, que defendiam os interesses de certos setores de sua classe, mas seus programas e suas ações no final das contas não diferiam muito. Durante quase um século suas diferenças foram resolvidas com as armas nas mãos. Vimos isto com guerras civis e disputas entre Granada e León, a primeira representando os setores oligarcas históricos que se dedicavam à criação de gado e a segunda representando os setores liberais mais orientados à agricultura.

Tanto os liberais como os conservadores foram incapazes de dar estabilidade e gerar um desenvolvimento do capitalismo, mantendo a Nicarágua em profundo atraso. Apesar de ter ocorrido um desenvolvimento das relações capitalistas no país, nunca foram capazes de gerar uma industrialização e o

conservaram sob uma economia fundamentalmente agrária. Os liberais e os conservadores, isto é, a burguesia nicaraguense, sempre sucumbiu de modo vergonhoso frente as pressões e aos interesses dos imperialistas estadunidenses.

Nicarágua teve um desenvolvimento desigual e combinado. Como explicou Carlos Fonseca, tinha por um lado um setor capitalista *“baseado na mais absoluta dependência do capital estrangeiro”* e, pelo outro, *relações de produção no campo que não eram senão “remanescentes feudais”*. (Matilde Zimmermann, Carlos Fonseca Amador).

Os investimentos dos imperialistas foram pequenos se comparados com outras economias. Em 1908 foram de 1 milhão de dólares, em 1919 de 7,3 milhões de dólares, e para 1929 de 17,3 milhões. Para dar-nos uma ideia mais clara, nesse último ano os EUA fizeram investimentos de 162 milhões de dólares na Venezuela. Para os EUA, a Nicarágua tinha uma maior importância

geográfica que econômica (Enrique Camacho Navarro, Os Usos de Sandino).

A chegada da ferrovia na Nicarágua em 1880 permitiu um desenvolvimento do comércio no qual foi particularmente beneficiada a indústria do café, que se converteu na principal fonte de exportação, atingindo 62% do total com este produto em 1929. Começa-se também a se desenvolver algumas minas de ouro.

Augusto Cesar Sandino

Augusto Nicolás Calderón Sandino era o nome verdadeiro de quem entrou para a história como Augusto Cesar Sandino. De

origem humilde, filho de uma empregada doméstica e camponesa e de um rico fazendeiro que manteve Sandino ainda adolescente como empregado em suas terras. Aos 17 anos o jovem saiu de sua casa. Na América Latina e México trabalharia como operário, sendo neste último país mecânico em uma empresa petroleira norte-americana, antes que esta indústria fosse nacionalizada pelo general Lázaro Cárdenas.

“Sou trabalhador da cidade, artesão, como se diz neste país, mas meu ideal caminha em um amplo horizonte de internacionalismo, no direito de ser livre e de exigir justiça, ainda que para atingir esse estado de perfeição seja necessário derramar o próprio e alheio sangue. Os oligarcas dirão que sou plebeu, que sou como os gansos selvagens do pântano. Não importa, minha maior honra é surgir do seio dos oprimidos, que são a alma e o nervo da raça”, disse Sandino sobre ele mesmo.

A revolução mexicana causou

um forte impacto sobre o dirigente nicaraguense. Carlos Fonseca Amador, o futuro dirigente da Frente Sandinista de Libertação Nacional, assinala a respeito que ao chegar ao México “*ainda se cheirava a pólvora das balas disparadas pelos camponeses oprimidos que foram liderados pelo guerrilheiro Emiliano Zapata*”. (Carlos Fonseca Amador, Sandino, Guerrilheiro Proletário). Foi justamente neste país que os operários anarco-sindicalistas lhe apresentaram uma bandeira vermelha e negra que se converteria em seu símbolo de luta e futuramente da FSLN.

A guerra de libertação nacional

A Nicarágua vivia em instabilidade permanente. Desde 1912 sofreu invasões constantes dos EUA, as quais se estenderam até 1933 quando foi formada a Guarda Nacional. Após a realização de eleições em 1924 e formado o governo liberal de Adolfo Díaz, em agosto de 1925 os EUA retiram suas tropas da Nicarágua. Em 17 de janeiro de 1926 o conservador Emiliano Chamorro Vargas deu um golpe de estado contra o governo liberal, rompendo a frágil estabilidade e desatando uma guerra civil com uma revolta liberal, e pouco tempo depois ocorreu o regresso das tropas estadunidenses atendendo ao pedido dos próprios conservadores. O movimento desembocaria em uma luta de libertação nacional contra a invasão imperialista.

Sandino deixou seu trabalho de operário petroleiro no México e regressou a Nicarágua. Com um grupo de cerca de 30 mineiros foi combater em Segovias. Depois de alguns descalabros iniciais, finalmente conseguiu levantar em armas o campesinato da zona,

integrando-se ao Exército Liberal Constitucionalista. Os dirigentes liberais traem a luta e chegam a um acordo com os imperialistas. No pacto conhecido como Pacto del Espiño Negro, reconhece-se o governo do presidente Adolfo Díaz, realiza-se o desarmamento dos dois agrupamentos com a criação da Guarda Nacional. Com as tropas invasoras na Nicarágua, concordar com o desarmamento significava uma verdadeira rendição.

Carlos Fonseca assinalou corretamente: “*O traidor pacto liberal do Espiño Negro demonstrou que a burguesia nacional nicaraguense se associava definitivamente às classes feudais e reacionárias. Mais que nunca se justificava o dito popular de que ‘cinco oligarcas conservadores mais cinco oligarcas liberais somam dez bandidos*’”. (Carlos Fonseca Amador, Sandino, Guerrilheiro Proletário).

Sandino foi um lutador consequente. Sua luta foi anti-imperialista, mas não ultrapassou os limites do nacionalismo. Diferentemente dos traidores burgueses liberais ele não claudicou diante dos imperialistas. Negou-se a entregar as armas e continuou a luta contra a ocupação denominando suas tropas de Exército de Defesa da Soberania da Nicarágua (EDSN).

O comandante norte-americano G.D. Haitfield enviou uma carta a Sandino convidando-o a se somar ao pacto do Espiño Negro e entregar as armas. Recebeu esta contundente resposta: “*Recebi ontem sua comunicação e estou inteira dela. Não me renderei e aqui o espero. Eu quero pátria livre ou morrer; não tenho medo de vocês; conto com o ardor do patriotismo dos que me acompanham*”.

Sandino, o general dos homens livres, viveu na própria carne a traição da burguesia liberal. Em 1930 declarou: “*Até o presente nosso*

exército reconhece o apoio que os sinceros revolucionários lhe fornecem em sua árdua luta; mas com a sua agudização, com a crescente pressão por parte dos banqueiros ianques, os vacilantes, os tímidos, pelo caráter que toma a luta, nos abandonam porque só os operários e camponeses irão até o fim, só sua força organizada conseguirá o triunfo”. (Carlos Fonseca Amador, Sandino, Guerrilheiro Proletário). A luta de Sandino deixa-nos clara a necessidade da independência de classe e que não se pode confiar em nenhuma facção da burguesia, pois sempre terminam traíndo.

Sandino e o comunismo internacional

A luta de Sandino recebeu um importante apoio internacional. Lutadores de diversos países da América Latina se somariam ao seu exército. Entre eles se encontrava o comunista salvadorenho Farabundo Martí. No México seria organizada a campanha de solidariedade ‘Tirem as Mãos da Nicarágua’, na qual diferentes agrupamentos fizeram frente única a favor da causa de Sandino, ainda que a direção política estivesse sob o comando do Partido Comunista Mexicano (PCM). Na campanha jogou um papel importante o fundador do Partido Comunista Cubano, Julio Antonio Mella. Esta campanha organizava o envio de apoio material ao EDSN, além de realizar agitação anti-imperialista dentro do movimento operário.

Era de se esperar que Farabundo Martí tratasse de influir e atrair para as ideias do comunismo o herói das Segovias, no entanto isto foi uma fonte de desacordos que os levariam ao rompimento. Farabundo disse duras palavras contra Sandino qualificando-o de um traidor, de um caudilho pequeno burguês

que aspirava governar a Nicarágua dentro dos modelos semifeudais e semicoloniais. Sandino, por sua vez disse a um jornalista espanhol: *“Em diferentes ocasiões tratou-se de distorcer este movimento de defesa nacional, convertendo-o em uma luta de caráter mais social. Eu me opus com todas as minhas forças. Este movimento é nacional e anti-imperialista. Mantemos a bandeira da liberdade para a Nicarágua e para toda a América Espanhola. Ainda mais, no terreno social, este movimento é popular e preconizamos um sentido de avanço nas aspirações sociais. Aqui tratam de nos encontrar, para influenciar-nos, representantes da Federação Internacional do Trabalho, da Liga Anti-imperialista, dos Cuáqueros.. Sempre temos oposto nosso critério decisivo de que esta era essencialmente uma luta nacional. [Farabundo] Martí, o propagandista do comunismo, viu que não podia vencer com seu programa e se retirou”* (ver Jorge Arias Gómez, Farabundo Martí, ver ainda www.rebellion.org/noticia.php?vão=85748).

Estes dois revolucionários tiveram fortes diferenças mas também guardaram entre eles um mútuo respeito até o final de suas vidas. O rompimento dos comunistas com Sandino coincide com o chamado terceiro período, um giro ultra esquerdista e sectário dos estalinistas, que caracterizaram os socialdemocratas na Europa como social fascistas. Na Nicarágua, tacharam Sandino de pequeno burguês aventureiro vendido aos interesses dos ianques.

“A Traição de Augusto C. Sandino” foi a manchete do número extra de junho de 1930 do “Machete” (O Machado), jornal do Partido Comunista Mexicano. O PCM denunciou que Sandino se aliou com o governo mexicano de Portes

Gil e exigia que fosse denunciado publicamente como contrarrevolucionário. Assinalaram que não podia existir luta anti-imperialista sem uma cooperação com as organizações revolucionárias, operárias e camponesas, isto é, sem a aliança com o PCM não poderia existir luta anti-imperialista. Este era o ponto de vista do PCM.

O PCM chega a pôr algumas ideias corretas ou quase corretas, ainda que dentro de uma mixórdia de críticas sectárias. ‘O Machete’ de 10 de maio de 1931, falando sobre Sandino diz: *“temos assinalado a falta de um programa de reivindicações para os operários e camponeses e temos insistido na necessidade de ampliar o movimento, dando-lhe uma base de massas e uma direção proletária classista, única forma de assegurar a continuidade da luta até o fim”*. Claro que do seu ponto de vista sectário deveriam se separar de Sandino e pôr os comunistas à frente, ainda que o Partido Comunista na Nicarágua não tivesse sido formado até 1944.

Acusam Sandino de chegar a acordos com Washington, de se vender aos imperialistas, etc. Esta campanha contra Sandino baseando-se em meias verdades, mentiras abertas e calúnias é o método clássico dos estalinistas. Em sua luta contra León Trotsky fizeram uma campanha similar, ainda mais forte, para encher de areia os olhos do movimento operário em nível internacional sobre seu verdadeiro papel.

Sandino não foi um comunista e teve muitas vacilações, mas se negou a entregar as armas e travou uma luta até a morte contra o imperialismo. Era completamente necessário dar apoio crítico e amistoso a sua luta e participar ativamente na mesma, sem por isso deixar de criticar suas limitações, lutando por conquistar a di-

reção política do movimento. Essa virulenta e sectária política do estalinismo contra o sandinismo foi adotada desde sua fundação pelo Partido Socialista Nicaraguense (PSN), nome que assumiria o Partido Comunista neste país.

Uma das razões pelas qual Sandino teve que assinar um acordo de paz, em fevereiro de 1933, foi porque seu movimento tinha ficado isolado internacionalmente. O PCM é claramente responsável por isto e na prática fez o jogo dos imperialistas.

Augusto Cessar Sandino cometeu muitos erros, mas rompeu essa tradição claudicante de liberais e conservadores. Sua luta foi um exemplo para as futuras gerações, que souberam remover o lodo com que o cobriu o somozismo e o estalinismo, e seguiram seu exemplo. Os sandinistas estudaram profundamente esta luta e continuaram sua tradição, assumindo um programa que não só propunha reivindicações imediatas, mas também a expropriação dos meios de produção e dos bancos, e o estabelecimento de uma economia planificada.

O somozismo

As tropas estadunidenses que já tinham muitos problemas com a crise de 1929 e a luta anti-imperialista na Nicarágua, finalmente tiveram que abandonar o país em janeiro de 1933. Assina-se a paz com Sandino que mantém um grupo de 100 homens armados como proteção, embora isso não o tenha salvado da morte. Fizeram-lhe uma armadilha, Sandino foi assassinado em 21 de fevereiro de 1934, o que bastou para dispersar o seu exército.

O imperialismo, aliando-se aos conservadores e liberais, forma a Guarda Nacional recrutando camponeses sob o comando de ofi-

ciais norte-americanos. À frente da mesma colocaram um ‘homem cinza’ chamado Anastásio Somoza García que em pouco tempo apoderou-se completamente do poder. A ascensão da luta das massas combinada com a incapacidade da burguesia em dirigir a sociedade desembocou no governo de caráter bonapartista.

O bonapartismo é um fenômeno que se dá dentro do Estado quando a burguesia perde o controle político e domina a força bruta que se expressa como o poder de um só homem. Este fenômeno pode surgir em momentos de grande polarização social. O objetivo do bonapartismo é manter o sistema capitalista, de tal forma que a burguesia segue sendo a classe dominante. A burocracia estatal exige maior riqueza e seu poder incrementa-se, o governo bonapartista manobra entre as classes e pode inclusive chegar a reprimir a própria burguesia ou um setor dela. No caso da Nicarágua o bonapartismo serviu para que a alta

burocracia estatal se convertesse no setor dominante da burguesia.

O primeiro Somoza no governo fez um esforço para unificar os diferentes setores da burguesia para que convivessem pacificamente. Fez também algumas concessões aos operários e camponeses. Ainda que pudesse oscilar entre as classes, ao final defendia os interesses do sistema em seu conjunto. Ao mesmo tempo em que fazia concessões, era muito duro e repressor contra seus opositores. Franklin D. Roosevelt diria: *“Pode ser que [Somoza] seja um filho de puta, mas é o nosso filho de puta”*.

Um Estado formado sob a tutela dos imperialistas e que protegesse seus interesses, era melhor que uma invasão direta como tinham feito no passado. O estado somozista também jogava um papel contrarrevolucionário ajudando a fazer o trabalho sujo do imperialismo na América Central e no Caribe.

De 1933 a 1979 a família Somoza governou a Nicarágua. Ainda que por breves períodos

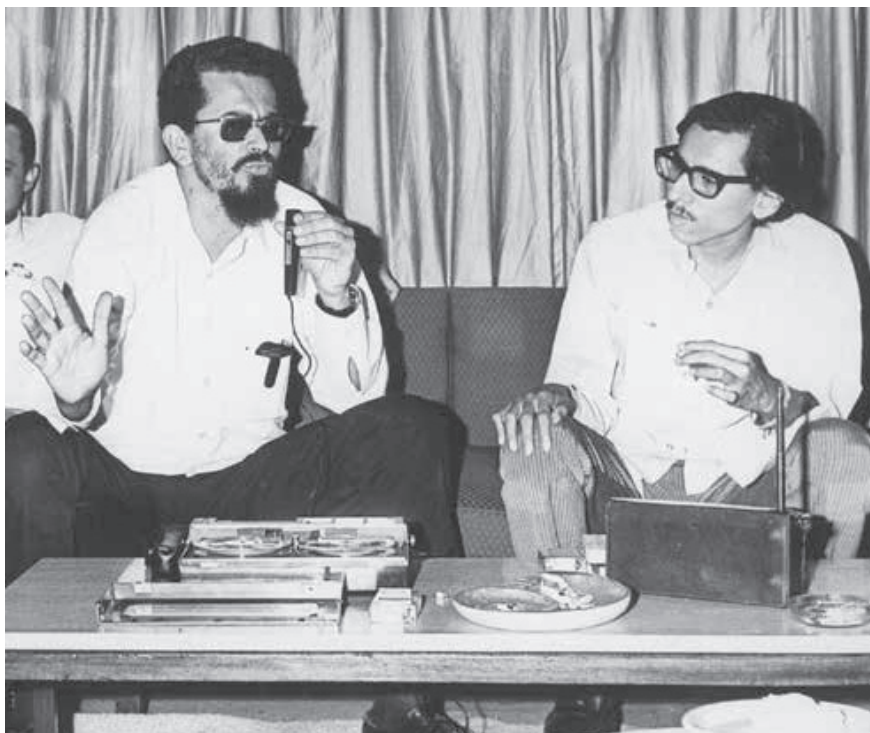
de tempo tenha deixado a presidência, manteve na realidade o controle do Estado. Anastásio Somoza García foi assassinado na cidade de León em 1956 por Rigoberto López Pérez; seu filho Luis Somoza Debayle assumiria a presidência que depois seria assumida por seu irmão, Anastásio Somoza Debayle, que teria o mesmo destino que seu pai. Desterrado após a revolução de 1979, morreu no Paraguai abatido pelas balas de uma guerrilha argentina.

Enquanto governou a Nicarágua a família Somoza aproveitou o controle estatal para fortalecer seu poder, e seus membros tornaram-se os mais importantes latifundiários e burgueses do país. Calcula-se que eram donos de 30% das terras cultiváveis e que sua fortuna era superior a 650 milhões de dólares, mais do triplo do orçamento nacional avaliado em 200 milhões de dólares; eram proprietários de dezenas de grandes empresas. Isto contrastava com a imensa pobreza dos camponeses e operários. Perto de 70% da população era analfabeta (Hedelberto López Blanch. As mascotes da guerra).

Já desde a década de 1950 começava a se implantar um novo cultivo no país, o algodão. Este teve um impacto negativo entre os pequenos proprietários de terras e um efeito maior de proletarização no campo, mais do que com qualquer outro produto agrícola no passado.

Em 1975, 90% da superfície algodoeira pertencia aos grandes latifundiários. A entrada do algodão consolidava as relações capitalistas no campo, enquanto incrementava-se a desigualdade. Em 1963, a fração dos 0,1% mais ricos da população rural possuíam 20% das terras, enquanto os mais pobres, 50%, não chegavam a possuir 3%.

Com a expansão capitalista ocorrida após a segunda guerra



À esquerda, Carlos Fonseca Amador

mundial, somada à formação do Mercado Comum Centroamericano, a Nicarágua tem um relativo desenvolvimento, ainda que muito menor ao de outros países da região. A população de Manágua duplicou durante os anos 50 e praticamente ocorreu o mesmo durante a seguinte década. Em 1969 uma quarta parte dos habitantes da capital vivia com menos de 100 dólares ao mês. No final dos anos 70, a metade da população vivia em zonas urbanas (Matilde Zimmermann, Carlos Fonseca Amador).

O impacto da revolução cubana

Cuba, um pequeno país com uma economia agrícola e um capitalismo pouco desenvolvido vivia sob a ditadura de Fulgêncio Batista. A revolução cubana que derrubou esse regime foi um enorme ímã e exemplo para a América Latina, e muito mais para um

país como a Nicarágua que vivia em condições similares. Colocou em foco a luta armada e, portanto o resgate da figura e tradição de Augusto Cesar Sandino. Ocorreu um enorme entusiasmo no país que se refletiu com manifestações de apoio, somado a um ambiente de conspiração contra o somozismo na população. Ocorreram diversas tentativas de golpes de Estado e pequenos levantamentos armados. O velho Ramón Raudales próximo aos 70 anos, que combatera no exército de Sandino, alçou-se em armas com uns 25 jovens, mas cedo foram derrotados e Raudales morto em combate.

Diversos nicaraguenses da oposição foram para Cuba para conhecer a revolução e em busca de apoio. Fidel, oriundo de um partido burguês, propôs no primeiro momento um programa que não transcendia a revolução democrático burguesa com concessões sociais para as massas, e

inclusive um setor da burguesia nicaraguense, no início, via Cuba como uma referência a seguir. Pedro Joaquim Chamorro encabeçou um grupo organizado dentro de um Diretório Revolucionário e um Comitê Revolucionário, que solicitou aos revolucionários cubanos apoio para organizar uma invasão armada em Nicarágua. Che Guevara em pessoa atendeu-os e disse-lhes com franqueza: *“Olhem vocês. Eu penso o mesmo que Fidel. Parece-me que vocês não são capazes de fazer uma revolução na Nicarágua. Sou mais partidário de dar esse apoio para outros grupos de tendência progressista. No entanto, se vocês estão decididos a fazer seu movimento, pois o façam, e quando já estiverem metidos em território nicaraguense e tenham liberado uma faixa do mesmo, seríamos uns canalhas se não os apoiássemos”* (Matilde Zimmermann, Carlos Fonseca Amador).

O grupo que finalmente recebeu apoio dos revolucionários cubanos foi o Comitê para a Libertação da Nicarágua. Prepararam a invasão partindo de Honduras, mas antes que a realizassem, sem que os guerrilheiros pudessem apresentar alguma resistência, foram emboscados no Chaparral em 24 de junho de 1959. Sem condições de apresentar resistência, foram assassinados 9 combatentes na emboscada ou executados posteriormente, outros 15 foram levados ao hospital da prisão de Tegucigalpa, incluindo Carlos Fonseca Amador. Rafael Somarriba, dirigente desta empreitada, fugiu e o movimento foi desbaratado sem causar um só arranhão ao governo de Somoza.

A revolução Cubana também abriu um conflito no PSN. Para dar uma ideia do papel do estalinismo assinalemos que o PSN foi fundado em um ato em apoio a Somoza. Como os demais partidos estalinis-



Insurreição de Masaya, em 1978

tas, a nível internacional, defendia uma política de aliança com a burguesia ‘progressista’. Esta posição tinha levado o PSN ao oportunismo, conservadorismo, burocratismo, incapaz de levar adiante uma luta revolucionária. O PSN descartava a possibilidade de que na Nicarágua se pudesse realizar a revolução socialista. Fonseca não viu o rompimento com o PSN como um afastamento da teoria marxista, senão como uma reafirmação das autênticas ideias marxistas, ainda que em realidade Fonseca não conseguisse tirar todas as conclusões desse pensamento.

Essa incapacidade de enfrentar consistentemente o somozismo também era verdadeira para os partidos tradicionais burgueses, tanto para o liberal (no qual se apoiava Somoza) como para o conservador. Uma nova geração de revolucionários devia assumir as rédeas para mudar a história, e ela foi assumida pelos jovens de vanguarda. Carlos Fonseca Amador havia sido um destacado dirigente estudantil, ainda como secundarista e depois na universidade.

Em 23 de julho de 1959, após o massacre do Chaparral, os estudantes da Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua (UNAM) realizaram uma manifestação exigindo o respeito a sua vida e em protesto ao massacre ocorrido. Os jovens que entrariam na luta nesse período ficaram conhecidos como a geração de 23 de julho.

A fundação da FSLN

O FSLN forma-se no calor do impulso da luta, sob a necessidade de unir os esforços de quem enxergava na via armada uma alternativa, ainda que politicamente fossem heterogêneos. Sobre isto Carlos Fonseca diria: “A Frente não nasceu de uma assembleia

ou de um congresso, nem lançou uma proclamação anunciando sua criação. Tão pouco apresentou um programa. Na Frente primeiro vinha a ação e com base nela e suas primeiras experiências foi formulando e reformulando seu programa, sua estratégia e sua tática, porque sempre teve um grande sentido autocrítico. A FSLN é um produto genuíno da história popular da Nicarágua”.

Esta falta de formação, que geraria sérios erros táticos e de orientação política, deu à Frente Sandinista um caráter heterogêneo desde o início. Enquanto viveu, Carlos Fonseca pôde dar uma relativa consistência política e um caráter claramente revolucionário e socialista à organização, mas isto mudaria quando ele já não estava presente. Havia uma busca incessantemente, sobretudo entre os jovens, para construir uma organização mais ampla que seguisse os ideais da revolução cubana. Um grupo proveniente do PSN, que tinha construído, ainda dentro do partido, a Juventude Democrática Nicaraguense (JDN), assistira um encontro de exilados nicaraguenses em 21 de fevereiro de 1960 em Maracaibo, na Venezuela, onde entraram em contato com novos jovens que posteriormente formariam a FSLN.

Alguns dos membros da JDN, incluindo Carlos Fonseca e Silvio Mayorga, formariam no exílio em Cuba, em Costa Rica e no México, a Juventude Revolucionária Nicaraguense (JRN), desenvolveram algum trabalho entre operários costarriquenses, mas sem ter presença na própria Nicarágua. Na juventude conservadora também ocorreu um processo de radicalização e ruptura que vai constituir a Juventude Patriótica Nicaraguense, que entraria em contato com a JRN assentando as

bases para um trabalho dentro do país, desenvolvendo várias mobilizações anti-somozistas em Managua, Matagalpa e Carazo.

Finalmente essas iniciativas derivariam na conformação do Movimento Nova Nicarágua (MNN). Sua base era principalmente de estudantes, destacando-se Carlos Fonseca, Silvio Mayorga, Tomás Borge e Julio Buitrago, mas também se encontravam operários como José Benito Escobar, camponeses como Germán Pomares, alguns pequenos empresários como Julio Jerez Suárez, e Santos López, antigo combatente do exército do general Augusto Sandino.

Em seus estatutos pode-se ler que “*O Movimento Nova Nicarágua tem como missão histórica organizar o povo nicaraguense para que ocupe o posto de vanguarda na patriótica luta para alcançar uma profunda transformação revolucionária do país*” (...) “*Lutar para realizar uma verdadeira Revolução. Para libertar o país da opressão do imperialismo estrangeiro que o tem feito padecer por mais de quatro séculos. Para concretizar uma Reforma Agrária Revolucionária que liquide o feudalismo. Tudo isso para impulsionar impetuosamente o progresso material e espiritual da nação e pôr fim para sempre à tremenda miséria que sofre o povo frente ao criminoso esbanjamento da oligarquia*”. Assinala a necessidade de estudar a ideologia revolucionária, sem especificar alguma em particular, mas reivindicava o exemplo de diversos heróis nicaraguenses, em particular Augusto C. Sandino (Estatutos do Movimento Nova Nicarágua, cedema.org)

O MNN desapareceu, mas grande parte de seus integrantes constituiriam no ano de 1961 ou 1962 a Frente de Libertação Nacional que pouco depois teria crescido

em sua sigla a palavra Sandinista, constituindo a FSLN. Tomás Borge fala que foi em uma reunião que se constituiu a nova organização, mas é provável que na realidade ela não tenha acontecido. A organização, criada no calor da luta e dos acontecimentos, não contou no início com um programa, nem com uma ideologia definida. Não foi senão em 1969 que a FSLN redigiria seu chamado programa histórico.

A formação do Frente coincidiu com o auge da revolução Cubana que ao levar adiante o programa democrático e as reformas sociais gerou de imediato um choque com a burguesia. Se a revolução quisesse se manter de pé diante das pressões da contrarrevolução burguesa ela devia ir à ofensiva, e assim fez, nacionalizou as empresas e os bancos, acabando com o capitalismo, estabelecendo uma economia planificada. Em março de 1961 Fidel Castro declarou o caráter socialista da revolução. Os anos 60 em Cuba foram anos de polêmica e de debates, de vitalidade da discussão revolucionária e de genuíno entusiasmo entre as massas pela construção da nova sociedade. Isto sem dúvida ajudou a definir a FSLN em seus primeiros anos como socialista.

Dirigentes como Carlos Fonseca já tinham lido Marx. Enquanto realizava seus estudos secundários conseguiu uma cópia do Manifesto Comunista em francês e aprendeu essa língua para poder estudá-lo. Fonseca entrou no PSN, ainda que eles não dessem muita atenção ao movimento estudantil e o considerassem pequeno burguês. Em algum momento também foi influenciado pelo pensamento estalinista, como ficou refletido na crônica de sua viagem ao Encontro Mundial da Juventude e dos Estudantes no ano de 1958, cujo título era: “Um Nicaraguense em Moscou”, um escrito cheio de louvores acrílicos à

União Soviética. Mas Fonseca, no geral, tinha um pensamento revolucionário próprio, o qual, ao longo de sua vida, o levou a conflitos com os estalinistas, ainda que não tenha chegado a tirar conclusões plenas da degeneração burocrática da URSS e da Internacional Comunista, da qual a política do PSN era um reflexo.

Quando Fonseca se encontrou com o estalinismo o definiu como Browderismo, dado que a linha vinha do secretário geral do Partido Comunista dos Estados Unidos, Earl Browder, mas não compreendeu que era na realidade um processo mais geral que carcomia o conjunto do movimento comunista. Cabe aqui fazer um parêntesis para compreender o que ocorria no movimento comunista internacional e a importância da revolução de outubro.

Os ensinamentos da revolução russa

A Rússia no início do século XX era um país muito atrasado, semifeudal e com um proletariado industrial muito débil que não representava mais que 10% da população. O socialismo deve-se erguer sobre os grandes avanços do capitalismo.

Só com um grande desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo avançado e colocando-as sob a propriedade e controle coletivo da sociedade é que se pode iniciar a construção do socialismo. Em um país atrasado como a Rússia não existiam estas condições.

Entre os revolucionários russos ocorreram divergências. No Partido Social-Democrata Russo havia duas alas principais, a menchevique e a bolchevique. As duas coincidiam em que, devido ao atraso da economia, as tarefas da revolução tinham um caráter democrático

burguês. Os mencheviques mecanicamente diziam que a burguesia devia levar adiante esta revolução e que primeiramente esta devia transitar por um longo período de desenvolvimento capitalista antes que pudesse realizar a revolução socialista. Lênin recusava a aliança com a burguesia e propunha a necessidade de um governo operário e camponês, sem deixar claro qual a classe que teria a direção.

León Trotsky foi quem desenvolveu uma análise mais acabada, conhecida como a teoria da revolução permanente, análise esta que seria ratificada plenamente com os acontecimentos de 1917, explicando que os vínculos da burguesia “progressista” com os latifundiários e o imperialismo sempre a fariam tender para a traição. Era a classe operária quem devia encabeçar a revolução em aliança com o campesinato. Um governo operário aliado aos camponeses levaria adiante o programa da revolução democrática burguesa, mas desde o início entraria em choque com a burguesia e não poderia parar aí, e levaria adiante o programa da revolução socialista.

Conquanto as condições para o socialismo não existissem na Rússia elas existiam em nível internacional, a revolução socialista poderia ser iniciada pelos operários russos, mas ela só se completaria se fosse estendida ao resto dos países, principalmente às grandes potências capitalistas desenvolvidas.

A classe operária tomou o poder em outubro de 1917, expropriou as grandes indústrias e os bancos, permitindo assim planificar a economia, repartiu a terra entre os camponeses e com isso ganhou um enorme apoio entre eles, materializando a aliança operário-camponesa. A revolução Russa teve um enorme impacto em nível internacional e na Europa em

particular. Em um país após outro, ocorreram inspiradoras lutas revolucionárias que foram derrotadas pela traição dos Partidos Socialistas e pela inexperiência dos jovens Partidos Comunistas. A Revolução Russa ficou isolada, as massas tinham vivido na própria carne uma guerra mundial, duas revoluções e uma guerra civil, e diante da impossibilidade de estender a revolução, caíram na desmoralização e no cansaço, permitindo que o aparelho estatal com sua burocracia se colocasse acima da sociedade. Mesmo assim, a burocracia só pôde se consolidar no poder dirigindo uma guerra civil unilateral contra o partido de Lênin e Trotsky, eliminando todos aqueles que se opunham à sua ascensão, inclusive aqueles que só representavam um perigo potencial. Trotsky definiu o regime estalinista como Bonapartismo Proletário, isto é, um regime ditatorial que nada tinha que ver com a autêntica democracia operária, mas que se levantava sobre a propriedade estatal dos meios

de produção e do planejamento da economia.

Para a burocracia russa não interessava a revolução mundial, pelo contrário, ela temia que o surgimento de um Estado operário sadio pudesse ser um exemplo para a própria URSS, dando ânimo aos trabalhadores para recuperar a democracia operária e acabar com os privilégios da burocracia. Os estalinistas inventaram a teoria do socialismo em um só país e adotaram as ideias dos mencheviques. Em países economicamente atrasados deveriam primeiro fazer uma revolução democrática e burguesa em aliança com uma suposta burguesia “progressista”, e só em um futuro distante se poderia lutar pelo socialismo.

A degeneração da Revolução Russa teve um impacto negativo na revolução mundial e no conjunto da internacional Comunista, incluindo o Partido Socialista Nicaraguense. A aplicação desta teoria, conhecida como a teoria das duas etapas, significou um profundo de-

sastre, levando uma série de revoluções à derrotas sangrentas. Ainda que coberta com uma fraseologia marxista e apoiando-se na enorme autoridade da Revolução de Outubro, a burocracia estalinista foi um monstruoso aparelho contrarrevolucionário. Sobre suas costas encontra-se não só o sepultamento das tradições de Lênin, mas também o assassinato de comunistas na URSS e de ter enodado o papel de León Trotsky, que dirigiu a tomada do poder em outubro de 1917 e foi o fundador do Exército Vermelho.

O marxismo e a guerrilha

A emancipação da classe operária só pode ser obra dela mesma, sentenciaram Marx e Engels no Manifesto Comunista, não há atalhos para fazer a revolução. Em um país como a Nicarágua, com um grande campesinato, o triunfo revolucionário não poderia vir sem uma aliança da classe operária com o campesinato. A revolução Cubana foi um gran-



Vitória Sandinista em 19 de julho

de acontecimento, mas deu a falsa impressão de que poderiam ser encontrados atalhos para a revolução e que bastaria que um pequeno grupo se armasse e substituísse o papel das massas na revolução.

Há quem pense que a guerrilha é o método de luta do marxismo, mas os marxistas russos se formaram justamente na contramão destes métodos em oposição aos narodniks e no melhor dos casos os consideravam como tendo um caráter auxiliar. [Os Narodniks eram um movimento político na Rússia tsarista, no século XIX, de caráter pequeno burguês, que idealizava a comuna rural camponesa como base de uma nova sociedade sem classes, e após fracassar em sua tentativa de criar uma revolução camponesa que derrubasse a monarquia, adotaram o terrorismo individual, ou a luta armada sem conexão com a mobilização da massas, como método de luta “direta” e forma de dar o “exemplo” para provocar a rebelião camponesa].

Na primeira revolução Russa, durante os anos de 1905-06, os grupos guerrilheiros puderam jogar um papel auxiliar ao movimento de massas, mas quando se separaram dele jogaram um papel prejudicial, agrupando todo tipo de elementos sem classes e aventureiros, dando argumentos para a repressão. Quando o movimento de massas entrou em recesso, Lênin propôs a dissolução de todos os grupos guerrilheiros e foi muito duro contra quem se negasse a fazer isso. Os assaltos a bancos foram um desastre, fazendo com que alguns bons revolucionários pasassem anos encarcerados. “Lênin fazia questão de que a luta armada fizesse parte do movimento revolucionário de massas, e especificava as condições nas quais ela seria admissível: ‘1) que se tenha em conta o estado de ânimo das

grandes massas; 2) que se leve em consideração as condições do movimento operário local; 3) que não enfraqueça inutilmente as forças do proletariado’. E também deixou claro que, longe de ser uma panaceia, a guerra de guerrilhas era um método possível de luta permitido somente ‘quando o movimento de massas tivesse chegado realmente no ponto de uma insurreição’”. (Alan Woods, Bolchevismo: O Caminho da revolução).

Como Alan Woods assinala em sua História do Bolchevismo: “*A história do século XX fornece-nos algumas lições trágicas do que ocorre quando os revolucionários tratam de substituir o movimento consciente da classe trabalhadora pelas ações heroicas de uma minoria armada. Muito frequentemente, como com a Narodnaya Volya [um dos grupos narodniks], a tentativa de desafiar o poderoso Estado com semelhantes métodos leva a uma derrota terrível e ao fortalecimento do mesmo aparelho de repressão que se pretendia derrotar. Mas inclusive nestes casos onde, por exemplo, uma guerra de guerrilhas tem sucesso em derrubar o velho regime, nunca pode levar ao estabelecimento de um Estado operário são, e, nem ao socialismo. Quando muito, levará a um Estado operário deformado (um regime de bonapartismo proletário) no qual os trabalhadores estarão submetidos ao domínio de uma elite burocrática. De fato, semelhante resultado está predefinido pela estrutura militarista das organizações terroristas e guerrilheiras, por sua estrutura de comando autocrático, pela falta de democracia interna e, sobretudo, pelo fato de que funcionam à margem da classe trabalhadora e independentemente dela. Um partido revolucionário genuíno não se estabelece a si mesmo como um*

grupo de salvadores auto eleitos para o resgate das massas, senão que trata de dar uma expressão organizada e consciente ao movimento dos trabalhadores” (Alan Woods, Bolchevismo: O Caminho da revolução).

Nossa posição com respeito à guerra de guerrilhas não obedece a considerações morais. O regime somozista era sanguinário, e por outro lado era evidente que a burguesia e os latifundiários não largariam seus privilégios sem lutar. A violência pode jogar um papel progressista na história e romper as barreiras que impedem o desenvolvimento da sociedade. Engels dizia que a violência é a parteira da história. A luta guerrilheira é um método revolucionário, mas do campesinato. Historicamente esta classe não tem conseguido jogar um papel independente nem assumir um programa próprio. Vimos isso na mesma revolução mexicana, uma das maiores revoltas camponesas, onde as tropas de Villa e Zapata abandonaram o poder em 1914 porque não sabiam que fazer com ele.

O marxismo propõe a posição central da classe operária como vanguarda revolucionária não porque dela tenha uma visão idealizada. Podem existir operários inteligentes ou tontos, egoístas ou solidários, revolucionários ou reacionários, mas em seu conjunto jogam um papel determinante na produção e seu trabalho social permite também que joguem um papel político vital e que possam desenvolver uma consciência coletiva. Quando a classe operária toma consciência de si, se converte em um fator revolucionário. Sob certas condições a guerra de guerrilhas pode ser um complemento à luta dos trabalhadores na cidade, mas é necessária a entrada do movimento operário na cena

política jogando um papel de vanguarda e aplicando seus clássicos métodos de luta.

As primeiras derrotas da FSLN

Alguns jovens sandinistas integraram-se aos grupos que combateram a contrarrevolução em Cuba para treinarem a arte militar. A FSLN inicia sua atividade guerrilha dentro da Nicarágua, entre rio Coco e rio Bocay ao norte de Matagalpa, em uma zona montanhosa, isolada e pouco povoada, com uma população indígena. Os guerrilheiros não falavam a língua nativa e cultivavam uma verdadeira idealização do campesinato. Isso refletiria também em outras campanhas militares. Pensaram que só pelo estado de pobreza das comunidades da zona, obteriam apoio para quem os libertaria da opressão. Na realidade a população não soube nunca com clareza quem era esse grupo estranho de homens armados. Esta operação foi mal planejada e organizada. Os guerrilheiros rondavam os 20 anos de idade, inclusive vindos do movimento estudantil se agregaram ao movimento, propondo comandos rotativos em lugar de um comando centralizado e estável. Como tínhamos assinalado, tinham a ilusão de que bastava que um grupo de pessoas valorosas tomasse as armas para fazer a revolução, mas a realidade era bastante diferente destas ilusões. O resultado foi um total fracasso. Conseguiram permanecer nas montanhas por escassos 4 meses, quando um comando guerrilheiro foi emboscado pela Guarda Nacional, e depois dispersou-se o resto da guerrilha. Nesse período os EEUU aplicaram na América Latina a chamada Aliança para o

Progresso, que tinha o objetivo de combater a influência da revolução cubana. A ajuda econômica que os EUA deram para a Nicarágua em 1968 foi 27 vezes maior à que tinham dado em 1960. Além de tudo também propiciou certa abertura democrática que permitiu, por exemplo, que os sandinistas regressassem à legalidade. Anastasio Somoza Debayle mantinha-se à frente da Guarda Nacional, mas o regime foi maquiado colocando na presidência René Schick.

Após o primeiro fracasso militar a FSLN integrou-se ao Movi-



Guerrilheiros

mento Radical (MR) que dirigia politicamente o PSN, que tinha as maiores bases de oposição nas diferentes classes e setores oprimidos, com ele a FSLN só podia competir no movimento estudantil. Ingressar no MR não foi um erro em si mesmo, mas sim a forma com que trabalharam os sandinistas, de fato, de maneira oportunista, a ele se adaptando. Uma organização não pode se desenvolver sob uma tática única, deve ter uma grande flexibilidade e se tivesse atuado corretamente a FSLN poderia ter saído fortalecida. A sigla sandinista desapareceu, os artigos

publicados na imprensa do MR nunca mencionavam a FSLN ainda que fossem escritos ou falassem de seus membros. Um exemplo disso foi quando se escreveu um artigo sobre o funeral de Marvin Guerreiro, um fundador da FSLN mencionado apenas como membro do MR. Isso era um reflexo da falta de uma política própria, a ser defendida de maneira organizada no MR. Alguns dirigentes sandinistas chegaram a jogar um papel destacado no MR, mas deveriam ter se mostrado como sua ala esquerda defendendo um programa e uma clara política marxista, o que poderia ter permitido atrair os melhores elementos da juventude e dos trabalhadores do campo e da cidade. Fizeram justamente o contrário. Nas palavras de Fonseca Amador lê-se: *“Ainda que se levantasse uma bandeira anti-imperialista e de emancipação das classes exploradas, vacilou-se em apresentar uma ideologia claramente marxista-leninista”*... *“A realidade demonstrou que o trabalho legal realizado dessa maneira não serviu para acumular forças e que foi mínimo o progresso realizado”* (Carlos Fonseca Amador, Nicarágua, ano zero).

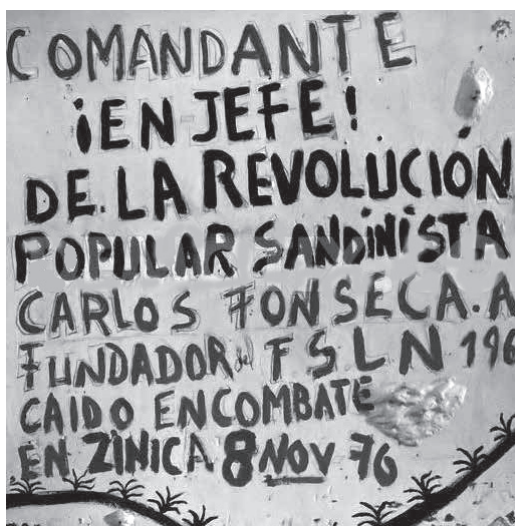
A Luta de massas vista como auxiliar da guerrilha

A via armada nunca deixou de estar fora dos planos dos sandinistas como o elemento principal de sua luta. De tal forma que a frente decide se afastar do MR e organizar uma nova expedição guerrilheira, a qual agrupou cerca de 40 pessoas, refletindo a debilidade em que se encontravam naqueles anos. Desta vez a base foi em Pancasán, uma ampla região ao norte da Nicarágua; mas com uma população muito pequena. Ainda que tenham

obtido avanços organizativos, o resultado final foi similar ao de Coco e Bocay. A Guarda Nacional massacrou uma coluna completa, com a morte de quadros importantes como Silvio Mayorga e Carlos Reyna, o operário de Managua. Fonseca criticava que por muito tempo o sectarismo da FSLN não lhe permitiu recrutar suficientes quadros do movimento operário e estudantil. Também assinalaria que “*Não se vinculou o trabalho insurrecional à luta popular geral, especialmente à luta camponesa, estudantil e operária*”... “*O trabalho organizado de massas (estudantil, camponês, operário) paralisou-se. Por um lado, carecia-se da quantidade de quadros necessários para atender tal trabalho, por outro, se menosprezava a importância que esta atividade podia desempenhar no curso do desenvolvimento da luta armada*”. (Carlos Fonseca Amador, Nicarágua, ano zero). Estas derrotas refletiam o fato de que os sandinistas não tinham uma base de apoio dentro das classes exploradas. Após Pancasán, de modo consciente buscaram estabelecer laços enviando comunicados e fazendo ações para ganhar simpatias, apoios e adeptos para a luta guerrilheira. Esta fase ficou conhecida como a da acumulação de forças em silêncio. Tomás Borge explicou: “*O objeto deste trabalho foi o de organizar os bairros para que lutassem por melhores condições de vida a partir de reivindicações imediatas, isto é, lutando pela água, pela luz, os serviços médicos etc., sem cair no reivindicacionismo, na reivindicação como um fim. Diferentemente de outros grupos que converteram a reivindicação em um objetivo em si mesmo, para nós, realmente era um meio para buscar, detectar dentro do povo seus*

melhores homens e inculcar-lhes que deviam se organizar para a tomada do poder”. (Tomás Borge, Apontamentos iniciais sobre FSLN).

A FSLN, incluindo Fonseca, via no trabalho de massas um mero auxiliar da luta guerrilheira à qual o subordinava. Nosso ponto de vista é precisamente o contrário. Como foi demonstrado em 1979, foi o movimento de massas e a classe operária o determinante para a vitória, como igualmente ocorreu na revolução cubana. Humberto Ortega reconheceria isso: “*A verdade é que sempre se pensou nas massas, mas se pensou nelas mais como um apoio à guer-*



Pichação em muro na Nicarágua

rilha, para que a guerrilha como tal pudesse causar danos à Guarda Nacional, e não como se deu na prática: foi a guerrilha que serviu de apoio às massas, para que estas, através da insurreição, desbaratassem as forças do inimigo” (Marta Harnecker, entrevista de Humberto Ortega, rebelião.org).

Dentro do FSLN vimos jovens que foram uma grande inspiração e exemplo revolucionário. Os sandinistas tinham que lidar com os encarceramentos, com as torturas físicas e psicológicas, violações

sexuais e a morte. Se toda essa determinação e sacrifício tivessem sido destinados a construir um partido revolucionário com base nas ideias do autêntico marxismo, o resultado teria sido muito melhor. Os bolcheviques na Rússia também tiveram que liderar sob condições de repressão muito difíceis e em um país com um proletariado muito pequeno, o qual não os impediu de construir um partido arraigado entre as massas operárias e com uma política correta que permitiu que a revolução não ficasse só na derrubada do Estado czarista, senão que acabasse com o capitalismo e iniciasse a revolução socialista estabelecendo um Estado Operário em aliança com os camponeses que se baseava na democracia dos soviets.

Com todos os erros, os quais já explicamos, os sandinistas não deixam de ter seu arrojo e perseverança. Eram jovens que entregavam sua vida e suas energias à revolução, que acreditavam em suas ideias e lutavam decididamente por materializá-las. Um exemplo desse heroísmo pode-se ver com o comandante Julio Buitrago, que defendeu seus colegas para que escapassem do ataque da Guarda Nacional quando descobriram a casa de segurança onde se resguardavam. Buitrago, o responsável pela resistência urbana, resistiu só durante horas à Guarda Nacional, que mobilizou tanques e helicópteros enquanto era televisionado ao vivo o ataque. Pensavam encontrar dezenas de guerrilheiros defendendo a casa, para sua surpresa nela só se encontrava Buitrago, que finalmente caiu em combate.

As tendências

Após o segundo fracasso militar abriram-se divergências na organização. Ocorreram deba-

tes sobre o ritmo da luta, sobre o peso das diferentes classes, a relação entre o trabalho de massas e o militar, etc. A FSLN dividiu-se primeiramente em duas tendências, a chamada Guerra Popular Prolongada (GPP) e a Tendência Proletária (TP), mais tarde surgiria a Tendência Insurrecional (TI), conhecida também como Terceirista. As primeiras ações do FSLN foram marcadas mais pela óptica do foquismo guerrilheiro de Che Guevara. É provável que em um primeiro momento a organização em seu conjunto girasse para a tática da Guerra Popular Prolongada, e dela derivaram-se as outras duas tendências. O GPP assumia uma linha maoísta, pondo ênfase no trabalho no campo e assinalando que a luta seria de longa duração. Carlos Fonseca, na realidade não esteve completamente integrado a nenhuma das tendências, diferenciava-se da GPP sobre a duração da luta e propunha um maior equilíbrio entre o trabalho entre as massas da cidade e do campo. A Tendência Proletária punha a ênfase no trabalho na cidade e na classe operária, algo 100% correto. Esta tendência se aproximava mais de uma linha marxista. Chegou a propor o abandono da luta guerrilheira e seguir uma orientação à luta de massas. A TP realizou um trabalho no movimento estudantil e nos bairros operários, mas nos sindicatos manteve-se a presença do PSN. Fonseca além de ver como algo central a estratégia das armas, criticava o esquematismo da TP. Em realidade o marxismo não nega nem despreza o papel do campesinato, nem o do movimento estudantil, o das mulheres, o dos indígenas, etc, mas considera que nenhum setor ou classe oprimida pode substituir o papel dirigente que deve jogar a classe trabalhadora, e por isso o trabalho

nesta classe resulta estratégico.

Se a Tendência Proletária tivesse se baseado em um autêntico programa e tática marxista, desenvolvendo quadros sólidos arraigados no movimento operário e de massas, poderia ter jogado um papel para manter de pé a revolução, mas a realidade foi outra. Seu dirigente Jaime Wheelock, diria em uma entrevista na véspera da derrubada de Somoza: *“Nós consideramos que a tarefa política de primeira ordem dos trabalhadores, e de nossa organização sandinista é a de derrubar a Ditadura Militar Somozista, e abrir para o nosso povo, sem exclusões, um processo de verdadeira democracia”*... *“Para nós a Ditadura era e é o obstáculo principal”*... *“Por isso nós somos os primeiros a chamar à unidade não só das forças democráticas e progressistas, senão de todo o povo sem excluir a própria burguesia. Porque é necessário afirmar que o proletariado jamais é sectário, que sempre busca o interesse da nação, sem se deixar levar por intenções particulares”* (Revista Diálogo Social, entrevista a Jaime Wheelock Román, cedema.org).

Estas declarações são menchevismo puro e estão a anos-luz do autêntico marxismo. Entre os Terceiristas encontra-se a posição de maior desprezo ao movimento de massas dos camponeses e operários. Põem sua confiança na pequena burguesia, tendendo a um excessivo militarismo que cai em aberto terrorismo. Chegaram a propor que deveriam ser destruídas as fábricas de Somoza. Os terceiristas foram a tendência que mais rapidamente degenerou, propunham uma unidade oportunista com as outras forças, o PSN e o burguês Partido Conservador. Nessa aliança, a frente manteria sob seu cargo a luta armada, mas deixaria as tarefas políticas para a oposição

burguesa. Francisco Rivera recorda como Humberto Ortega, dirigente terceirista que lhe dizia que em seus comunicados somente devia mencionar os fatos militares porque *“se nos metlamos a usar uma linguagem muito radical nessas partes, poderíamos prejudicar todo o complexo trabalho que se estava fazendo, de conciliar a diferentes gentes para fortalecer as alianças”* (Matilde Zimmermann, Carlos Fonseca Amador).

Um dos elementos cruciais que está colocado sobre a mesa é a independência de classe e a colaboração com a burguesia, e ao final todas as tendências claudicaram frente à burguesia. Este debate na realidade ocorreu nas cúpulas do FSLN, sua estrutura militar não lhe permitia ter um debate aberto em suas bases. Enquanto no partido bolchevique de Lenin as diferenças políticas eram uma oportunidade para educar os quadros, no FSLN as discussões ficaram sempre limitadas a um círculo muito reduzido, com a maioria da organização sendo ensinada e educada a intervir muito pouco no debate. As tendências integraram-se mais por fidelidade a um dirigente ou por acidente, ao encontrar com algum grupo disposto a ingressar na frente.

A acumulação de forças em silêncio

Fonseca dizia que a Nicarágua se encontrava em um atraso político profundo. As ideias do marxismo chegaram com atraso e a ditadura Somozista limitou muito sua penetração, o que somou-se às distorções feitas pelo estalinismo. Esse atraso político, no entanto, de fato permitiu a uma organização como a FSLN ter um desenvolvimento vertiginoso.

Em contraposição ao oportunismo do PSN, o sandinismo era

visto como a única tendência revolucionária, e quando as massas girassem à esquerda eles preencheriam esse vazio. Nos inícios dos anos 70 a FSLN monta uma base guerrilheira nas montanhas de Matagalpa e Zelaya, com um trabalho mais sistemático voltado ao campesinato. São poucos os confrontos nessa época, a Guarda Nacional não os via como um sério perigo. Isso não significa que a repressão fosse coisa menor, a perseguição e detenções a militantes sandinistas continuava, e foram vários os casos em que um preso terminava assassinado na escuridão ou no silêncio de uma cela. Isso obrigava a frente a fazer um trabalho mais amplo entre as massas, tanto para gerar uma rede de apoio à guerrilha na cidade e no campo, como para realizar ações de protesto contra a repressão e tratar de resguardar as vidas de seus colegas. Em 1972 houve um forte terremoto onde morreriam entre 20 e 30 mil pessoas. A FSLN organiza ações de solidariedade com a população enquanto Somoza utiliza a situação para aumentar seu poder, rouba muito do apoio que recebeu da ajuda externa para ajudar a minorar o desastre e ajudar aos afetados.

Há um incremento da oposição a Somoza em todas as classes da sociedade. Em 1972-73 ocorre um pico no crescimento das lutas operárias com greves de trabalhadores da saúde, professores e trabalhadores da construção, o movimento estudantil também estava em agitação. Abrem-se fissuras no regime, o excesso de poder de Somoza não era bem visto por grande parte da burguesia que ficava relegada a segundo plano. Isso trouxe a ilusão, entre alguns setores da FSLN, de entrar em uma aliança com um setor da burguesia. Já para o ano de 1973 um setor da FSLN (a tendência GPP para sermos exatos) elabo-

rou um plano para apoiar um golpe militar em que ficaria como governante o político burguês opositor, Joaquín Chamorro. Mas sob a direção de Fonseca essas orientações foram recusadas com toda firmeza.

O auge capitalista de meados dos anos 70 deu um respiro a Somoza, mas ao final agudizaria suas contradições que o levaria a sua abrupta queda. Fonseca concebia que em sua organização podiam conviver diferentes tendências e pensamentos. *“Sejam quais forem as diferenças entre os nicaraguenses, cada um tem lugar nas fileiras da Frente Sandinista. Tal característica é compatível com a posição de vanguarda do setor que se identifica com a classe operária e a classe camponesa, e que se guia na ação pela filosofia do socialismo científico”*. (Matilde Zimmermann, Carlos Fonseca Amador).

Fonseca tinha sua confiança colocada na classe operária e camponesa, identificava a primeira como a vanguarda, mas sua estratégia se baseava no método de luta do campesinato, que tinha uma tradição importante na Nicarágua. Retomava aquela frase de Sandino, *“só os operários e camponeses chegarão até o final”*. Por isso desconfiava da burguesia opositora a Somoza. Fonseca dava um grande peso à origem de classe, por isso qualificava Sandino como guerrilheiro proletário, mas um operário na montanha pode sofrer um processo de afastamento de sua referência de classe, com tendências individualistas então podendo começar a desenvolver-se. Muitos dos que pegam o fuzil são na realidade pequenos burgueses que desconfiam da força dos trabalhadores e pensam que alguns indivíduos heroicos podem levar adiante a revolução.

A luta nas montanhas impli-

cava muito esforço simplesmente para poder sobreviver, sem dúvida isso terá um efeito na formação política dos quadros. Fonseca sempre insistia ainda nas condições da luta guerrilheira, na necessidade de vinculá-la às classes exploradas e com suas lutas. Também insistia e dava grande importância à formação política. Mas os métodos guerrilheiros têm uma lógica e a sua tendência é colocar a ação acima da formação e isso facilita o terreno para a degeneração política. A isso há que acrescentar que a estrutura necessariamente vertical e militar de uma organização guerrilheira limita o debate democrático no conjunto da organização e facilita um processo de burocratismo e caudilhismo. A revolução socialista deve ser levada a cabo pela classe operária em aliança com o camponeses, não existem atalhos para a revolução e qualquer tentativa de substituir o papel da classe operária sempre terminará em burocratismo.

As ações guerrilheiras e a repressão somozista

Em dezembro de 1974 membros do GPP e da TI realizaram um exitoso sequestro em uma festa em homenagem ao embaixador estadunidense, na casa do empresário somozista Chema Castillo. Esperando que chegasse o embaixador tomam como reféns o ministro da defesa e o cunhado de Somoza, entre outros. Com isto conseguem trocar os reféns por uma dúzia de dirigentes sandinistas encarcerados. A ação, do ponto de vista militar, foi um grande sucesso. No entanto, a Tendência Proletária a critica porque daria um pretexto a Somoza para que incrementasse a repressão, o que veio a ocorrer.

Em 1975 a FSLN avança em suas ações militares e ataca sem sofrer baixas, o quartel Waslala, e

por breve tempo tomam o povoado Rio Blanco. A Guarda Nacional incrementa sua repressão, não só contra a FSLN, mas também contra a população, bombardeiam as comunidades que colaboravam com a guerrilha e aquelas que suspeitavam apoiar a guerrilha. Milhares de camponeses inocentes, incluindo idosos, mulheres e crianças, morreram.

A situação para a FSLN complicava-se mais, as diferenças políticas não se resolviam, ao contrário tornava-se mais agudas. Fonseca regressou de seu exílio em Cuba e foi em pessoa ao terreno de luta clandestina na cidade e na montanha para buscar uma solução ao crescente conflito interno. Foi justamente nesse período de intenso fechamento do cerco repressivo que Carlos Fonseca Amador caiu atingido pelas balas inimigas em 7-8 de novembro de 1976, quando também foram assassinados outros membros da Direção Nacional. Ro-

berto Huembes e Eduardo Contreras, entre outros quadros importantes também morrem nesse período.

A FSLN terminou por dividir-se, e na realidade não mais atuou como uma única organização com três tendências diferentes, mas sim como três organizações separadas. Foi um período obscuro, onde permeou a desmoralização. O somozismo achava que tinha dado o golpe de misericórdia no sandinismo. Sem seu principal dirigente, o processo de degeneração das tendências, começando pela terceirista, aprofundou-se.

Apesar de tudo isso, as ações realizadas em meados dos anos 70, após anos de atividade visível, mostraram para as massas que a FSLN ainda seguia viva e lutando contra o somozismo. A repressão fortaleceu a rejeição a Somoza, a qual já havia aumentado após o terremoto de 1972. Ficava claro que não era possível viver sob seu regime e que ele devia partir.

No final dos anos 70 o fermento entre as massas estava em ascensão, formam-se agrupamentos como a Associação de Trabalhadores do Campo (ATC). Havia um ambiente de fermento revolucionário na América Central. Em El Salvador o arcebispo da Opus Dei, amigo pessoal dos oligarcas, Oscar Arnulfo Romero, é impactado pelo ambiente revolucionário do povo e dá um giro de 180° fazendo de suas homílias tribunas para dar voz ao povo em seu combate à ditadura militar. Estavam sendo construídas [em El Salvador] fortes organizações de massas como a FAPU [Frente Popular de Ação Unificada] o LP-28 [Ligas Populares 28 de Fevereiro] e o BPR [Bloco Popular Revolucionário].

A revolução operária e camponesa

Na realidade esse período de intensa repressão e em escala tão massiva refletia a perda de pontos de apoio do somozismo na sociedade. Em um ambiente assim qualquer acidente poderia gerar uma aberta luta revolucionária. Esse acidente veio a ocorrer com o assassinato, em 10 de janeiro de 1978, de Pedro Joaquín Chamorro, editor do diário La Prensa e um dos mais destacados políticos burgueses entre os conservadores anti-somozistas. A burguesia chamou uma greve, um lock out, mas os trabalhadores utilizaram-no para se expressar. Apesar dos apelos para que se mantivesse em casa, a classe operária saiu às ruas e começou a formar milícias. Os burgueses, temendo mais a classe operária do que Somoza, desconvocam a “greve”. O movimento de massas não poderia mais ser interrompido, não obedecia às ordens da burguesia. Estendeu-se uma verdadeira rebelião popular, os bairros foram



Augusto Cesar Sandino com outros revolucionários

se enchendo de barricadas para se defenderem dos ataques da Guarda Nacional. Os estudantes no mês de abril começaram uma greve que atingiu 80% das universidades e das escolas secundaristas.

Em 20 de agosto de 1978 uma operação da FSLN toma o Palácio Nacional de Managua e captura 3.500 reféns trocando-os por 59 guerrilheiros presos, entre os quais se encontravam dirigentes como Tomás Borge. Esta ação foi chamada de operação ‘chanchera’, os membros do parlamento eram conhecidos como chanchos (porcos). O Comandante Dois, Doura María Téllez, se destaca com esta ação e a operação causaria um forte impacto psicológico no movimento de massas. Quando os guerrilheiros libertados passavam pelos bairros operários eram recebidos com júbilo sob os gritos de “Morte a Somoza!”

A direção da tendência terceirista tentou claramente desviar a revolução. Construiu o grupo dos 12, com intelectuais supostamente independentes que mostravam seu apoio à FSLN. Com este grupo estabeleceu-se uma primeira aliança pública com a burguesia constituindo a Frente Ampla Opositora (FAO), onde participariam setores opositores da burguesia que buscavam com isso fazer um contrapeso à FSLN. Em contraposição, as organizações populares sandinistas sob a direção da TP e da GPP unificaram-se no Movimento Povo Unido (MPU). Sob a pressão dos acontecimentos a FAO fraturou-se e ocorreu um novo reagrupamento com as diferentes tendências sandinistas e algumas outras, resultando em uma FAO debilitada e uma coalizão radical mais poderosa.

A burguesia não pôde interceder nos acontecimentos revolucionários que se desenvolveram, na realidade foi espectadora da revolução das classes exploradas. Uma

ação significativa ocorrida foi a insurreição de Matagalpa, em setembro de 1978, com uma grande base estudantil, onde participariam 500 alunos secundaristas. Esta não foi uma ação organizada realmente pela FSLN. A situação demonstrava que os acontecimentos e as massas iam muito na frente da direção. No entanto as bandeirinhas

havia apenas um processo isolado de grupos guerrilheiros com algum apoio em alguma zona, senão o verdadeiro processo da insurreição das massas. Matilde Zimmermann calcula que em 1977, pouco antes de iniciar a revolução, a FSLN contava com entre 150 a 200 militantes. Cita em seu livro as palavras de um acadêmico estadunidense



Revolução segue na memória do povo nicaraguense

e faixas vermelhas e negras inundaram a cidade que esteve tomada por cinco dias. Esta insurreição foi desmontada pela Guarda Nacional. Mas foi uma antecipação dos acontecimentos que se aproximavam.

A tendência terceirista chamou uma insurreição ao redor de Managua. A repressão se intensificou e 5 mil ativistas caíram sob as balas da Guarda Nacional. Isso não deteve a rebelião das massas, agora não

que refletia o ambiente da revolução de 1978-1979: “Tão massiva, tão popular, que os milhares de milicianos com seus lenços vermelhos e negros e armados de pistolas, escopetas, rifles, coquetéis Molotovs e bombas de contato, os quais nunca foram completamente organizados pelos quadros da Frente, e nem sempre guiados por sandinistas reconhecidos. Na realidade, no momento da vitória,

qualquer um que tivesse construído uma barricada, lançado uma bomba, disparado um revólver, levado uma mensagem, ou cuidado dos feridos, havia adquirido o direito - ao menos temporariamente - de se chamar sandinista”.

Nas ruas combatiam, sem distinção, e ombro a ombro, os membros das diferentes tendências sandinistas, o enorme impulso do movimento de massas empurrou à esquerda as direções da FSLN, e impulsionou sua unidade. Milhares foram recrutados naquele período. A 7 de março de 1979 declara-se a reunificação da FSLN e o estabelecimento da Direção Nacional, com 3 comandantes da cada uma das 3 tendências. Um processo similar se daria em El Salvador com a formação do FMLN. Formam-se diferentes frentes armadas sob o nome de mártires sandinistas que lutaram pela do país. Ainda que tivessem ocorrido algumas batalhas importantes, a Guarda Nacional se desmoronava inclusive antes que as frentes chegassem aos seus destinos.

O movimento operário foi a força decisiva

Os marxistas não se opõem à luta armada, mas não temos acordo com o método da guerrilha no qual um pequeno grupo empunha as armas à margem das massas. A luta armada pode ser necessária, mas esta ação apenas será correta quando as massas empunham as armas em um momento decisivo de sua história. O que vimos na revolução nicaraguense foi um levantamento armado fundamentalmente de caráter operário.

Calcula-se que 50% dos mortos na insurreição eram de operários, além de 29% que eram estudantes, em sua maioria de famílias operárias. Também ficou evidente que os bombardeios eram orienta-

dos para os bairros operários, isso foi claramente notório em uma cidade como Managua onde há uma clara divisão de classe entre os bairros. Quando as bombas atingiram algumas fábricas não foi porque o objetivo era atacar um opositor burguês, e sim porque estavam localizadas nestas zonas proletárias, por isso inclusive fábricas de Somoza foram destruídas (Matilde Zimmermann, Carlos Fonseca Amador).

Em 8 de julho a Direção Nacional da FSLN convocou uma greve geral, o jogo para os Somozas tinha terminado. A economia, o comércio e o transporte paralisaram-se. Foi só uma questão de tempo para que o governo caísse. Antes de cair fez sua última manobra. Em 16 de julho, Anastasio Somoza Debayle nomeou como sucessor Francisco Urcuyo, e na madrugada do dia seguinte Somoza foge. Bastou que os sandinistas nomeassem como capital provisória a cidade de León para que caísse o enfraquecido governo. No dia 19 de julho, no meio de uma enorme consagração popular, as colunas guerrilheiras entram em Managua.

Poderão argumentar que a estrutura guerrilheira permitiu realizar a ofensiva armada final ao regime de Somoza, mas se esquecem de que inclusive este trabalho pode ser dirigido pelo partido proletário no momento da revolução. Na Rússia se formou o Comitê Militar Revolucionário. Este comitê, que foi o instrumento para tomar o poder, foi dirigido por um dos mais importantes quadros do partido bolchevique, León Trotsky, quem depois também formaria o Exército Vermelho.

A revolução avança

A burguesia e a classe operária opunham-se ao somozismo, mas

por razões completamente diferentes, as contradições de classe manifestaram-se muito prontamente. A burguesia via que o somozismo não podia manter sob controle os trabalhadores, e via com desagrado a enorme acumulação de riqueza da família Somoza que limitava o poder de grande parte da burguesia. Os trabalhadores e camponeses não só queriam democracia, queriam melhorar suas vidas e isso entrava em clara contradição com os interesses da burguesia.

Desde o início, o governo nascido da revolução realiza medidas sociais muito avançadas. Dias após a derrota de Somoza o governo revolucionário reparte 2400 glebas de terra a 10 mil camponeses; em 10 de abril inicia-se a campanha de alfabetização de 650 mil nicaraguenses; cria-se o Sistema Nacional Único de Saúde; os bairros e regiões marginalizadas são eletrificados, são expropriadas 168 indústrias, 159 casas, 40 veículos, 19 fazendas e 13 bens imóveis, várias propriedades da família Somoza. (Fabián Escalante Font, Nicarágua Sandinista: Um conflito de baixa intensidade?).

“A esperança de vida aumentou de 55,3 [anos] em 1978 para 64,2 em 1989, enquanto a taxa de mortalidade infantil foi reduzida de 120 em cada 1000 nascidos para 74 por 1000 nascidos em 1987. Em meados da década de 80 mais de 2.200 médicos e técnicos da saúde prestavam serviços em lugares tão remotos como Bocay, Raytí, Ponta Gorda, Wiwilí e no departamento de Zelaya onde antes era nula a presença deste pessoal”. (Hedelberto López Blanch, As mascotes da guerra).

O impulso deste processo vinha das massas em movimento, que são a força motriz sem a qual não há revolução. Nesses anos forma-se a Central de Trabalhadores

da Nicarágua. As milícias populares convertem-se na base do novo exército chamado agora Exército Popular Sandinista que substituiria a reacionária Guarda Nacional.

A classe operária e os camponeses tinham derrubado a odiada ditadura somozista. Se a revolução tivesse sido dirigida por autênticos marxistas os dias do capitalismo estariam contados. A expropriação dos bens da família Somoza só era meio passo para frente, era necessário expropriar também o resto das grandes empresas e bancos da burguesia, incluindo aqueles que queriam subir no trem da revolução para o descarrilhar.

Com uma economia planificada teria sido possível começar a revolução socialista, mas em um país tão pobre como a Nicarágua esta só poderia ser concluída se fosse estendida, em primeiro lugar, à América Central e ao México. Era necessário fazer um chamado revolucionário internacionalista aos demais trabalhadores da América Latina para que seguissem o exemplo da classe operária nicaraguense. A revolução nicaraguense era parte de um processo mais geral na América Latina e seu triunfo geraria um impulso irresistível, principalmente em El Salvador que rapidamente entrou em uma situação abertamente revolucionária. Com as revoluções triunfando em El Salvador, Guatemala e no resto da América Central, poderia se estabelecer primeiramente uma federação socialista da América Central, e esta impactaria outros países, como o México.

As manobras da burguesia

Os imperialistas tinham medo de que a revolução acabasse definitivamente com seu sistema, se a revolução fosse estendida a outros países. Durante décadas os impe-

rialistas avalizaram e protegeram regimes repressores brutais na Nicarágua. Quando não podem conter a revolução com a repressão, o caminho passou ser o de desviá-la para canais democráticos burgueses. De um dia para outro mudaram seu discurso falando agora das bondades da democracia. Desde o começo fizeram campanha a favor de realizar eleições, buscando com isso tirar nas urnas o que os trabalhadores tinham conquistado nas ruas.

Os imperialistas teriam preferido que fosse a oposição burguesa que dirigisse a queda de Somoza, mas ela não jogou um papel relevante na revolução e a direção da FSLN era indiscutível. Carlos Fonseca já tinha advertido que *“Tem que se estar alerta contra o perigo de que a insurreição revolucionária sirva de escada para a força reacionária de oposição ao regime somozista. A meta do movimento revolucionário é dupla. Por um lado, derrubar a camarilha criminosa e traidora que durante longos anos usurpa o poder e, por outro, impedir que a força capitalista da oposição, comprovadamente submissa ao imperialismo ianque, aproveite a situação que desencadeia a luta guerrilheira, e agarre o controle do poder”* (Carlos Fonseca Amador, Nicarágua, ano zero).

Na primeira etapa de uma revolução há um ambiente de grande unidade e ilusões, no qual a revolução parece impossível de ser interrompida. Após a queda de Somoza forma-se a Junta de Governo de Reconstrução Nacional com 3 representante sandinistas: Daniel Ortega, Sergio Ramírez e Moisés Hassan, e 2 representantes burgueses, Alfonso Robelo, que era o líder da FAO e Violeta Bairros, viúva de Joaquín Chamorro. Esta junta era acompanhada por um Conselho de Estado integrado por represen-

tes sandinistas, das organizações operárias, empresariais, da igreja, da universidade nacional, etc.

Existe uma similaridade com o que ocorreu na Revolução Russa de fevereiro de 1917, na qual os soviets de operários e camponeses tinham o poder real em suas mãos, mas o entregaram para a burguesia. Em momentos como estes, um setor do partido revolucionário pode ceder diante das pressões da burguesia. Na Rússia, Stalin, Zinoviev e Kamenev propunham abertamente apoiar o governo provisório burguês. Felizmente, Lênin, que mantinha uma posição igual à de Trotsky, conseguiu que o partido ficasse firme na independência de classe com o programa marxista. A Revolução Russa terminou com a tomada do poder pelos trabalhadores porque existiu Lênin, Trotsky e o partido bolchevique com uma política correta de independência de classe, que nos meses de fevereiro a outubro de 1917 conquistou a maioria nos soviets. Pelo contrário, na revolução sandinista, os dirigentes de todas as tendências da FSLN claudicaram diante da burguesia e isso marcaria a derrota da revolução.

Existe uma reconstrução de uma conversa entre o ex Secretário de Estado dos EUA, Cyrus Vance, e o Secretário para a América, Viron Vaky, e ela é muito ilustrativa: *“Os jovens líderes nicaraguenses, apesar de seus discursos esquerdistas, podiam ser moderados; inclusive o embaixador Pezullo, tal como ele (Viron Vaky), consideravam se podiam influir sobre eles para limitar a ‘solidariedade’ com seus vizinhos, os revolucionários salvadorenhos. A questão era utilizar corretamente o garrote e a cenoura”*. (Fabián Escalante Font, Nicarágua Sandinista).

Polarização

Enquanto os dirigentes sandinistas esforçavam-se por mostrar seu pluralismo incluindo a todos no novo governo, a burguesia não deixava de vê-los como elementos hostis e perigosos. Enquanto faziam convocações para as eleições democráticas, boicotavam econômica e militarmente o governo.

Em maio altera-se a correlação de forças do governo quando é dada representação às nascentes organizações de massas dos trabalhadores no Conselho de Estado, e os elementos burgueses abandonam a junta de governo ao mesmo tempo em que intensificavam a campanha de desprestígio da revolução, apoiando-se em seus meios de comunicação encabeçados pelo diário *La Prensa*. A burguesia travava também uma guerra econômica retirando seu capital, despedindo trabalhadores, abandonando plantações, deteriorando as máquinas, etc.

A luta também foi travada no terreno militar, começaram a construir uma rede de contras na telefonia com grupos paramilitares que tentavam derrubar com as armas os sandinistas.

A economia mista

O estalinizado PSN tinha assumido a posição dos mencheviques de conciliação de classes e da impossibilidade da revolução socialista. Carlos Fonseca nisso se diferenciava deles e elaborou em 1969 um programa que buscava em essência iniciar a revolução socialista na Nicarágua. Neste se explicitava a expropriação dos bens da família Somoza, dos militares e de políticos cúmplices do regime, bem como a nacionalização do sistema bancário e das companhias estrangeiras. Propunha a expro-

priação do latifúndio capitalista e feudal. Estabelecia-se o controle operário das empresas nacionalizadas e o controle estatal do comércio exterior. Propunha ainda estabelecer direitos trabalhistas, eliminação do desemprego, acabar com o analfabetismo, dar direitos às mulheres para sua emancipação e ainda o estabelecimento de uma economia planificada. Este programa, no entanto, tinha uma ambiguidade, não defendia mas deixava aberta a possibilidade do respeito à propriedade da burguesia urbana não somozista, quando o problema não era o somozismo em si, mas sim o sistema capitalista.

É sabido que Carlos Fonseca Amador tinha um grande ódio de classe à burguesia, lhe repugnava particularmente Pedro Joaquín Chamorro a quem via como um dos elementos burgueses mais perigosos. Mas os sandinistas, no poder, abandonaram a ideia de lutar pelo socialismo e destilaram a esperança de poder conciliar as classes e sistemas sociais sob uma economia mista, onde convivesse o livre mercado com um setor amplo da economia nacionalizada, chamada por eles de áreas de propriedade do povo. Como explicamos, a burguesia estava boicotando economicamente a revolução. Mesmo assim tinham ilusões no que chamavam de setor patriótico da burguesia.

Nisso jogou um papel importante a burocracia soviética que queria impedir a todo custo a repetição de uma nova Cuba na América Central, e fez questão da manutenção de uma “pluralidade política” (leia-se democracia burguesa) e uma “economia mista” (leia-se uma economia capitalista de mercado).

O próprio Tomás Borge, um dos líderes mais populares do sandinismo e antigo dirigente da tendência GPP, declarava em 19 de

julho de 1981: *“Dirão que já terminou a economia mista, o pluralismo político. Nós reafirmamos o que disse nosso irmão Daniel [Ortega]: o projeto revolucionário segue adiante. Os proprietários e os empresários honestos e patriotas terão, não só o direito de integram-se nas tarefas produtivas, mas também no apoio à Revolução. E nesses mesmos termos poderíamos falar de pluralismo político. A Revolução tem proposto a estratégia da economia mista, para que os senhores empresários produzam seu próprio lucro e contribuam para levantar a produção do país”*.

No entanto, as massas, com um fino instinto de classe, tinham seus receios. Tomás pergunta ao povo reunido em uma manifestação de massas: *“Quem calunia a Revolução e ultraja de maneira repugnante as organizações de massas? Quem pede conselhos e recebe ordens dos representantes do império, do mesmo império que nos quis avassalar semeando a morte, destruição e vergonha em nossa pátria? (O povo responde repetidas vezes: A burguesia!)”* (Tomás Borge, Os primeiros passos: a Revolução Popular Sandinista).

Daniel Ortega declarou a nacionalização das minas e a reforma agrária. Estava claro que os capitalistas tinham um caráter contrarrevolucionário, o que obrigava a revolução a aprofundar-se, mas inclusive nesse momento os dirigentes sandinistas seguiam abraçados à sombra da burguesia ao invés de acabar definitivamente com a propriedade privada dos grandes meios de produção e grandes latifúndios para estabelecer de forma real uma economia planificada.

Em 1982, o setor estatizado da economia representava 39% do PIB, mas eram dominantes só no setor do comércio e no de serviços, mais da metade do setor agrope-

cuário e fabricante pertencia ao setor privado (Héctor Pérez Brignoli, Breve história da América Central). Sem ter o controle do setor principal da economia era impossível planificá-la e dava-se à burguesia um forte poder, o qual ela usou eficazmente em sua luta contrarrevolucionária.

O Sandinismo e o Estado

No programa histórico da FSLN estabelecia-se a eliminação da Guarda Nacional e a sua substituição por um Exército Popular Revolucionário. Propunha o serviço militar obrigatório e o armamento dos estudantes, camponeses e operários organizados em milícias populares para a defesa de seus direitos conquistados. Estas são medidas muito avançadas. Engels define o Estado capitalista como um corpo de homens armados em defesa da propriedade, esse corpo na Nicarágua era a Guarda Nacional. O marxismo propõe a eliminação do exército permanente e sua substituição pelo povo em armas. Isso ocorreu na revolução sandinista, mas o problema do Estado não termina aí.

O programa histórico da FSLN propunha que daria ao poder revolucionário uma estrutura que permitisse a participação de todo o povo, mas não propunha com clareza a substituição do Estado Burguês por um Estado Operário. Sabemos que Fonseca tinha sua esperança posta nos operários e camponeses, acreditava que eram os únicos que podiam chegar até o final, mas esta ambiguidade também deixava aberta a porta à conciliação de classes ainda que não era o que Fonseca tinha em mente quando redigiu o programa. Os sandinistas tentaram formar um governo onde convivessem as organizações camponesas,

operárias e empresariais.

Faz parte do ABC do marxismo saber que o Estado capitalista não serve aos fins da classe operária e que ele deve ser destruído e substituído por um Estado Operário. Este Estado defenderá os interesses das grandes maiorias de trabalhadores do campo e da cidade, reprimirá a pequena minoria de capitalistas que pretendam evitar a mudança revolucionária. Lênin, baseando-se na experiência da Comuna de Paris, estabelece 4 condições, não para o socialismo, mas sim para estabelecer um governo operário no dia após a tomada do poder:

1) Eleição democrática e revogabilidade de todos os servidores públicos.

2) Nenhum servidor público pode receber um salário superior ao de um trabalhador qualificado.

3) Não ao exército permanente, sim ao povo em armas.

4) Gradualmente, todas as tarefas da administração devem ser realizadas por todos, por turnos (“quando todo mundo é um burocrata, ninguém é um burocrata!”).

Um Estado Operário saudável é em realidade a democracia mais plena, mas para isso é necessária a participação da classe operária com seus métodos. A FSLN nem sequer tinha um processo de eleição de sua direção. Os métodos da guerrilha também mostram suas limitações para levar adiante o socialismo porque são incompatíveis com o estabelecimento de um Estado Operário sadio e ao transladar a estrutura vertical da guerrilha para o novo governo. Os métodos guerrilheiros na política facilitavam a campanha de desprestígio contra a revolução.

Durante sua época de clandestinidade Carlos Fonseca e os Sandinistas recusavam a participação nas eleições burguesas. Inclusive em regimes totalitários, em certas condições, é correto participar das

eleições. Os bolcheviques assim fizeram usando-as como espaços onde de forma legal podiam fazer agitação das ideias revolucionárias.

Frente a campanha da burguesia sobre a necessidade de eleições burguesas, os dirigentes sandinistas deveriam ter respondido dando passos decididos para a construção de uma autêntica democracia operária. Existiam já organismos com traços soviéticos como os Comitês de Defesa Sandinista que agrupavam as mais amplas massas. Após anos de luta contra a ditadura era normal que existissem ilusões democráticas entre as massas. O que tinha que ser feito não era negar qualquer tipo de eleição, mas sim convocar um congresso nacional de representantes dos CDs, das organizações operárias e camponesas e de massas, para ratificar democraticamente a revolução e a assentar firmemente sobre um regime de democracia direta das massas operárias.

Outra condição para a construção de um Estado Operário é que nenhum servidor público tenha privilégios acima da população. Deve ter salários não maiores ao de qualquer trabalhador qualificado, deve ser eliminado qualquer outro tipo de privilégio. Um guerrilheiro que tenha sofrido as privações nas montanhas ou um operário ou camponês que tenha vivido na miséria e que de um dia para outro vive em cômodas casas, come boa comida à qual o restante da população não tem acesso, pode se corromper.

A maioria dos sandinistas entregaram suas vidas à realização da revolução, fazendo esforços sobre-humanos sem que isto significasse privilégios econômicos acima das conquistas para o conjunto. Mas a falta de elementos de eleição, revogabilidade e controle operário para os dirigentes, permitiu que um pequeno setor adquirisse privilégios na administração Estatal. O

processo de degeneração tem seu início justamente com a tomada do poder quando os dirigentes sandinistas começam a repartir mansões, e isso ficou mais evidente quando se perderam as eleições de 1990 e os dirigentes começaram a colocar em seus nomes as casas e comprar carros com o orçamento estatal. Este processo conhecido como a Piñata, aprofundou o ambiente de desmoralização e desânimo.

O sandinismo acabou com a odiada Guarda Nacional e formou um exército do povo, e isso nos mostra que o poder real estava nas mãos dos operários e camponeses, mas não acabou com o resto da estrutura do Estado burguês e a falta de mecanismos de participação e controle operário facilitou a degeneração. O Estado burguês reagiu contra os sandinistas até que finalmente os expulsou de seu corpo. A revolução sandinista deixa-nos claro que não é possível usar o Estado capitalista para os fins da classe trabalhadora.

A contrarrevolução

Ao iniciar 1981, entra no governo dos EUA o falcão republicano Ronald Reagan com uma política de ataque frontal à revolução sandinista. Desde o triunfo da revolução os velhos somozistas, apoiados pelos imperialistas e assessorados por quadros da CIA, da ditadura militar Argentina e posteriormente da contrarrevolução Cubana, iniciaram planos e ações armadas contra o novo governo. À contrarrevolução somaram-se elementos aventureiros e traidores do sandinismo, como Edén Pastora, o comandante Zero, que dirigiu a operação Chanchera.

Em uma primeira etapa (1981-1982), estas forças estavam dispersas e divididas no curso do pe-

ríodo de ascensão revolucionária e pouco dano puderam fazer. Entre 1982 e 1985 dá-se uma nova etapa conhecida como a Guerra Relâmpago, que pretendia derrubar o governo sandinista com uma guerra frontal. Durante esse período morreram 11.251 pessoas, 5.365 foram feridas e mais de cinco mil sequestradas, outras 240 mil ficaram sem lar, 7.599 meninos ficaram órfãos. Foram organizados 63 ataques terroristas em cidades do pacífico; 321 escolas destruídas; 50 centros de saúde foram arrasados; 16 ma-



Augusto César Sandino

nobras militares norte-americanas de grande envergadura foram realizadas; perdas econômicas para a Nicarágua com valor de mais de um bilhão de dólares; 60 violações fronteiriças do exército hondurenho; 37 ataques contra pescadores, cinco navios avariados com minas e dois afundados e mais de 2.200 combates entre forças sandinistas e os contras (Fabián Escalante Font, Nicarágua Sandinista, Um conflito de baixa intensidade?).

O imperialismo estadunidense é a maior maquinaria contrarrevolucionária de toda a história e tem uma força colossal, mas essa força tem limites. Com todo seu poderio não podiam derrotar o povo nicaraguense que tinha acordado e estava levando adiante uma revolução que iniciava a transformação social. Em 1984 os sandinistas arrasaram nas eleições e deram o triunfo a Daniel Ortega com quase 67% dos votos, deixando clara a verdadeira correlação de forças.

A contrarrevolução era uma maquinaria reacionária, a CIA inclusive elaborou um manual chamado “Operações psicológicas na guerra de Guerrilhas” onde explicava como fazer sabotagem, torturas, sequestros, como atemorizar e atacar a população. A contrarrevolução operava inicialmente em uma base chamada El Aguacate, em território hondurenho. Os EUA estabeleceram uma base militar em Palmerola, em Honduras, para organizar a contrarrevolução na América Central.

Entre 1985 e 1990 viveu-se outra etapa da contrarrevolução armada, denominada pela CIA como “Guerra de desgaste prolongado”, esta tinha como objetivo desmoralizar e amordaçar a população, destruir a infraestrutura, desacreditar o sandinismo e fazer capitular seus dirigentes.

Este período implicou uma intensificação do conflito armado, a contrarrevolução financiou suas operações com o apoio norte-americano e do anticomunismo internacional, mas também com o tráfico de drogas e armas.

Os EUA também financiavam a oposição legal. Entre 1988-1989 a CIA sozinha lhe enviou 16 milhões de dólares, enquanto a Fundação para o Desenvolvimento da Democracia lhes dava 12,5

milhões de dólares. Com todo seu aparelho os EUA não conseguiram derrotar militarmente o povo Nicaraguense, perante os olhos do mundo o Estado norte-americano estava nu. Um julgamento no tribunal da Haia [corte internacional da justiça, órgão da ONU, na Holanda] o condenou e pediu que indenizasse a Nicarágua. Finalmente em 1989 chega-se a um acordo de paz, mas o desarmamento da contrarrevolução não veio senão após a derrota eleitoral de 1990. A guerra tinha gerado perdas econômicas de 13 bilhões de dólares para a Nicarágua, além de perto de 50 mil vidas perdidas em um pequeno país que não tinha 3 milhões de habitantes.

Por que a Revolução foi derrotada?

A pequena e pobre Nicarágua sofreu um grande ataque imperialista e é óbvio que a guerra sangrenta e o boicote econômico tiveram seus efeitos. O problema, no entanto, reside em que a revolução não tomou todas as medidas para se defender, não terminou de nacionalizar a economia (condição para planificar) e não terminou de destruir o Estado burguês substituindo-o por um Estado Operário. Esse foi o grande erro do sandinismo: fazer só meia revolução, e quando isso ocorre inevitavelmente a revolução será esmagada de um jeito ou de outro. O respeito à legalidade burguesa e à propriedade privada na prática significava que a revolução combatia a contrarrevolução com uma mão atada nas costas. Enquanto a contrarrevolução, financiada e organizada pelo imperialismo e pela burguesia, aplicava uma sanguinária política de terra arrasada e sabotagem, seus representantes políticos tinham o controle dos meios de comunicação, partidos políticos legais para

agitar e desmoralizar, utilizando sua propriedade das fábricas, bancos e empresas para sabotar a economia.

Com a surpresa de todos, incluindo a contrarrevolução, as eleições de fevereiro de 1990 foram ganhas por Violeta Barrios Chamorro, candidata de uma coalizão de partidos burgueses na qual que ingressou também o PSN. A política histórica dos estalinistas de coalizão de classes levou-os a passar abertamente para o lado da contrarrevolução. A UNO (União Nacional Opositora) obteria 54,74% e a FSLN 40,82%. A revolução sandinista não substituiu a democracia burguesa por uma nova democracia dos trabalhadores, caiu vítima de seus erros.

Apesar da derrota ficou demonstrado que o sandinismo tinha uma grande base militante, a campanha e seu desfecho foram demonstrações de convicção militante das massas, mas também refletiu que o boicote econômico e a guerra tiveram um efeito nos setores menos conscientes.

Ao não ter uma econômica planificada para que os problemas do capitalismo fossem eliminados, o córdoba (moeda nicaraguense) colapsou frente ao dólar, a inflação cresceu abruptamente. Claro que a situação econômica se agravou com o boicote da burguesia, por isso foi um erro deixar que ela mantesse o controle de setores importantes da economia.

Os governos abertamente burgueses de Violeta Barrios, Arnaldo Alemã e Enrique Bolaños foram um pesadelo, velhos demônios regressaram à Nicarágua, aprofundando a pobreza e pondo abaixo várias conquistas.

“Entre 1990 e 2006, mais de 2 milhões de pessoas incorporaram-se à pobreza. 82% da população, isto é, mais de 4,2 milhões de pessoas, seguem vivendo abaixo do limiar

da pobreza e mais de 2,1 milhões de nicaraguenses vivem na indigência. Estas cifras, terríficas e insuportáveis, ocorrem nos marcos de melhoria relativa, mas descenso absoluto, com os gastos sociais e queda significativa na eficácia de seu emprego. Assim, segundo a CEPAL, os recursos por habitante dedicados à saúde, educação, moradia e proteção social têm diminuído desde 1990” (Oscar René Vargas, O fracasso Neoliberal).

A lembrança desses grandes acontecimentos de 1978-1979 e as posteriores conquistas estavam muito marcadas na mente das massas e finalmente em 2006 a FSLN ganha novamente as eleições, no entanto as tarefas para acabar com o capitalismo seguem por serem realizadas, e colocam em uma situação vulnerável as conquistas obtidas.

A tarefa é completar a revolução socialista

A revolução sandinista é uma fonte de inspiração. Demonstramos que as forças motrizes da transformação social são as massas em movimento e também nos mostram que o papel de vanguarda cabe à classe operária. Ela também deixou lições sobre as limitações de uma política que não ponha a organização da massa do proletariado no centro de sua estratégia.

Demonstramos o fracasso da conciliação de classes e o papel traidor da burguesia, completamente incapaz de desenvolver inclusive as tarefas de sua própria revolução. Mostra-nos a necessidade de uma direção e um programa marxista e que não é possível uma via diferente do capitalismo ou do socialismo.

Muitos dos mártires sandinistas queriam uma mudança profunda e real, em linhas socialistas. Em-

bora tenhamos diferenças com os métodos e a estratégia que Carlos Fonseca Amador desenvolveu, coincidimos plenamente em que nossa luta deve se basear plenamente na independência de classe e deve ir claramente ao socialismo. Na atualidade a guerrilha está fora da ordem do dia na Nicarágua, mas mesmo assim segue necessária a luta pelo socialismo que está por ser realizado. A transformação profunda da sociedade nicaraguense passa por um retorno ao marxismo e ao programa socialista dentro da FSLN, que após a escura noite iniciada em 1990, novamente voltou ao governo em 2007.

O contexto é diferente ao de 1979, a correlação de forças nunca foi tão favorável em nível internacional como agora, entramos em um processo revolucionário não só em uma pequena região como a da América Central, mas em nível mundial. Em um país após o outro novas oportunidades se abrem à classe operária para que ela tome o poder e faça a revolução socialista.

O principal erro dos dirigentes sandinistas foi o de buscar a conciliação da burguesia com o proletariado. Ainda que um breve lance de vista à história possa nos mostrar que esta é uma ideia absurda, ela segue sendo defendida pela maioria dos dirigentes dos partidos dos trabalhadores da América Latina e do mundo. Podemos antecipar que esta política será condenada ao fracasso. É fundamental a recuperação das ideias, métodos, e do programa marxista por parte da juventude revolucionária e da classe operária.

A revolução sandinista tinha todas as possibilidades de acabar com o capitalismo, a única coisa que lhe faltou foi contar com um partido marxista com uma direção bolchevique. Ainda que hoje estejamos vivendo lutas revolucionárias em

nível mundial, não está garantido que estas lutas concluirão em triunfo. Os jovens e trabalhadores devemos nos preparar para a história, a tarefa segue sendo a construção de um partido revolucionário firmemente arraigado na classe operária, no campesinato revolucionário e na juventude. Não há atalhos.

Hoje o povo nicaraguense conta com uma maior experiência e organização. A FSLN deixou de ser um grupo minúsculo, a revolução fez com que se convertesse na organização dos operários e das massas oprimidas da Nicarágua. Na clandestinidade podia-se justificar até certo ponto que o partido tivesse que limitar a democracia interna, mas agora deve prevalecer a maior liberdade na discussão, como pensava Fonseca Amador, e todas as tendências que estejam a favor da causa da classe operária e camponesa e que defendam a ideologia do socialismo deveriam ter lugar e o direito de expressar suas ideias na FSLN. Fonseca punha grande ênfase na formação política e no estudo do marxismo, não repetindo simplesmente as frases revolucionárias, mas sim sob um profundo entendimento da realidade.

Na Nicarágua e para além de suas fronteiras devemos retomar as enormes tradições de luta da juventude revolucionária e da classe operária nicaraguense, mas sob um estudo profundo das ideias do marxismo. A primeira tarefa é construir uma tendência autenticamente marxista não só na Nicarágua, mas também em nível mundial. Precisamos construir quadros marxistas ligados à juventude e ao movimento operário. A tarefa é completar a jornada iniciada na Nicarágua, e a melhor homenagem que podemos prestar aos mártires sandinistas que nos deram um valoroso exemplo é lutar pelo triunfo da revolução

socialista, acabando com o sistema capitalista, mandando definitivamente a propriedade privada dos meios de produção e o Estado burguês para o lixo da história.

Bibliografia

- *O Machete, 1929-1934, Fac-símile, Direção de Fomento Editorial da BUAP, México, 2008*

- *Fabián Escalante Font, Nicarágua Sandinista, Um conflito de baixa intensidade? Editorial Ciências Sociais, Cuba, 2009*

- *Matilde Zimmermann, Carlos Fonseca Amador: Entre as bandeiras de Che e Sandino, Editorial Ciências Sociais, Cuba, 2004*

- *Oscar René Vargas, O Sandinismo 20 anos depois, ANE, Nicarágua, 1999*

- *Oscar René Vargas, Nicarágua: O fracasso neoliberal*

- *Héctor Pérez Brignoli, Breve história da América Central, Aliança Editorial, Espanha 1985*

- *Carlos Fonseca Amador, Nicarágua, ano zero, cedema.org*

- *Carlos Fonseca Amador, Sandino, Guerrilheiro Proletário*

- *Outros escritos de Fonseca Amador, comunicados da FSLN e entrevistas com dirigentes sandinistas, cedema.org*

- *Marta Harnecker, entrevistas com Humberto Ortega, rebelião.org*

- *Marta Harnecker, O povo em armas, rebelião.org*

- *Tomás Borge, Os primeiros passos. A revolução popular sandinista, Século XXI editores, sexta edição, México 1993*

- *Tomás Borge, Apontamentos iniciais sobre a FSLN, filmfonseca.wordpress.com*

- *Hedelberto López Blanch, As Mascotes da Guerra, Casa Editorial Abril, Cuba, 2010*

- *Jorge Arias Gómez, Farabundo Martí, Esboço biográfico, EDUCA, América Central, 1972*



**A direita colapsa e
Bachelet vence sem
convencer: Qual
esquerda para o Chile?**

Foto: Infosur hoy

Com 3,4 milhões de votos - 62,16% do total nas urnas ainda que apenas 25,6% dos eleitores aptos a votar - Michelle Bachelet é reeleita em segundo turno e volta a ser a presidenta do Chile, cargo que já ocupou entre 2006 e 2010. Uma vitória que se deve em primeiro lugar às massivas mobilizações contra o governo de Piñera durante toda a sua gestão, um fato demonstrado pela eleição para deputados dos ex-dirigentes estudantis: Camila Vallejo e Karol Cariola do Partido Comunista, Giorgio Jackson da Revolução Democrática e Gabriel Boric da Esquerda Autônoma.

O colapso da direita

A direita tem o seu pior resultado eleitoral desde o retorno à democracia. Os 1,6 milhões de votos para Evelyn Matthei no primeiro turno inclusive representam um número menor do que os alcançados separadamente pela UDI [União Democrática Independente] e RN [Renovação Nacional] - os partidos da Aliança - nas eleições presidenciais de 2005. Em comparação às eleições anteriores de 2009 a direita perde 46% dos votos no primeiro turno e 41 % no segundo. Um colapso que é a expressão da absoluta incapacidade de dar respostas, do ponto de vista neoliberal e pinochetista, a uma mudança cada vez mais profunda na sociedade chilena, e às reivindicações por educação pública e gratuita, segurança social, direitos democráticos, etc, defendidas por estudantes, trabalhadores e movimentos sociais nos últimos anos.

A campanha eleitoral de Matthei e da Aliança concentrou-se

sobretudo em agitar diante do eleitorado, e principalmente as classes médias, o espectro de um governo Bachelet hegemônico pela esquerda que concederia educação gratuita inclusive a quem pudesse pagar, financiada com um aumento exponencial de impostos. Só que o próprio governo Piñera, do qual Matthei foi ministra do trabalho, foi quem manteve e aprofundou o co-financiamento público para a educação privada e um sistema tributário suportado pela classe trabalhadora que permite aos empresários driblar os impostos com o beneplácito da lei.

Bachelet vence mas não convence

O governo de Piñera teve um só “mérito” real: contribuir com suas medidas neoliberais para amplificar as lutas que começaram no governo anterior de Michelle Bachelet, liberando-as do medo da direita que foi o principal aliado da ‘Concertación’ em 20 anos ininterruptos no poder. Isso se reflete no próprio triunfo eleitoral de Bachelet, que vence sem convencer nem receber cheques em branco da classe operária, dos estudantes e dos movimentos sociais chilenos.

A abstenção foi de 51% no primeiro turno e de 59% no segundo. Esses dados não se explicam só pela inscrição automática, que elevou de 8 para 13 milhões o número de eleitores aptos para votar. Com 6,6 milhões de votantes no primeiro turno e 5,6 no segundo, estas foram em termos absolutos as eleições com menor participação desde o retorno à democracia, em média meio milhão a menos que todas as anteriores. O triunfo de Michelle

Bachelet coincide com o segundo pior resultado da ‘Concertación’ (a aliança que engloba principalmente o Partido Socialista e a Democracia Cristã) em toda sua história. Em comparação às eleições que a levaram ao seu primeiro mandato, Michelle Bachelet perde 100 mil votos no primeiro turno e 254 mil no segundo, apesar de agora contar com o apoio do PCCh [Partido Comunista do Chile].

Os trabalhadores e jovens defendem a sua autonomia

Antes dessas eleições foram realizadas eleições nas duas principais organizações que estiveram a frente das lutas e das greves nestes últimos anos. A CUT [Central Unitária dos Trabalhadores] renovou a sua direção em agosto do ano passado, em uma eleição que rompeu com 11 anos de uma questionada gestão socialista, entregando com uma maioria relativa de 324 mil votos (ou 44%) a direção à comunista Bárbara Figueroa do Colégio de Professores, sindicato de vanguarda nas lutas contra a educação privada. As eleições deste ano para a renovação da FECH [Federação dos Estudantes da Universidade do Chile] foram ganhas pela primeira vez depois de 91 anos por uma lista libertária e anarquista (Luchar, com base na Frente de Estudantes Libertários). A atual presidenta da FECH, Melissa Sepúlveda, deu ênfase à necessidade de promover “a unidade com o resto dos setores sociais, com os trabalhadores” como única possibilidade de avançar na luta e na “contenção de um governo de Michelle Bachelet”.

Todos esses dados demonstram que a candidatura de Michel-

le Bachelet, como já tínhamos assinalado depois das primárias, foi utilizada por setores da classe trabalhadora e da juventude chilena como ferramenta para se desfazer da direita e das suas políticas antipopulares. Entretanto, os trabalhadores e estudantes que votaram pela Nova Maioria recusaram qualquer possibilidade de acordo e negociação dos seus interesses com os interesses dos poderosos, defendendo a independência e/ou a combatividade de suas organizações sindicais. Apesar do ambiente social mobilizado, Bachelet não conseguiu nem criar entusiasmo e nem tampouco ganhar uma verdadeira confiança das amplas maiorias trabalhadoras e da juventude.

O programa de governo da nova maioria

Durante toda a campanha eleitoral, Michelle Bachelet tratou de se esquivar habilmente de todas as questões mais polêmicas, ao mesmo tempo que flertava à esquerda,

com o movimento operário e estudantil e com suas reivindicações. Seu programa enfatiza particularmente as reformas educacional, tributária, do Estado, da previdência social e das relações sindicais, mas nada disse a respeito da renacionalização do cobre, reivindicação que segundo uma recente pesquisa de opinião tem o apoio de 81% do povo chileno. Atualmente, a mineração privada, principalmente nas mãos de multinacionais, ultrapassou a produção estatal com impostos que estão entre os mais baixos do mundo e conta além disso com uma série de desonerações. Este significativo silêncio só é explicado pela vontade, expressa no programa de Bachelet, de “*ratificar a estabilidade institucional do Chile para os investimentos estrangeiros*”, ou seja, continuar legitimando o saque.

Todas as demais reformas anunciadas ou são adiadas ou contraditoriamente diluídas quando se entra em seus detalhes. A reforma educacional não chegaria antes de 6 anos. Na questão tributária

se propõe uma elevação dos impostos sobre as empresas “de 20% a 25 % em um prazo de 4 anos”, uma redução do imposto pessoal de 40 para 35 % e a eliminação do FUT, mecanismo através do qual são isentos de impostos os benefícios que não sejam retirados das empresas. Entretanto, o cancelamento de impostos das empresas “*seguirá operando como uma antecipação dos impostos pessoais*”, mantendo-se assim todas as possibilidades de evasão que beneficiam a burguesia chilena. Na previdência social ao mesmotempo em que corretamente se afirma “*a credibilidade do sistema de capitalização individual se vê diminuída pela existência de rendimentos fora do normal das AFPs*”, se protela indefinidamente a reforma esboçando apenas algumas linhas gerais: não haverá nacionalização das AFPs - como sugere a reforma boliviana - e sim a instituição de uma AFP estatal que “*permita maior competição de preços*” e a distribuição de uma Pensão Básica Solidária para os idosos a partir



Delegação do PCCh em apoio a Bachelet

dos 65 anos. São amostras pontuais que revelam o conjunto.

As incógnitas da economia

Como foi declarado pelo próprio programa, as reformas que se anunciam tem um custo estimado de 15 bilhões de dólares. Sua fonte de financiamento seria a reforma tributária, que, como já ressaltamos, ainda que fosse realizada conforme o planejado, teria efeitos contraditórios, e “as folgas do crescimento econômico”. Entretanto, aqui é onde encontram-se as principais incógnitas. O ano de 2013 fechará com um déficit projetado na balança comercial de 1,6 bilhões de dólares. O consequente endividamento externo foi incrementado de 18% até abril de 2013 chegando a 120 bilhões de dólares, 8 vezes o que requer o programa de Bachelet.

O cobre representa 57% das exportações chilenas. No total, a mineração contribui com 62% das exportações e representa 45% do investimento no país (dados de 2012). O capital financeiro internacional retira rendimentos da exploração mineira e recupera com juros o que deixa em impostos por meio da dívida pública a que o Estado recorre para financiar-se. Em uma situação que apresenta fortes oscilações no preço do cobre, os organismos financeiros projetam para 2014 uma redução de 4,5 para 4% no crescimento econômico chileno, advertindo sobre possíveis reduções posteriores decorrentes dos riscos associados “à desaceleração da economia da China, que tenha consequências sobre o preço de cobre” (Análise Econômica do BBVA, novembro de 2013). Em um contexto mundial de crise sem perspectiva de solução, essa temida desaceleração já está se concretizando.



Camila Vallejo com Bachelet

As palavras e os fatos

Tudo isso está bem claro para a burguesia chilena e o imperialismo que esperam da Nova Maioria uma maior capacidade de conter e dividir a luta social diante de um contexto no qual não estão em condições de fazer concessões significativas. Para isso contam com a ala direita da coligação vencedora (o Partido Demócrata Cristão, principalmente), mais organicamente ligada aos seus interesses, mas também com a “responsabilidade” dos dirigentes socialistas diante da situação objetiva.

Tivemos um exemplo inclusive antes das eleições com a nomeação da equipe econômica de Bachelet, na qual estão os demócratacristãos José de Gregório (ex-presidente do

Banco Central) e René Cortázar. O primeiro expressou publicamente sua oposição à educação gratuita, obrigando Bachelet a desmenti-lo em plena campanha, e a nomeação do segundo, membro da direção de algumas das principais empresas chilenas, foi criticada inclusive por um dos seus correlegionários do partido, o vice presidente da CUT, Nolberto Diaz. Esses são os fatos, as personalidades e os interesses com os quais a Nova Maioria terá que negociar suas tímidas reformas, adiando-as e diluindo-as ainda mais.

O PCCH na nova maioria

É inevitável que as contradições que atravessam a Nova Maioria não só perturbam o sono

de Bachelet, mas sobretudo criação dificuldades para o partido que ocupa o flanco esquerdo dessa coalizão, o Partido Comunista. O PC do Chile é um dos maiores e mais enraizados partidos comunistas da América e o único da esquerda chilena que conta com uma presença militante entre as vanguardas tanto operárias quanto estudantis. Chegou a fazer parte da ‘Concertación’, que passou a se chamar Nova Maioria justamente em virtude da sua ampliação pela incorporação do próprio PCCh, para superar o isolamento derivado do antidemocrático sistema binomial, e levando como prenda para esta coligação a autoridade de alguns de seus principais dirigentes como Camila Vallejo.

Respondendo as críticas em seu blog, Camila Vallejo afirma que o

PCCh não está na Nova Maioria “*para perder independência, e sim para gerar incidência*“. Declaração de grande valor retórico, mas lamentavelmente pouco substancial. O PCCh elegeu 6 deputados e nenhum senador. Em termos estritamente numéricos esta bancada não influencia na maioria parlamentar, ao contrário do PDC, que com 21 deputados e 6 senadores é o partido com a maior bancada na Nova Maioria. A conquista da direção da CUT, pelos motivos antes expostos, é uma arma de duas lâminas para o PCCh. Se o partido recorresse à pressão das massas para superar o impasse parlamentar seria facilmente ultrapassado à esquerda pelas reivindicações de massas, devendo responder diante delas pelo seu apoio à Bachelet.

Em sua aproximação à ‘Con-

certación’, o PCCh perdeu seu papel dirigente na FECH, que, como tínhamos assinalado, girou cada vez mais à esquerda na linha de uma total independência partidária. Nas eleições do distrito de Calama, principal zona mineira do Chile, o PCCh propunha pela segunda vez consecutiva a candidatura do dirigente sindical mineiro Cristian Cuevas. As eleições tiveram a participação de 36 mil eleitores a menos do que em 2009 e Cuevas teve o seu apoio eleitoral reduzido de 22 para 12 mil votos. Isso significa que no distrito onde situam-se as duas principais minas de cobre do mundo, o PCCH perde votos principalmente operários que deslocam-se para a abstenção, como castigo por seu ingresso na Nova Maioria. São exemplos muito significativos do que pode acontecer com o PCCh: marginalização parlamentar e dificuldade no movimento. Muito longe da saudosa incidência, muito perto da realidade.

A assembléia constituinte

Dentro de sua perspectiva “democrática“ para o Chile, o PCCH e seus dirigentes consideram um erro que a Nova Maioria tenha assumido em seu programa de governo a necessidade de uma Assembléia Constituinte. É verdade que atualmente no Chile existem questões democráticas pendentes, desde o reconhecimento de direitos indígenas para a consulta sobre projetos como o HydroAysén, até a supressão do sistema binomial, que deixa sem representação 13% do eleitorado ativo, e das leis repressivas de exceção que são resquícios da ditadura, etc.

No entanto, na atual situação social do Chile a proposta da Assembléia Constituinte serve para levar estas reivindicações, já



Campanha eleitoral na região de Antofagasta (Foto: Diego Grez)

presentes nas lutas concretas das massas, para o terreno que é mais favorável para os questionados partidos políticos e seus aparatos. Uma constituinte que se proponha reformar o Estado e não se apoie em organismos de base e de massas, seria naturalmente hegemônica pelos partidos. Assim para a Nova Maioria, particularmente para a sua ala direita, a proposta de um processo constituinte se converte em uma manobra de distração e divisão.

Por exemplo, o programa de Bachelet proclama a necessidade de eliminar o sistema binominal em favor de um sistema proporcional. Mas o mais provável é que, diante do perigo da hemorragia de votos e pulverização do quadro político existente, a partir do PS e do PDC seja proposto um limite mínimo de votos que mantenha unida sua coalizão e/ou mantenha os partidos a sua esquerda fora do parlamento. Estas são as propostas que seriam aprovadas em uma Constituinte desses partidos, gerando decepção

e divisões entre as massas. A tarefa de um partido comunista não é a de semear e correr atrás dessas ilusões, e sim de tratar de unificar as diferentes frentes de lutas e vincular as reivindicações democráticas à necessidade de mudar o sistema econômico vigente.

Qual esquerda para o Chile?

A poucos dias da votação em segundo turno, os estudantes secundaristas ocuparam o comando eleitoral de Michelle Bachelet desenrolando uma grande faixa em que diziam “*as mudanças não estão em Moneda, e sim nas grandes Alamedas*”. É verdade, mas só em parte. A força do movimento está também na capacidade de sacudir com sua ação o quadro político, impondo seus representantes e suas reivindicações. O resultado político principal da eleições chilenas é que o movimento tenha-se imposto mas, sem ter encontrado todavia uma expressão política a sua altura, para derrotar a direita

serviu-se da Nova Maioria cuidando de não iludir-se com suas adulações.

Ao negar-se a propor alternativas à Nova Maioria, o PCCh aprontou para as massas chilenas todo um calvário de lutas, divisões internas, decepções individuais e coletivas, que será a experiência inevitável com o morno reformismo de Bachelet. Tudo isto terá repercussões no corpo militante do partido e inclusive em suas cúpulas, onde há um setor que se sente atraído e confortado pela presença nas instituições. Esses obstáculos só serão superados se desde já os militantes forem preparados por uma leitura atenta da situação e da luta de classes no Chile e no mundo, para romper com a perspectiva “democrática” que turva a visão da atual direção e retornar ao marxismo como ferramenta indispensável para a consolidação da esquerda revolucionária que as batalhas do futuro próximo exigem.



Manifestação reivindica 'Educação Gratuita' em junho de 2013 no Chile (Foto: Prensa)



Estado espanhol: o problema nacional na Catalunha

Manifestação independentista em Barcelona, 2010 (Foto: wikipedia)

A aguda crise econômica, social e política, que o Estado espanhol atravessa, desenterrou os velhos demônios da nossa história contemporânea. A crise expôs o atraso histórico da economia espanhola, o caráter particularmente reacionário da burguesia e sua mediocridade política e intelectual. À polarização crescente entre as classes sociais soma-se o desprestígio da monarquia e a reanimação das tendências republicanas na sociedade. Por último, e não menos importante, vemos desenvolver-se a crise do Estado das Autonomias e o agravamento da questão nacional com o fortalecimento das tendências centrífugas nas nacionalidades históricas, principalmente na Catalunha. [NT: “autonomias” refere-se às entidades territoriais – municípios, províncias e “comunidades” – que formam o Estado Espanhol, e tem capacidade administrativa mas não legislativa, nem soberania]

A responsabilidade da burguesia espanhola

A “questão nacional” tem sido um tendão de Aquiles para o capitalismo espanhol desde o seu começo. Isto se traduz concretamente no problema não resolvido dos direitos democráticos das “nacionalidades históricas” (Catalunha, País Basco e Galiza), incluindo o seu direito à autodeterminação.

Este último significa reconhecer aos povos catalão, basco e galego, o direito de decidir, em referendo democrático, se desejam permanecer dentro do Estado espanhol ou declarar-se nações independentes, e respeitar sua vontade.

O Estado espanhol formou-se

desde o início como um Estado plurinacional, ao redor da nação castelhana dominante. No entanto, devido ao atraso histórico do capitalismo espanhol, a burguesia foi incapaz de integrar harmonicamente territórios e populações diferentes. A isto somou-se a repressão dos direitos democráticos destas nacionalidades, da sua língua e da sua cultura. Esta repressão adquiriu uma gravidade particular durante o franquismo que sob a palavra de ordem da “Espanha, una, grande e livre”, estabeleceu uma ditadura brutal e um terrível Estado centralista que tornou a palavra Espanha odiosa para as nacionalidades oprimidas.

Neste momento, a política reacionária do PP [Partido Popular] – herdeiro do franquismo e da ideologia nacionalista espanhola mais reacionária – agravou o problema.

A responsabilidade da esquerda espanhola

Foi uma desgraça que, já nos anos 70, os partidos tradicionais da classe trabalhadora espanhola – o PSOE [Partido Socialista Operário Espanhol] e o PCE [Partido Comunista Espanhol], com Felipe González e Santiago Carrillo na liderança – tenham abandonado, depois da morte do ditador, a defesa do direito de autodeterminação para a Catalunha, o País Basco e Galiza, que constava em seus programas. Naquele momento os partidos de esquerda tinham ampla maioria na Catalunha. O PSC [Partido dos Socialistas da Catalunha] e o PSUC [Partido Socialista Unificado da Catalunha] (equivalentes na Catalunha ao PSOE e ao PCE, respectivamente) tiveram quase 50% dos votos nas eleições gerais, ainda se-

midemocráticas, de 1977, enquanto que o que viria depois a ser a CiU [Convergência e União] apenas passava dos 20%. Foi o giro para a direita dos dirigentes dos partidos operários nesse e em outros temas, o que permitiu aos partidos nacionalistas burgueses e pequeno burgueses, dessas nacionalidades, tomar a dianteira na defesa dos direitos nacional-democráticos, dando a eles a oportunidade de agrupar uma base social significativa.

A direção socialdemocrata do PSOE aprofundou, ao longo de todos esses anos, a sua adaptação e integração ao sistema capitalista, abraçando o nacionalismo burguês espanhol reacionário e a monarquia decrépita de Juan Carlos. E ainda que, recentemente, o PCE e a Esquerda Unida tenham retomado corajosamente a palavra de ordem do direito de autodeterminação para essas nacionalidades e a defesa de uma República Federal, eles carecem por enquanto da força e da influência que o PCE tinha há 35 anos.

É nesse contexto que a ideia da independência está ganhando um crescente apoio na sociedade catalã, fundamentalmente nas camadas médias e nos setores da média burguesia, apesar de ter a oposição da grande burguesia catalã, que tem vínculos muito fortes com o capitalismo espanhol. O que é novo nesta situação é o apoio importante que a ideia da independência está encontrando na juventude e em setores da classe trabalhadora, o que expressa de modo distorcido o seu protesto contra a crise e o seu ódio ao governo do PP, ainda que sob a direção do nacionalismo burguês e pequeno burguês diante da ausência de uma alternativa de classe que aponte uma saída para os graves

problemas sociais. Isso é reforçado, no contexto da atual crise econômica e social, pela desmobilização dos sindicatos de classe, UGT e CCOO, na Catalunha e no âmbito nacional, que deixam as massas trabalhadoras sem perspectiva de uma mudança real na situação.

O papel da burguesia Catalã

Em primeiro lugar, não depositamos nenhuma confiança na burguesia nacionalista catalã, que joga o mesmo papel reacionário da burguesia espanhola. Ainda que setores dela atualmente flertem com essa ideia, ela nunca foi independentista. A burguesia catalã sempre utilizou demagogicamente o saudável sentimento nacional dos trabalhadores e da pequena burguesia para conseguir de Madrid condições mais favoráveis para a exploração dos “seus” trabalhadores e dividir o menos possível com seus comparsas espanhóis os benefícios dessa exploração. Seu sentimento nacionalista, como o da burguesia espanhola, tem um caráter capitalista, ganancioso e egoísta.

Na hora da verdade, quando encontrou-se diante do dilema entre escolher seus interesses de classe ou a defesa das liberdades nacionais catalãs, sempre decidiu pelos seus interesses de classe. O melhor exemplo disso foi quando Francesco Cambó, dirigente máximo da Liga Regionalista, apoiou e financiou Franco durante a guerra civil.

Várias circunstâncias conjugaram-se nos últimos anos para chegar na atual situação. A primeira delas foi o chamado governo do “Tripartit”, um governo de coalizão de esquerdas formado pelo PSC-PSOE, Iniciativa pela Catalunha-Esquerda Unida e Alternativa (ICV-EuiA, vinculada à Esquerda Unida) e Esquerda Republicana da Catalunha (nacionalistas de corte

socialdemocrata) que se prolongou desde 2003 até 2010. Mas este governo limitou-se a administrar na Catalunha o início da crise econômica em 2008 e terminou muito desprestigiado, com uma política de cortes, uma reforma educacional regressiva, casos de corrupção, etc., que atingiu muito o PSC e a ICV-EuiA, as forças dominantes neste governo. Isso preparou o retorno dos nacionalistas burgueses da Convergência e União (CiU) ao governo catalão, a Generalitat.

O governo da CiU prosseguiu no caminho dos cortes, sobretudo na educação e na saúde, desencadeando formidáveis mobilizações de massas que encurralaram o governo do presidente catalão, Artur Mas. Isso chegou ao ponto, em meados do ano 2012, no qual o governo da CiU estava na corda bamba. Enquanto que o PSC e o ICV-EUiA perderam autoridade em suas críticas à CiU devido à experiência prévia do seu governo, a ERC (Esquerda Republicana da Catalunha) girou para posições nacionalistas mais acentuadas e começou a levantar a bandeira da independência, posição que tradicionalmente tinha um eco minoritário na sociedade catalã.

Paralelamente, as provocações e abusos do governo do PP e do aparato do Estado espanhol, contra aspectos elementares do sentimento nacional catalão, também jogaram um papel para insuflar o conflito nacional. Em 2010, o Tribunal Constitucional declarou ilegais algumas partes do novo Estatuto de autonomia catalã, como aquela que reivindicava a Catalunha como uma nação. A nova lei educacional aprovada pelo PP rebaixou o papel da língua catalã no sistema de ensino autônomo e fortaleceu o papel da língua castelhana. Por último, a grave crise econômica e a necessidade de privilegiar o pagamento da divi-

da pública, inflada pelos resgates de bancos e empresas, levou o governo do PP a deixar sem efeito parte das competências das autonomias com a desculpa dos cortes dos gastos públicos. Tudo isso insuflou ainda mais o sentimento contra a “Espanha”.

O giro “independentista” da CiU

Foi a partir desse momento, em meados de 2012, que a CiU deu um giro “soberanista”, entrando no mesmo caminho da ERC que começava a subir nas intenções de voto às suas custas. A CiU começou a centrar o seu discurso na ideia de que “A Espanha nos rouba” e que isso a obrigava a realizar duros ajustes nos gastos públicos.

Assim, de maneira empírica, sem um plano préconcebido, o agudo mal-estar social na Catalunha, a pressão nacionalista da ERC e sua necessidade de desviar a atenção e culpar o governo do PP por todos os seus males, foi o que progressivamente empurrou a CiU para defender posições mais pró-independentistas e a exigir para a Catalunha “o direito de decidir”, por meio de um referendo que proponha a questão do desejo da população catalã de permanecer no Estado espanhol ou de declarar-se como um país independente.

Um fato que marcou um ponto decisivo na situação foi a celebração do dia nacional da Catalunha, a *Diada* [Dia Nacional] de 11 de setembro, no ano de 2012. A CiU e a ERC colocaram todos os recursos ao seu alcance para organizar uma manifestação de massas em Barcelona sob o lema do “direito de decidir” que levou um milhão e meio de pessoas para as ruas, mobilização que repetiu-se um ano depois na *Diada* de 2013, com uma dimensão similar.

A CiU pretendeu utilizar demagogicamente essa mobilização

para convocar eleições antecipadas em novembro de 2012 e tratar de reforçar a sua posição, que estava sendo solapada pelo apoio cada vez maior nas pesquisas para a ERC, a qual aparecia como a força independentista mais consequente.

Mas a CiU saiu-se mal na jogada dessas eleições antecipadas, ao perder apoio eleitoral para a ERC. Em parte, a perda de deputados do CiU deve-se às questões de classe que foram colocadas com força sobre a mesa pela greve geral de 14 de novembro, uma semana antes das eleições. Atualmente, a ERC supera a CiU em intenções de voto, razão pela qual a CiU tem dificuldade em recuar e se vê obrigada a fugir para diante em sua reivindicação de um Estado independente para a Catalunha.

A deriva pró-independentista da direção da CiU criou graves problemas internos e a ameaça de divisão. A CiU é formada por dois partidos, a Convergência Democrática da Catalunha (CDC), de Artur Mas, que explora de maneira mais demagógica o sentimento nacional da pequena e média burguesia catalã, e a União Democrática da Catalunha, de Duran Lleida, porta-voz do CiU no Congresso espanhol, que expressa os interesses de um setor do grande capital catalão que manteve vínculos próximos com a direita e a burguesia espanholas, e é abertamente anti-independentista. Por enquanto, o CDC é a parte majoritária do CiU e é a que está impondo a linha política da coalizão.

Por outro lado, o resultado político mais relevante das eleições autonômicas de novembro de 2012, deixando a CiU sem maioria absoluta, foi o pacto do governo catalão CiU-ERC, pelo qual a CiU está obrigada a apoiar com vacilações as posições independentistas da ERC, e esta – que trata de manter um perfil “progressista” – fica

atada à política antisocial da CiU e deve apoiar seus cortes e suas políticas repressivas, que disfarçam com o “imperativo legal” ao qual o governo de Madrid as obriga.

Uma catalunha independente próspera e avançada?

A CiU e a ERC estão divulgando planos fantasiosos sobre as vantagens de uma Catalunha independente. Falam de um “espólio espanhol” pelas transferências líquidas da Catalunha para o resto da Espanha que, segundo dizem, equivalem a 8% do PIB catalão, 16 bilhões de euros; ainda que estudos mais sérios rebaixem essa cifra para 11 bilhões. Mas a Comunidade de Madrid [NT: uma das 17 comunidades autônomas, cuja capital é também a capital da Espanha] transfere ao Estado uma porcentagem similar do seu PIB, 7,23%, a mesma que a Comunidade Valenciana e a de Baleares.

A realidade é que a riqueza não é criada abstratamente por um território, seja a Catalunha ou a Espanha. Cerca de 80% da riqueza é criada pelos trabalhadores assalariados, através da exploração capitalista. Eles deveriam ser seu verdadeiro dono. E a geração dessa riqueza depende em grande parte do mercado espanhol, no qual o grande capital catalão necessita colocar suas mercadorias, e suprir-se de matérias primas, crédito e mão de obra. Na realidade, as regiões “ricas” precisavam das regiões “pobres” para desenvolver-se, como os países ricos necessitam dos países pobres e de seus recursos. Sem o aporte massivo de mão de obra imigrante durante décadas, a Catalunha, Madrid ou o País Basco nunca teriam alcançado seu desenvolvimento atual, o que devem em parte à pobreza relativa de outras regiões do

Estado (Andaluzia, Extremadura, Galiza, Castela, Leão, Murcia).

É falso dizer que os catalães seriam donos de uma Catalunha independente, como tampouco são os espanhóis da Espanha. Os verdadeiros donos de uma Catalunha “independente” seriam o grande capital multinacional, o grande capital espanhol (que continuaria controlando partes importantes da economia catalã, como acontece atualmente) e o grande capital catalão. Mas a única soberania que interessa aos trabalhadores é a que coloque as fábricas, os bancos, a terra e os serviços públicos nas mãos do povo. Isso implica uma saída anticapitalista, a expropriação da grande burguesia sob o controle democrático dos trabalhadores. Nada mais longe das intenções dos nacionalistas burgueses e pequeno burgueses da CiU e da ERC.

Aqueles que imaginam uma Catalunha independente democrática, próspera e avançada terão uma amarga surpresa. A Catalunha não ficaria imune aos efeitos da atual crise capitalista, a maior nos últimos 80 anos, e que está longe de terminar. Ao que deve ser acrescentado os efeitos da desordem econômica a que ela seria acometida pela sua amputação do resto do Estado espanhol, com o qual possui firmes e complexos laços econômicos há séculos. Além disso, ela teria que assumir os encargos da sua parte na dívida pública estatal, e resgatar seus próprios bancos e empresas ameaçadas de falência. Necessitando de capital e de investimentos estrangeiros, a Catalunha seria dominada por investimentos multinacionais que a reduziriam à condição de colônia de várias potências imperialistas (Alemanha, China, França).

Sob a hegemonia nacionalista burguesa, muitas conquistas sociais seriam sacrificadas com base no argumento de que deve haver co-

operação para levar o país adiante, e os direitos democráticos seriam restringidos para reprimir os consequentes protestos sociais. A esquerda e o movimento operário classistas seriam demonizados, acusados de “espanholistas” e de promover o “enfrentamento entre os catalães”.

Da mesma maneira, qualquer coisa que cheirasse a catalão ou basco no resto do Estado espanhol seria satanizado, atizando ainda mais os ódios nacionais. O golpe econômico e moral sofrido pelo capitalismo espanhol, com a separação da Catalunha, seria utilizado contra os trabalhadores espanhóis. No dia seguinte, para desviar a atenção dos efeitos de uma aguda crise social e econômica, não estaria descartado que os reacionários gerais espanhóis planejassem um ataque militar contra a Catalunha, desencadeando um inferno em ambas. Paralelamente, uma situação similar poderia manifestar-se no País basco.

Não se pode brincar com a “questão nacional”. O exemplo do desmembramento da ex-Iugoslávia em fins dos anos 90, com sua seqüela de guerras civis, limpeza étnica e destruição do que era um Estado relativamente avançado, deve estar permanentemente na memória da classe trabalhadora e da juventude revolucionária da Catalunha e do Estado espanhol.

Uma Catalunha independente socialista?

O movimento nacionalista catalão não é homogêneo. Distintos da CiU e da ERC, existem grupos a sua esquerda que aglutinam jovens, camadas médias progressistas e setores operários avançados, que vêem no independentismo uma via para transformar a realidade. Assim, os companheiros das Candidaturas d’Unitat Popular (CUP) [Candidaturas de Unidade Popular], ao lado

da sua ideologia nacionalista, se reivindicam como anticapitalistas. A plataforma chamada Procés Constituent [Processo Constituinte] defende posições similares, sob o lema “pelo direito de decidir de 99%”, em referência à 99% da população que sofre sob a política da parcela de 1% mais rica da população.

Mas estes setores encontram-se imersos em uma contradição. É difícil ver como os companheiros das CUP farão avançar suas ideias anticapitalistas dentro do movimento nacionalista catalão enquanto andam de mãos dadas com os nacionalistas burgueses da CiU e da ERC, os mesmos que estão aplicando duras medidas de ajuste contra os trabalhadores e jovens catalães. Houve declarações de dirigentes das CUP afirmando estarem dispostos a entrar em um governo com a CiU. Também participaram dos preparativos da corrente humana da *Diada* de 2013, de mãos dadas com os dirigentes da CiU responsáveis pela política repressiva e pelos cortes do governo catalão. E por último, como logo adiante analisaremos, subscreveram o acordo político com a CiU, a ERC e ICV-EuiA para a convocatória do referendo, de novembro de 2014, posando junto com as demais forças frente as câmaras na assinatura do acordo.

Por outro lado, os objetivos políticos das CUP e de outros setores do nacionalismo de esquerda catalão também alimentam expectativas em seu objetivo de uma Catalunha socialista isolada. A teoria do “socialismo em um só país” já foi posta em prática historicamente. E fracassou miseravelmente, como demonstra o exemplo da ex União Soviética que, ao permanecer isolada, terminou colapsando ao ser incapaz de escapar do domínio do mercado mundial e degenerou em um monstruoso estado burocrático totalitário. E isso, mesmo com o ta-

manho colossal da URSS, que era de fato um subcontinente, e contava com uma quantidade extraordinária de recursos. Muito menos viável, então, seria uma Catalunha “socialista” isolada. O socialismo, ou é internacional ou não é nada.

E vale recordar que a Revolução Russa de 1917 concedeu o direito de autodeterminação a todas as nacionalidades oprimidas pelo Império Russo, mas a condição prévia para isso foi o triunfo da revolução, o que só foi possível mediante a luta unificada dos trabalhadores e camponeses de todas as nacionalidades que constituíam a Rússia, contra a autocracia czarista e contra as burguesias nacionais aliadas a ela e às potências imperialistas. Também deve ser mencionado que a esmagadora maioria dessas nacionalidades escolheu manter-se dentro da recém constituída União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O que dizemos a estes setores de esquerda e anticapitalistas do nacionalismo catalão, que tem muitos pontos de contato com seus irmãos de classe do resto do Estado, é que devemos lutar juntos pelos mesmos objetivos de acabar com a ditadura dos grandes bancos e empresas, tanto na Catalunha como no resto do Estado. E a condição para isso, na Catalunha e no resto do Estado, é a ruptura da esquerda com qualquer vínculo político com as burguesias espanhola e catalã.

A consulta soberanista de novembro de 2014

O eixo principal da agitação do bloco CiU-ERC nos últimos meses foi a convocatória de um referendo na Catalunha para que a população decida entre manter-se dentro do Estado espanhol ou pela independência.

Após meses de debates, polémicas e controvérsias, finalmente

a CiU, a ERC, a ICV-EuiA, e a esquerdista Candidatures d'Unitat Popular (CUP) – que tem uma maioria decisiva no Parlamento da Catalunha – subscreveram um acordo para convocar este referendo em 9 de novembro de 2014.

O que será perguntado é bastante ambíguo e confuso, já que se formulam duas perguntas: uma, se há acordo em que a Catalunha seja um Estado, e a segunda, se esse Estado deve ser independente. Se supõe que nem todos os que respondam afirmativamente à primeira pergunta votariam a favor da independência na segunda, dando-se a entender que preferem um Estado catalão federado ao Estado espanhol.

O problema que há em tudo isso é que, mesmo sem entrar no mérito do caráter das perguntas, o governo espanhol e, previsivelmente, o Parlamento de Madri, não reconhecerão a validade deste referendo, de modo que seja qual for o seu resultado, caso o referendo fosse realizado, não será posto em prática, ficando meramente como uma consulta demonstrativa da opinião do povo catalão sobre este tema.

Em relação à convocatória deste referendo, a resposta da direita espanholista do PP e de outros pequenos partidos nacionalistas espanhóis reacionários, como a União pelo Progresso e a Democracia (UpyD), não se fez esperar, rechaçando de imediato a legalidade do dito referendo. Rajoy declarou que garantia “que o dito referendo não será celebrado”, porque “choca-se com o fundamento da Constituição, que é a indissolúvel unidade da Espanha”. Alguns dirigentes do PP e da UpyD exigiram, inclusive, a destituição do President de la Generalitat [NT: governo autonômico da Catalunha], Artur Mas, e a anulação da autonomia catalã, se a dita

consulta fosse convocada, medida que está contemplada no artigo 155 da Constituição.

Os dirigentes do PSOE [Partido Socialista Operário Espanhol] não ficaram atrás, temerosos de que os apontassem com o dedo, e somaram-se a esse coro ensurdecedor, dizendo que nunca apoiariam o direito de autodeterminação para a Catalunha “por ser anticonstitucional”.

Sim ao direito de autodeterminação

A Corrente Marxista *Luta de Classes* rechaça, como um ataque elementar aos direitos democráticos, as ameaças da direita reacionária contra a celebração deste referendo e contra a autonomia catalã. Esta rechaço – e não se podia esperar outra – demonstra o caráter profundamente antidemocrático da burguesia espanhola, neste e em outros temas.



Carrillo (PCE), González (PSOE) e Roca (CiU) com os franquistas reformistas Fraga e Suárez

A Corrente Marxista *Luta de Classes* sempre defendeu o direito de autodeterminação para a Catalunha – assim como para o País Basco e Galiza. Consideramos um direito democrático básico que os povos catalão, basco e galego possam decidir em um referendo democrático o tipo de relação que querem manter com o resto do Estado espanhol, incluída a opção da independência.

Não é por acaso que o PP use uma linguagem que exala um fedor franquista para opor-se a este direito democrático, apelando à “unidade indissolúvel” da Espanha. A unidade de um território ou de um Estado só deve ser estabelecida de maneira voluntária, e não imposta. E tem sido justamente a negação e a repressão dos direitos democráticos básicos das nacionalidades históricas que formam parte do Estado espanhol – como o direito de autodeterminação – o que explica a sobrevivência da chamada questão nacional e de seus periódicos episódios de agravamento, como o atual.

Precisamente porque defendemos a unidade da classe trabalhadora do Estado espanhol na luta comum contra a burguesia espanhola e as burguesias nacionalistas catalã e basca – única maneira de garantir o triunfo da revolução socialista no Estado espanhol, como

uma primeira etapa da revolução socialista europeia – é que devemos eliminar qualquer elemento de desconfiança mútua, e qualquer sombra ou sentimento de opressão nacional entre os trabalhadores catalães, bascos ou galegos.

E isto só se pode conseguir deixando claro que rechaçamos qualquer pretensão de união forçada, que só estamos interessados em

uma união e colaboração voluntária e fraternal, em pé de igualdade, sem nenhum *status* privilegiado para nenhuma nacionalidade ou idioma no conjunto do Estado, como de modo recorrente tem sido o caso da nacionalidade espanhola e do idioma castelhano.

O fracasso da constituição de 1978

A direita espanhola e a direção do PSOE dizem que o direito de autodeterminação é “inconstitucional”. Mas isto somente demonstra que a constituição de 1978 foi um engano, um acordo espúrio entre os representantes do velho regime franquista e as direções das organizações operárias. Ela nos impôs a monarquia e o Rei que havia nomeado Franco como seu sucessor, a bandeira monárquica-franquista, a grande propriedade privada, o conceito antiquado da “unidade da Espanha” – garantida pelas forças armadas – e a impunidade dos crimes do franquismo. As promessas do direito de autodeterminação foram abandonadas. E tudo isso sob a ameaça de um inexistente “perigo de involução”, depois que os dirigentes do PSOE e do PCE, durante os dois anos precedentes (1976 a 1978), frustraram as aspirações revolucionárias de milhões de trabalhadores por uma mudança radical e socialista da sociedade.

Agora, sob o martelo da mais grave crise econômica e social, em várias décadas, do sistema capitalista espanhol e internacional, o engano e a mesquinha da Constituição de 1978 salta aos olhos, assim como o descrédito das principais instituições do Estado, começando pela monarquia. O que temos diante dos nossos olhos é uma crise do regime, de todo o sistema político e econômico que predomina no Estado espanhol, e

que precisa ser substituído.

Os mesmos (PP e PSOE) que alegam a intocabilidade da Constituição para não abrir espaço ao direito de autodeterminação, não tiveram restrições para pactuar uma reforma constitucional em setembro de 2011, pelas costas do povo, dando prioridade ao pagamento da dívida ao capital financeiro, em detrimento dos gastos sociais, do emprego, da educação, da saúde e das aposentadorias.

Os marxistas da Luta de Classes não apenas exigem o direito democrático à autodeterminação. Há um crescente descrédito do anacrônico sistema monárquico, um elemento chave na crise do regime atual que tanto o PP como o PSOE tentam ocultar cuidadosamente. Por isso exigimos também o direito democrático do povo espanhol, como acertadamente defende a Esquerda Unida, para decidir em um referendo democrático sobre a continuidade da monarquia e a proclamação da República. E se essa Constituição não dá amparo às exigências democráticas e políticas que tem um apoio e uma audiência de massas cada vez maior, isso é uma confirmação do quanto ela está longe de representar e defender os interesses populares.

Nenhuma confiança nem apoio ao nacionalismo burguês da CiU

Dito isso, não podemos deixar de assinalar com a mesma ênfase a hipocrisia, em toda essa questão, da coalizão política da burguesia nacionalista catalã, a CiU.

Como é possível que o partido que diz liderar a defesa dos direitos democráticos do povo catalão apoie a chamada “Lei da Mordança” do PP, que impõe mais repressão aos protestos sociais e outorga aos guardas de segurança privada funções de polícia? Pois é isso que

a CiU quer também para quando o povo catalão se mobilize para exigir os seus direitos.

A CiU nos fala de democracia? Recentemente foi revelado que o Centro de Segurança de Informação da Catalunha (Cesicat), uma espécie de serviço secreto catalão dependente da Generalitat – sim, a Generalitat também tem o seu próprio serviço secreto de espionagem, similar ao CNI espanhol! – vigia e espiona ilegalmente os ativistas dos movimentos populares e da esquerda catalães.

A CiU e a ERC defenderam a atuação da polícia autonômica, os Mossos d’Esquadra, em todos os casos de repressão contra os trabalhadores e a população da Catalunha no último ano: repressão da manifestação da Greve geral de 14 de novembro, quando uma manifestante perdeu um olho, o espancamento mortal de um empresário de hotelaria em Raval, a repressão dos trabalhadores de *Panrico* em Santa Perpètua de Mogoda, etc.

Eles nos falam da defesa de direitos sociais? A CiU apoiou completamente, e segue defendendo, a contrarreforma trabalhista do PP de 2012, e votou nela no Parlamento espanhol, cuja entrada em vigor significou um ataque selvagem contra os salários e as condições de trabalho, em primeiro lugar dos trabalhadores catalães.

A CiU aplicou diligentemente todos os cortes e ajustes sociais existentes e programados na educação, saúde, etc., sendo que em alguns casos a Generalitat foi “pioneira” no entusiasmo em realizar os cortes e as privatizações.

Se do que se trata é de desconsiderar a “legalidade” espanhola com a convocatória deste referendo, ainda que seja simbolicamente, por que o governo da CiU e da ERC não se dispuseram em nenhum momento – ainda que fosse simbolicamente – a negar-se a aplicar os cortes

nos gastos públicos na Catalunha? Por que apoiam os despejos das famílias catalães sem recursos, como o de Bloc de Salt, em Girona?

Não é por acaso que cada proposta soberanista da CiU só é apresentada depois de cada mobilização de massas dos trabalhadores e jovens catalãos contra a sua política econômica e social. Só no outono de 2013 houve em Barcelona duas manifestações de massa com 200.000 pessoas para protestar contra esta política: em 24 de outubro, na manifestação da comunidade educativa, e em 24 de novembro, na manifestação da Cúpula Social que incluía o rechaço ao orçamento antisocial de 2014 proposto pela Generalitat, e aprovado com o apoio da ERC.

PP e CiU, os mesmos interesses

Para Arthur Mas e a CiU, o referendo de autodeterminação é uma conveniente cortina de fumaça para desviar a atenção da sua política reacionária, privatizadora e repressiva.

O mesmo se aplica à burguesia espanhola e ao governo de Rajoy, para quem agitar o espantinho da independência da Catalunha serve para desviar a atenção da sua política de cortes e ataques aos trabalhadores, aposentados, estudantes, desempregados, etc., e dos seus próprios escândalos de corrupção, e tentar recompor a sua base social sobre a base do nacionalismo espanhol e reacionário.

Na realidade, não há nenhuma diferença substancial em todos os aspectos decisivos entre a política do PP e a da CiU. O orçamento da Generalitat vigente até agora (prorrogado com o voto da ERC) é o que a CiU e o PP pactuaram em fevereiro de 2012. Quando ocorreu o espetáculo vergonhoso da beatificação massiva de “mártires” franquistas

da guerra civil em Tarragona em 13 de outubro de 2013, o presidente Mas [Arthur Mas] não teve constrangimento em compartilhar a primeira fila junto com o alto escalão do PP: o ministro da justiça Gallardón, e do interior Fernandez Díaz, e o presidente do Congresso, Posada.

Pelo contrário, os interesses da classe trabalhadora são os mesmos em Barcelona, Sevilha ou Bilbao, e seus inimigos também são comuns. Os aliados naturais do povo catalão na defesa de seus interesses democráticos e contra o governo do PP são aqueles que sofrem suas políticas reacionárias em todo o estado: a comunidade mobilizada da educação, os mineiros asturianos, os trabalhadores do setor naval na Galícia e em Cádiz, os trabalhadores da limpeza em Madri, os diaristas andaluzes ...

Ainda que incomode os nacionalistas, há uma tradição de unidade orgânica e de luta da classe trabalhadora catalã com a do resto do Estado. Na realidade, os trabalhadores catalães foram os fundadores do movimento operário espanhol, em meados do século XIX. Foram eles os principais animadores da 1ª Internacional, a AIT, no Estado espanhol, e foi na Catalunha onde foram fundadas duas das principais organizações da nossa classe: a UGT e a CNT. O proletariado catalão tem além disso fortes tradições comunistas. A força do PSUC (a federação catalã do PCE) era comparável, ou maior, a que chegou a ter em seus melhores momentos o PCE em Madri, Andaluzia ou Asturias.

Da sua parte, a burguesia catalã é irmã de classe e cúmplice da burguesia espanhola, e segue fundamentalmente a mesma política, impondo à classe trabalhadora o peso da crise do seu sistema.

Por outro lado, deve-se colocar em seus próprios termos o “pro-

gressismo” que a ERC diz defender. A insistência da cúpula da ERC para que uma Catalunha independente permaneça na União Europeia e acate suas leis e decisões – e, portanto, sua política de austeridade permanente – simplesmente sublinha o caráter burguês da direção dessa organização e sua atitude ser-vil frente ao imperialismo europeu.

A CiU busca um pacto com a burguesia espanhola

Como explicamos outras vezes, o interesse da CiU e do setor da burguesia catalã que ela representa é utilizar as aspirações nacionais saudáveis do povo catalão como moeda de troca para reforçar sua posição como classe dominante na Catalunha frente a seus comparsas da burguesia centralista espanhola. Ela não está realmente interessada na independência da Catalunha, ou no máximo interessa-se por uma mera independência formal que deixe tudo como está com algumas prebendas adicionais, tal como reivindicar o Partido Nacionalista Escocês, que defende um referendo similar na Escócia, e que propõe a libra inglesa como moeda, o Banco da Inglaterra como banco nacional, a BBC como TV estatal, as bases militares britânicas e a rainha Isabel como chefe de Estado de uma Escócia “independente”. Quanta zombaria!

Na realidade, a CiU trata de utilizar o forte sentimento da população a favor de um Estado próprio para forçar um acordo com a burguesia espanhola e seus representantes políticos sobre um novo regime fiscal e um maior grau de autonomia, não para o interesse da população catalã, e sim para manter a hegemonia política na sociedade catalã e aumentar seus benefícios e prebendas.

O papel da esquerda catalã

Por isso nos parece lamentável que os grupos mais significativos da esquerda catalã, a ICV-EuiA e as CUP, tenham seguido a CiU na questão nacional, e no referendo em particular, de forma completamente acrítica.

Uma coisa é aproveitar as rivalidades e contradições que ocorrem nessa questão entre as burguesias espanhola e catalã, e entre seus partidos políticos, para fazer avançar os direitos democráticos e políticos do povo catalão, e outra coisa muito diferente é prestar apoio político, avalizar ou reconhecer cartas de aval democrático à CiU e à burguesia nacionalista catalã.

Uma posição de esquerda e classista consequente – como a que deveriam ter demonstrado os companheiros da ICV-EuiA e das CUP – teria que ter manifestado, aproximadamente, o seguinte:

“A CiU vê-se obrigada a dar alguns passos adiante forçada pelas circunstâncias e defender com palavras os direitos democráticos do povo catalão, movida por seus próprios interesses egoístas de classe contra os da burguesia espanhola. Mas a CiU nunca irá até o final na defesa desses direitos. Mais ainda, terminará traindo-os para conseguir um acordo com seus comparsas espanhóis, se isso favorecer seus interesses de classe, ou se a mobilização das massas escapar a seu controle e ameaçar aqueles interesses.

“Apoiamos a convocatória deste referendo como um passo adiante no exercício dos direitos democráticos do povo catalão, e que tenha sido o fruto da sua mobilização massiva nestes dois anos, e estamos dispostos a somar nossos votos no Parlamento a favor dessa iniciativa; mas nos recusamos a firmar qualquer acordo

político com a CiU, que é inimiga dos interesses populares, e muito menos aparecer na foto ou na televisão de mãos dadas para dar-lhe qualquer tipo de credibilidade política ou democrática. Além disso, permanecemos na oposição irreductível a toda sua política, no Parlamento e nas ruas.

“Sabemos perfeitamente, como aconteceu na Irlanda em 1922 após a sua independência do Reino Unido, que no dia seguinte de uma eventual Catalunha independente a burguesia catalã, junto com a pequena burguesia reacionária, trataria a esquerda e os socialistas revolucionários catalães como os piores inimigos do novo Estado, e tentaria perseguir-nos e reprimir-nos implacavelmente como uma ameaça a seus interesses de classe. Por isso não podemos semear nem acalentar nenhum tipo de ilusões acerca do caráter progressista da burguesia catalã, nem no terreno dos direitos nacionais nem em nenhum outro.”

Uma posição deste tipo asseguraria a independência de classe dos setores mais conscientes e avançados da classe trabalhadora e traria o apoio dos setores mais progressistas da sociedade catalã; debilitaria a “unidade sagrada”, em torno da burguesia nacionalista, que é promovida pela CiU e pelos chefes pequeno burgueses da ERC; e faria avançar a consciência política e de classe de amplas camadas da classe trabalhadora catalã. Isso teria também um efeito de aproximar e ganhar a simpatia, a favor dos direitos democráticos do povo catalão, de centenas de milhares de trabalhadores espanhóis, que estão intoxicados pela propaganda venenosa do nacionalismo espanhol e pelas rivalidades e enfrentamentos nacionais que os nacionalistas espanhóis e catalães promovem.

Os limites do nacionalismo burguês

Tanto a CiU quanto a ERC dão por resolvido que se o Parlamento espanhol, como é o mais provável, rechaçar a validade do referendo catalão, este não será celebrado e, em resposta, anteciparão as eleições autonômicas para dar a elas um caráter “plesbicitário” a favor da independência. Pensam que, desse modo, obteriam uma maioria mais ampla no parlamento catalão. No entanto, não sabemos o que mudará com isso. Atualmente, a CiU e a ERC já tem uma maioria sólida. Ao que parece, a coligação CiU-ERC nem mesmo considera desobedecer a opinião do Parlamento espanhol e seguir adiante com o referendo, ainda que fosse para mostrar simbolicamente a posição da maioria do povo catalão sobre sua autodeterminação. Mas, inclusive, ainda que se celebre o referendo e triunfe a tese independentista isso não trará um Estado próprio para a Catalunha e muito menos a independência, porque a burguesia espanhola e seu aparato de Estado jamais estarão dispostos a outorgá-la voluntariamente.

Descartada a convocação pela burguesia catalã, por seu temperamento e constituição de classe, de uma insurreição civil ou popular da população catalã para proclamar unilateralmente seu Estado ou a independência, a realidade nos mostra as enormes limitações da burguesia e da pequena burguesia nacionalista para lutar consequentemente pelos direitos democráticos nacionais na época atual.

Só a classe trabalhadora defende consequentemente os direitos democráticos

Toda a experiência histórica ensina que só a classe trabalhadora, na liderança dos demais setores

oprimidos da sociedade, está em condições de lutar até o final pelos direitos democráticos, incluindo o direito de autodeterminação. E essa mesma experiência histórica também nos mostra que a maneira de fazê-lo é com os métodos próprios da classe trabalhadora: a mobilização de massas, as greves, etc., e com a formação de um governo operário que aplique medidas socialistas de expropriação contra a burguesia.

O problema da Catalunha não é seu vínculo com o Estado espanhol, como argumentam os nacionalistas burgueses e pequeno burgueses. Se fosse assim, o mundo capitalista seria um paraíso na terra com apenas uns poucos países problemáticos, como o Estado espanhol. Não, a coisa não é tão simples. O problema é o capitalismo, a propriedade privada dos grandes meios de produção, um sistema baseado no lucro privado e na exploração da maioria, que gera crises, pobreza, miséria e opressão nacional; como vemos em todas as partes.

Só um governo operário, sustentado nas organizações de esquerda que defendam o direito de autodeterminação das nacionalidades históricas junto com a expropriação dos banqueiros, monopólios e latifúndios, sob controle democrático dos trabalhadores, pode transformar em realidade esse direito e resolver os urgentes problemas econômicos e sociais que afetam a maioria.

Nós trabalhadores não estamos interessados nem ganhamos nada com a opressão ou a retenção forçada de nenhum povo dentro das fronteiras de um Estado. Estamos convencidos de que a experiência fará ver que resulta mais vantajoso permanecer unidos voluntariamente em uma federação socialista. Frente ao egoísmo burguês, os marxistas,



Diada 2013 (Foto: DiarioDeNavarra)

os socialistas revolucionários, contrapomos a solidariedade e fraternidade operária, a união e colaboração desinteressada dos povos, através da propriedade coletiva e da planificação democrática em comum dos nossos recursos produtivos. Isto faria avançar e progredir a todos os povos que formam atualmente o Estado espanhol, junto com um Portugal socialista se quisesse incorporar-se voluntariamente a essa federação, com o maior grau de autonomia e autogoverno para cada um, no marco de uma Europa unida socialista e em um mundo socialista, sem fronteiras que nos dividam e enfrentem.

A Esquerda Unida tem uma responsabilidade histórica

A Esquerda Unida [IU], que tem erguido valentemente a defesa do direito de autodeterminação, dentro e fora da Catalunha, tem uma responsabilidade histórica. Sua defesa deste direito, assim como da República federal, para serem consistentes e oferecer uma alternativa convincente para ganhar o apoio majoritário da classe trabalhadora espanhola, catalã, basca e galega, deve completar-se com a defesa e agitação de um programa de transição ao socialismo.

Este programa deve unir desde as demandas mais básicas sobre

salários, pensões, habitação, emprego, repúdio da dívida, etc., até outras mais avançadas como o direito de autodeterminação, e culminar com a estatização, sob controle operário e sem indenização, salvo dos pequenos acionistas e poupadores, das grandes empresas, bancos e latifúndios para planificar democraticamente a economia em benefício da imensa maioria da sociedade.

Uma política socialista audaz não significa a “repartição da miséria”, e sim a elevação do conjunto do nível de vida da população a um nível muito superior ao existente atualmente nas regiões e comunidades mais desenvolvidas do Estado: Euskadi, Madri ou Catalunha, e da Europa: Alemanha, países nórdicos, etc.

Junto a isso, a IU deveria lançar de maneira imediata uma campanha pública audaz em todo o Estado agitando essas ideias, dando uma ênfase especial fora da Catalunha para combater o reacionário nacionalismo espanhol opressivo do PP e da UpyD, e em defender o direito que é do povo catalão de decidir o seu futuro. Por outro lado, dentro da Catalunha, a ICV-EuiA deveria insistir em combater a hipocrisia da burguesia catalã e na necessidade de manter a unidade voluntária do povo catalão com o resto dos povos que integram o Estado espanhol e com Portugal por meio de uma Federação Socialista.

Não temos dúvida de que uma campanha deste tipo permitiria a IU emergir como uma força decisiva em todo o Estado e ajudaria a superar os enfrentamentos e divisões nacionais no conjunto da sociedade, e na classe trabalhadora em particular, que com tanto afincão são estimulados pela burguesia espanhola e pelos nacionalistas.



As polícias comunitárias no México e a bancarrota do estado capitalista

Integrantes da Polícia Comunitária (Foto: SIPAZ)

“Os reformistas inculcam sistematicamente nos trabalhadores a ideia de que a sacrossanta democracia está mais segura ali onde a burguesia se encontra armada até os dentes e os trabalhadores desarmados.”

(Leon Trostky, O Programa de Transição)

A violência sem fim

Os últimos 13 anos de governos de direita no México foram especialmente violentos. Nos 6 anos de governo de Felipe Calderón do Partido de Ação Nacional (PAN) morreram mais de 120.000 pessoas e no primeiro do governo priista [NT: governo do Partido Revolucionário Institucional, PRI, que esteve no poder entre 1929 e 2000, e voltou em 2012] não parece ter havido nenhuma melhora, registraram-se 20.000 assassinatos. Essas cifras do horror não estão completas, calcula-se que nos últimos 7 anos houveram mais de 50.000 desaparecidos e mais de 700.000 pessoas foram deslocadas pela guerra. Essa catástrofe humanitária traduz-se em um dilaceramento profundo da sociedade, sobrecarregada de dor, miséria e medo.

Este massacre é o resultado de medidas políticas estúpidas que foram tomadas pelos governos de plantão (PRI e PAN), junto com a oligarquia nacional, de mãos dadas com o imperialismo ianque – com seu chamado plano Mérida e demais derivados – para, supostamente, combater os bandos de narcotraficantes. Na realidade, esta foi a máscara com a qual iniciou-se um processo de militarização do país, mas não para terminar com o narcotráfico, e sim para assegurar o poder da burguesia em meio a mobilizações revolucionárias no turbulento ano de 2006, quando a oligarquia cometeu uma fraude eleitoral escandalosa e ocorreram manifestações de mais de 3 mi-

lhões de pessoas nas ruas, e o governo espúrio só pôde dar-se um poder efetivo lançando nas ruas o exército e a marinha.

Desta data até hoje gerou-se um turbilhão sangrento no qual o exército e a marinha foram incapazes de fazer frente de forma séria aos cartéis bem organizados, melhor armados e motivados pelas recompensas econômicas. Também há outra razão, mais simples e mais de fundo, pela qual não se pôde acabar com o narcotráfico. O governo tem simulado essa luta. Tem jogado com a vida de militares, esmagado milhares de inocentes e assassinado pequenos traficantes, etc., mas tudo isso tem sido uma pantomima para salvaguardar as grandes fortunas dos poderosos banqueiros que lavam dinheiro a rodo, de narcotraficantes todo poderosos que controlam governos estatais e, com isso, controlam as polícias municipais e federais.

Em particular, o governo atual de Enrique Peña Nieto, está sob a acusação de relacionar-se com narcotraficantes de diferentes cartéis, dependendo da região. Foi mencionado nos meios de comunicação que em Michoacán, os Cavaleiros Templários convocaram para votar no PRI sob pena de morte para os que se negaram. Em Sinaloa foi comentada a mesma coisa, mas nesta ocasião apoiado pelos poderosos Chapo Guzmán. Em Veracruz, toda a maquinaria estatal infectada de narcos apoiou com recursos “sujos” a campanha presidencial, etc. Por isso afirmamos que o governo não pode, nem tem dado um combate

firme contra o narcotráfico e seus bandos de facínoras.

A corrupção que reina em todas as instâncias do Estado mexicano faz com que as diferentes corporações policiais sejam braços dos diferentes senhores da droga. Isto tem levado a confrontos abertos entre as polícias locais e o exército, os federais contra a marinha, etc. A corrupção é um câncer que impede a mínima eficácia nesta luta e, pelo contrário, as corporações militares e policiais estão envolvidas de forma direta nas extorsões, proteção, assassinatos, desaparecimentos e demais façanhas que os narcos realizam de forma cotidiana.

Não só isso, os grandes exércitos do narcotráfico estão integrados por dois setores majoritários. Por um lado, ex-policiais e ex-militares; e, por outro lado, mulheres e crianças, os setores mais desprotegidos e vulneráveis diante da crise econômica e social. Em uma entrevista para a revista *Proceso* intitulada “Os esquadrões de extermínio” comenta-se:

“Os esquadrões da morte “paralelos” se dedicam a cobrar rendas, extorsão e sequestro, mas sobretudo atuam em operações de comando para defender territórios; enquanto que os “oficiais” são grupos de perfil paramilitar patrocinados pelo governo. Também existem células especiais das Forças Armadas dedicadas a eliminar delinquentes.

“Nos privados e nos paralelos – “os mais perigosos” – há uma presença crescente de mulheres e menores de idade. Segundo esti-

mativas de Monreal, na formação dos comandos da morte há uma terceira parte de mulheres e uma proporção similar de menores. Seis de cada dez são ex-policiais ou ex-militares. No total, os calcula entre 180 mil e 200 mil membros ativos. “É um mundo muito amplo que o Estado não controla”, expõe.

“Em suas ponderações, feitas por estados, considerou os sete cartéis do narcotráfico mais importantes do país. Identificou 25 grupos locais com hierarquia militar e adestramento e cerca de 180 ramificações ou agrupamentos que se dedicam a uma ou ou várias atividades da delinquência organizada, com demasiada rotação e aspirações de criar sua própria organização.” (Proceso, 2 de julho de 2013)

Essa foi uma entrevista de um deputado federal, Ricardo Monreal.

A pequena burguesia se ressentem e se arma

Esta violência tem decomposto a sociedade, e todas as suas classes se ressentem. Enquanto que os poderosos banqueiros e grandes multinacionais e milionários nacionais não são atingidos pela decomposição social, e se por acaso manifestam alguma queixa por tanto desastre, a pequena burguesia tem se ressentido brutalmente com isso.

São estes vendedores, comerciantes, negociantes minoritários, camponeses, diversos profissionais, etc., os que mais tem enfrentado economicamente os golpes constantes dos cartéis. Nos territórios onde se instala uma célula de tal ou qual organização criminosa começa-se a cobrar “renda” (cota cobrada pelas células criminosas para deixar trabalhar) aos pequenos e médios negócios das redondezas.

Estima-se que as empresas destinam 50% de seus gastos de

operação na segurança de suas mercadorias:

“Grupos como a Associação Mexicana de Empresas de Segurança Privada e Indústria Satelital (Amesis), que Adrian Charansonnet dirige, revelaram que as indústrias nacionais destinam quase 50% do seu orçamento operacional para proteger as suas mercadorias diante do aumento dos roubos de transportes de cargas nas estradas do país...

“Acrescentou que no México as empresas destinam 12 % de seu orçamento para a segurança, contra 3 ou 4 há uma década, e 2% em nível mundial.” (La Jornada, 23 de abril de 2010)

Estes mesmos setores são os que mais sofrem com o sequestro de seus familiares pois tem que obter recursos para o “resgate”. Também as empresas privadas de segurança são um grande negócio pois a insegurança não se limita às empresas. Segundo a agência Afp, relatou-se que os avanços tecnológicos e a insegurança no México se conjugam para fazer da proteção um pujante negócio, com mais de um milhão de empregos e uma cifra de negócios estimada entre 3,5 e 5,0 bilhões.

Na realidade há uma explosão de empresas privadas de segurança, muitas delas que não são legais, dispostas a vender seus serviços ao melhor proponente:

“No seis anos do governo de Calderón, a indústria de segurança privada se expandiu entre 10 e 15% por ano enquanto que o conjunto da economia aumentou ao redor de 2%. No entanto, a proliferação de firmas e serviços não resultou em maiores garantias para a segurança física das famílias e empresas, nem de seus bens e valores: dos seis mil e seiscentos prestadores de serviços de segurança privada, apenas 50% conta com

autorizações governamentais e só 3% com certificados de qualidade.” (http://contralinea.info/archivovista/index.php/2013/05/21/seguridad-privada-50-de-empre-sas-irregulares/)

Formaram-se em 7 anos verdadeiros exércitos privados em defesa da propriedade privada de cada um dos contratantes. Esses demandantes de segurança são empresários médios, como já dissemos, grandes empresários, instituições governamentais como a Comissão Federal de Eletricidade, Pemex, políticos, etc. O mesmo deputado citado anteriormente comenta:

“Agora – aponta o deputado – há esquadrões da morte privados. Os grupos empresariais contratam mercenários estrangeiros para sua segurança pessoal, sobretudo combatentes dos Estados Unidos e Israel. Capacitam homens e mulheres para a sua defesa, mas não se sabe se permanecem com eles...

“No caso dos esquadrões privados não há nenhum controle. Não há um registro confiável de pessoas, armas e veículos. E explica: Nos governos estatais, empresários amigos dos governadores solicitam credenciais de corporações policiais para que o pessoal que trazem de Israel, Estados Unidos, Colômbia ou outro país possa portar armas.”

“Não há registro disso. Tampouco controle dos mercenários contratados pela Comissão Federal de Eletricidade, Pemex e outras instâncias para a vigilância de suas instalações estratégicas.” (Proceso, idem)

Estes comandos da morte com máscara oficial de polícia privada tem jogado, e jogarão, um papel importante na luta de classes. Foram documentados casos em que essas empresas ameaçam, golpeiam e inclusive desaparecem com ativistas sindicais ou sociais.

Temos visto isso particularmente nos estados do norte do país como Sinaloa e Tamaulipas.

As câmaras empresariais e o governo, naturalmente, dão seu aval para a existência dessas empresas, e justificam com argumentos de classe – a defesa de sua propriedade privada – o fato de armar-se e ter matadores a soldo.

“Jorge Dávila Flores, presidente da Confederação das Câmaras Nacionais de Comércio (Concanaco), observou, por seu lado, que “tudo o que esteja fora do

posso dizer é que nos Estados Unidos, que é o país mais poderoso e rico do mundo, há muitíssimas empresas de segurança privada, tal como no México, em muitas cidades. Mas isto não quer dizer que o governo dos Estados Unidos esteja falhando nesta matéria. Simplesmente trata-se de que há lugares onde se requer ter maior segurança, há pessoas que requerem ter maior segurança.

“Castañon estendeu-se sobre a preocupação dos agremiados da Coparmex: “Mantemos contato

ram fragilizadas de alguma forma, com o roubo das mercadorias com ou sem violência, ataque aos seus trabalhadores, atentado contra as pessoas, suborno ou solicitações de contribuições, chantagens... Necessitamos insistir que nossas instituições devem ser sempre bem coordenadas. Por isso vemos com muito bons olhos a instalação dos comandos únicos nos estados para que exista a coordenação e a canalização dos recursos suficientes, não só em armas mas também em técnicas e equipamentos de inteligência para que prevaleça a força do Estado e ofereça segurança em todas as regiões.” (www.jornada.unam.mx/2013/05/18/cam-grupos.html)

Aqui podemos ver perfeitamente a moral dupla que maneja o empresariado mexicano e a oligarquia nacional. Por um lado eles tem o direito de defender-se e contratar polícias privadas em razão dos prejuízos milionários que a insegurança traz para a sua classe; e, por outro lado, está fora da lei, é ilegal e ilegítimo que o povo e as comunidades se armem, que os camponeses, indígenas e trabalhadores possam tomar as armas. Por que? O que eles tem a perder?

As polícias comunitárias e os comitês de autodefesa

Em meio a todo esse turbilhão de violência, e particularmente depois que por experiência própria os camponeses, indígenas e alguns pequenos proprietários viram que a participação do exército e da polícia trouxe mais desgraça para as suas comunidades, eles decidiram enfrentar o crime organizado e os órgãos de repressão estatal para defender o que eles tem de mais valioso, a sua vida e a de suas famílias.

Ainda que haja cifras convergentes e até divergentes, alguns relatos da Comissão dos Direitos



Governador de Guerrero se reúne com a UPOEG

marco legal não é bem visto”, ao referir-se a grupos de autodefesa.

“Em entrevista reconheceu que o empresariado mexicano recorre à contratação de segurança privada – a qual “está dentro do marco legal” – pois, se bem que haja avanços da parte da autoridade nesta matéria, existem problemas de insegurança os quais declinam precisar, pois – disse – são diferenciados regionalmente. “O que

constante com os empresários das diferentes regiões, temos visto que algumas regiões tornaram-se vulneráveis e a sua segurança pessoal e a de seus trabalhadores também (...) Os dados que o INEGI recentemente publicou sobre os prejuízos que o clima de violência causa para as entidades econômicas nos informam que durante 2012 alcançaram um montante de 75 bilhões de pesos, e 37% das empresas fica-

Humanos referem comitês armados em 10 estados da república. Há relatos de jornalistas que elevam esta cifra para 16 estados com 36 grupos armados. Todo esse processo de armamento por parte das comunidades indígenas ou povoados abriu um debate profundo nas organizações de esquerda, sindicatos e partidos políticos sobre sua legalidade ou ilegalidade. Há confusão sobre se estes comitês são polícias comunitárias, comitês de autodefesa ou paramilitares.

A criação de polícias comunitárias ou de comitês de autodefesa é motivada pela perda de confiança na capacidade das instituições do Estado para oferecer segurança. Na Pesquisa Nacional sobre Cultura Política e Práticas Cidadãs (ECCUP) dos anos 2005 e 2012, revela-se que diminuiu a confiança nas instituições do Estado, neste caso o Exército. Os dados desta pesquisa demonstram que a credibilidade do Exército varia entre os estados, e onde há menos confiança é onde mais ele tem atuado. Por exemplo, em Chihuahua só 10% crêem obter segurança com a presença do Exército. (Veja a pesquisa CIDENA completa em www.seguridadendemocracia.org).

Em algumas regiões o processo de armamento não é novo, particularmente nas zonas com tradição indígena onde regem os governos de usos e costumes, mediante os quais a Constituição lhes permite e reconhece o poder de ter órgãos de controle e solução de conflitos internos.

Algumas organizações armadas são históricas, como as dos povos Seris e Yaquis no noroeste, que datam do século XIX. Outro exemplo disto é a guarda tradicional maia no município de Carrillo Puerto, Quintana Roo. Depois do ascenso zapatista também se organizaram alguns povos indígenas em Guerrero e Oaxaca lutando por governos autônomos.

O artigo 2º da Constituição Política do México obriga aos Estados a regulamentar o exercício de usos e costumes. Estabelece o “direito dos povos e das comunidades indígenas à livre determinação e, em consequência, à autonomia para decidir suas formas internas de convivência e organização social, econômica, política e cultural”.

Os artigos 35º, 36º e 37º da Lei de Reconhecimento, Direitos e Cultura dos Povos e Comunidades Indígenas de Guerrero outorgam o direito de exercer atividades de “prevenção e solução de conflitos no interior de cada comunidade”, como a procuração e administração da justiça e a readaptação dos transgressores da lei com “respeito aos direitos humanos, as garantias individuais e os direitos de terceiros.”

Este é o caso de uma boa parte da Costa Chica de Guerrero, onde em 1995 formou-se a Coordenadoria Regional de Autoridades Comunitárias (CRAC). Hoje se estende a 104 comunidades de 13 municípios do Estado. Esta coordenadoria foi criada como resposta à repressão das guardas brancas e da polícia assassina dos governos priistas.

Estas regiões são também as mais castigadas economicamente. A região, majoritariamente indígena, apresenta altos índices de marginalidade e pobreza, em relação à falta de acesso à educação, habitação em casas inadequadas ou ao recebimento de remunerações insuficientes (até dois salários mínimos). Segundo o Conselho Nacional de População (Conapo), 11 dos 14 municípios que compõem a Costa Chica tem um grau de marginalidade muito alto; três municípios, um alto grau, e só um, Marquelia, apresenta um grau de marginalidade médio.

Os que organizam as polícias comunitárias são os homens e mulheres mais honoráveis das comunidades, escolhidos em assembleias democráticas da comunidade. Não só é o fato de armar-se que, por si mesmo, já representa um passo adiante, mas também que instauram tribunais populares onde toda a comunidade discute democraticamente o castigo para cada um dos causadores do delito. Ou seja, que se instaura um poder de justiça popular, desde a base.

Este processo de polícias comunitárias arraigado nos povos indígenas tem dado a base para a



Marcha da UPOEG

organização de comitês de autodefesa em outras regiões do mesmo estado. A CNDH calcula que “*de acordo com o estudo, em Guerrero existem ao menos seis grupos de autodefesa – entre eles a Coordenadoria Regional de Autoridades Comunitárias (CRAC) e a União de Povos Organizados do estado de Guerrero (UPOEG) – com cerca de 7 mil elementos no total e presença em 46 dos 81 municípios da entidade, nos quais habita mais de 65% da população estatal.*” (A Jornada, 18 de dezembro de 2013)

Outras comunidades indígenas nahuas, purépechas, chatinas, zapotecas, mazahuas e otomíes de 22 municípios de Michoacán, Guerrero, Chiapas, Jalisco, Estado do México, Quintana Roo, Sonora, Oaxaca, Morelos e Veracruz tem seguido o exemplo de armar-se para fazer valer os seus direitos.

Em um ambiente como o que se vive no México é relativamente fácil organizar um grupo armado para defender diversos interesses. Também é fácil adotar essa ou aquela denominação e fazer justamente o contrário. Uma das características desse período é a confusão que causa o governo, em primeira instância, de forma intencional classificando todos os grupos armados na categoria de paramilitares. Para eles um esquadrão da morte é a mesma coisa que uma polícia comunitária.

Ainda assim, a distinção mais clara, ou desde um ponto de vista de classe, situa-se em dois grandes grupos. Por um lado, os que se organizam em assembleias, ou se auto-organizam e contam com o apoio da sua comunidade. Seu armamento corresponde à necessidade de cuidar do conjunto de interesses do coletivo. Por outro lado, estão os grupos armados, que chamaremos de paramilitares – organizados pelo mesmo exército para executar o trabalho

sujo que as instituições não podem realizar – estes são matadores a soldo da iniciativa privada e que utilizam o método do assassinato por encomenda (e em realidade são assassinos profissionais), e se vendem ao melhor proponente. Todos estes casos se distinguem dos primeiros porque estão a serviço do interesse privado e contra o interesse coletivo, são financiados e dirigidos por grupos ligados à burguesia, representantes dessa classe, ou diretamente impulsionados por eles mesmos.

A diferença fundamental entre a polícia comunitária e os comitês de autodefesa é que, na primeira, é a organização geral da comunidade ou do povoado que em assembleia decide formar uma polícia. No caso dos grupos ou comitês de autodefesa é uma iniciativa dos setores de vanguarda de uma comunidade, onde se auto-organizam e não prestam contas na assembleia, e tem as suas próprias regras internas.

Pode-se dizer que a diferença é a tradição que se arraiga nos povoados, e que não é a mesma. Também é um resultado de destilação, da compreensão, por uma camada ainda pequena de vanguarda, dos processos violentos que sacodem o país. Particularmente, a autodefesa tem se multiplicado no último período pelos níveis de violência que foram desatados pela suposta guerra contra o narcotráfico.

Nos municípios de Cherán, Michoacán, os indígenas se sublevaram contra a violência do narcotráfico e em defesa da terra [NT: no original, “en defensa del bosque”]. Desde abril de 2011, a assembleia do povo encarregou-se da segurança e do governo local. Aqui deve-se notar uma diferença. Em casos anteriores, a criação de polícias comunitárias, como a CRAC, se dá dentro do marco legal estabelecido do respeito a usos e costumes. Em contraste com isso, o processo atu-

al está levando a uma ruptura com um governo estabelecido; e, com traços insurrecionais, desconhecem o governo e este é formado pelos próprios camponeses.

Os nahuas [NT: povo de língua uto-azteca] de Manantlán, Jalisco, defendem o seu território contra as companhias mineiras chinesas e de grupos de madeireiras que agem clandestinamente. Os indígenas de Álvaro Obregón em San Dionisio del Mar, Oaxaca, organizaram a autodefesa contra as empresas estrangeiras que buscam instalar pequenas hidrelétricas em suas terras, sem considerar seus direitos. Reivindicam a consulta aos povoados sobre os projetos de desenvolvimento em suas terras.

Esses exemplos demonstram como tem evoluído o processo. As comunidades já não apenas se organizam e armam contra o crime organizado, mas sim contra grupos de assassinos profissionais e guardas brancos que buscam explorar os recursos naturais em suas regiões. Ou seja, que o exemplo se reproduz ainda que as causas não sejam as mesmas.

O processo de armamento das comunidades indígenas e grupos de autodefesa está totalmente justificado. O mais importante é que eles tem o direito de defender a sua vida frente a um impasse total dos órgãos repressivos do Estado e da sua total corrupção.

Para os guarda-chuvas da burguesia, os jornalistas do regime, e para os porta-vozes do governo, isto não pode ser permitido de nenhuma maneira, mas a pergunta é: por que não?

O sacrossanto monopólio da violência do estado

Enquanto que aos pequenos, médios e grandes empresários é permitido contratar guardas priva-

dos, que atuam como assassinos particulares, por que não se permite aos trabalhadores e aos camponeses organizar a sua segurança?

Temos assistido uma campanha verdadeiramente escandalosa nos meios de comunicação burgueses contra os comitês armados dos camponeses. Proclama-se que eles não tem esse direito, que violam a legalidade e que se encontram fora dos marcos jurídicos do estado de direito. Foi exigido e festejado o encarceramento de dirigentes da polícia comunitária, como a companheira Nestora Salgado, encarcerada em uma prisão de segurança máxima e mantida incomunicável por mais de 6 meses.

Por acaso não temos o mesmo direito, nós os jovens e trabalhadores, camponeses e indígenas, de defendermo-nos? Sim, claro que temos, o problema é que quando nós nos organizamos e nos armamos, estamos desafiando um dos princípios centrais do sistema capitalista e de sua máquina de dominação, o monopólio da violência.

Regularmente, nos vendem a ideia de que as instituições do Estado – instituições eleitorais, jurídicas, repressivas, ideológicas, etc. – estão constituídas para desempenhar o papel de árbitro entre as diferentes classes em luta, que todas elas oferecem justiça honorável e equitativa, sem qualquer distinção. Todo esse palavreado vem abaixo se vemos como se comportam todas essas instituições no momento em que o povo, cansado de suportar tanta injustiça, decide tomar em suas mãos os instrumentos para solucioná-las, neste caso as da segurança.

Imediatamente, levantam-se clamores pedindo o desarmamento e o encarceramento, fala-se do estado de direito e da democracia. A única coisa que ocultam por trás das suas lamentações é a intenção de manter o monopólio da violên-

cia por parte do Estado capitalista, um estado que está a serviço da oligarquia e do imperialismo. Em outras palavras, o que nos dizem é que não se pode fazer nada que não seja permitido, e resulta que o permitido é ditado por quem te está encaminhando para o precipício. Se tu lutas contra esse caminho, te colocam fora da lei e do estado de direito, não importando se o que fazes é para o bem dos teus. Só interessa que estás transgredindo o sacrosanto poder da classe dominante.

Alguém poderia se perguntar: por que o Estado não faz tanto alvoroço por tantas empresas de segurança privada que não são legalizadas? A resposta é que essas empresas não questionam nem comprometem o poder do Estado. Inclusive, a finalidade dos diferentes cartéis da droga, sua finalidade não é competir com o Estado, mas sim cooperar. Só naquelas regiões onde o exército é um obstáculo para o mercado, há uma luta desapiadada, mas este enfrentamento, em si, não coloca a disjuntiva de quem tem que governar o Estado, de quem tem que ditar as mais severas proibições e qual é o inimigo principal a vencer. Do que se trata então não é do fato de tomar uma arma e lutar, e sim de quem o faz e para que.

A existência dos comitês de autodefesa e a polícia [comunitária] tornam palpável o reconhecimento de que o Estado é inoperante e caduco, que não pode cumprir com suas tarefas mínimas de segurança. Em segunda instância, mostram um salto qualitativo no nível de consciência das comunidades, pois a conclusão que dirige seus atos é que nem o exército, nem a polícia e nem o governo vão resolver os seus problemas, os únicos que podem resolvê-los são eles mesmos. Isto implica um choque direto com as estruturas estatais e coloca em questão o poder da burguesia nacional e de seu aparato estatal.

É uma demonstração a mais da bancarrota deste sistema capitalista que não pode oferecer segurança, empregos, saúde, habitação, créditos baratos para as terras, educação, nada. Não se pode esperar que a burguesia e suas instâncias governamentais resolvam os nossos problemas. Necessariamente, o programa de luta dos comitês armados tem que ser dirigido para terminar com este sistema e lutar por uma sociedade socialista.

Ligar as polícias comunitárias e os comitês de autodefesa a uma luta geral contra o capitalismo

No entanto, ainda que este processo de armamento do povo siga em ascenso, não podemos pensar que as polícias comunitárias, ou os comitês de autodefesa, vão solucionar o problema de fundo que é a decomposição política, econômica e social do nosso país. Eles são um aspecto muito importante que podem assumir uma dimensão fundamental na luta de classes se, e somente se, eles se ligarem ao movimento geral dos trabalhadores em suas reivindicações e lutas.

Já vimos exemplos disso quando os professores do estado de Guerrero estavam em luta e as polícias comunitárias se somaram, entrando armadas na capital do Estado – desafiando a ameaça do exército de desarmá-los e detê-los se entrassem em Chilpancingo. Não só entraram, como também pela força abriram as cadeias e libertaram vários de seus dirigentes presos.

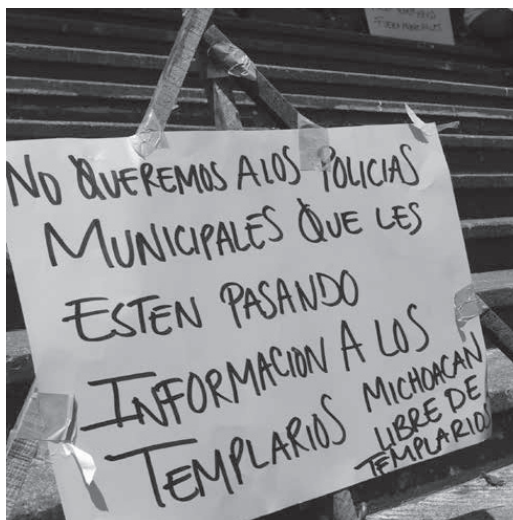
Esses fatos são uma clara demonstração de que a luta de massas tem que dar a direção e proteger os destacamentos armados das comunidades. Outro exemplo também em Guerrero tivemos em Tixtla, onde sob a proteção do movimento de massas esta cidade foi tomada

e a polícia corrupta foi expulsa.

Este mesmo caminho estão tomando os acontecimentos em Michoacán. Aqui, na região de Tierra Caliente, os comitês de autodefesa conquistaram povoado após povoado, liberando-os da opressão dos cartéis, e convocaram para a formação de governos autônomos que se ergam por meio de assembleias gerais. José Mireles, dirigente dos comitês de autodefesa de Michoacán, convocou o povo para que se levante e se una a eles. A burguesia só espera o momento para desarmar e aprisionar estes dirigentes valorosos. O exército e o governo estão mais preocupados em impedir a disseminação dos comitês de autodefesa do que em enfrentar o narcotráfico, e agora mesmo está formando um cerco para evitar que a autodefesa siga avançando.

As organizações de massa dos trabalhadores e os pobres das cidades devem assumir uma posição clara de defesa deste processo de organização e armamento das comunidades camponesas e indígenas. MORENA em particular tem uma enorme responsabilidade e deveria organizar a defesa e a disseminação dessas experiências em todo o território da República. Os sindicatos de trabalhadores também devem apoiá-las e agitar em sua defesa, já que no período que se abre a questão da autodefesa armada não se limitará somente ao campo mas vai se apresentar também como tarefa dos grupos de trabalhadores em luta.

Os marxistas não apenas apoiamos a organização e o armamento das comunidades para freiar a violência, mas temos que estender essa experiência a todo o país e a todos os lugares. Com base neste exemplo que nos dão hoje podemos conseguir grandes avanços em nossa



Autodefesas em Michoacán

emancipação. O capitalismo não só é incapaz de freiar essa vertigem de barbárie, ele a fomenta. Se nós, os trabalhadores, jovens, camponeses pobres e indígenas, não formos capazes de deter isso e reverter a situação, vamos caminhar para a barbárie. As palavras proféticas de uma grande revolucionária alemã, Rosa Luxemburgo, hoje reverberam com toda sua força: ou socialismo ou barbárie, esse é o nosso dilema.

Adendo

Enquanto terminava de escrever o artigo sobre as autodefesas, estão ocorrendo fortes enfrentamentos dos comitês de autodefesa de Michoacán contra o crime organizado, e inclusive contra militares e contra a Polícia Federal. O governador priista do estado, Fausto Vallejo, disse que não permitiria que continuasse a disseminação da autodefesa. Por outro lado, o clamor das diferentes comunidades está começando a manifestar-se claramente e tem sido realizadas assembleias pedindo a ajuda dos comitês de autodefesa para terminar com a delinquência em suas comunidades.

As fotografias dão mostra de assembleias bastante numerosas, onde as pessoas armadas com

paus, picaretas, machados, etc., estão dispostas a enfrentar os narcotraficantes. Este processo chegou a um ponto onde são mais de 100 municípios liberados, sob controle das polícias comunitárias.

O governo declarou que não vai mais permitir “atos de violência”, e isto implica que o exército, a marinha e a Polícia Federal tenham que entrar nas comunidades e desarmar, pela força, os comitês. Isto não é simples, porque eles contam com o apoio de assembleias massivas.

É mais provável que este processo de liberação de comunidades e municípios avance, e que as autodefesas se disseminem. Este é um passo muito positivo. Do nosso ponto de vista, nas comunidades e municípios onde as assembleias controlam a situação deve existir um programa para avançar na solução, não só do problema da segurança, mas também da pobreza.

As assembleias, junto com as polícias comunitárias, deveriam apropriar-se da terra dos narcotraficantes e dos lacaios os tem apoiado, e colocar essas terras para produzir sob controle comunitário, dando a oportunidade de trabalhar para quem mais necessita. O produto disto poderia servir para melhorar a infraestrutura da comunidade. A mesma coisa deveria acontecer com as casas, lojas e negócios de todos aqueles relacionados com o narcotráfico. Esses bens podem servir para construir bibliotecas, centros culturais, e até para poder organizar melhor os comitês de autodefesa e continuar expandindo-os.

Esses atos de desapropriação dos bens do crime organizado tirariam a força econômica dos narcotraficantes, e daria a essa luta um perfil mais político, com um sentido de transformação social.

Contato com a CMI nas Américas

CANADÁ

Fightback

PO Box 65141, Chester RPO
Toronto, ON M4K 3Z2
E-mail: fightback@marxist.ca
www.marxist.ca
Tel.: (416) 461-0304

Québec

La Riposte

Boîte Postale 842, Station H
Montréal, QC H3G 2M8
E-mail: lariposte@marxiste.qc.ca
www.marxiste.qc.ca

ESTADOS UNIDOS

Workers International League

(Liga Internacional dos Trabalhadores)
apoia as ideias políticas da CMI
www.socialistappeal.org

Socialist Appeal

PO Box 4244
St. Paul, MN 55104

MÉXICO

La Izquierda Socialista

<http://www.laizquierdasocialista.org>
E-mail: laizquierdasocialista@gmail.com

EL SALVADOR

Bloque Popular Juvenil

www.bloquepopularjuvenil.org
E-mail: redaccion@bloquepopularjuvenil.org

VENEZUELA

Lucha de Clases

Telefones: (0058) (0)416-8178102
(0)426-7329464
www.luchadeclases.org.ve
E-mail: cmi.venezuela@gmail.com

COLOMBIA

E-mail: colombiamarxista@gmail.com

BOLIVIA

Corriente Marxista Internacional.

El Militante

bolivia.elmilitante.org
E-mail: bolivia@elmilitante.org
cel.: (+591) 72439678

PERÚ

Fuerza de Izquierda Socialista
E-mail: perumilitante@yahoo.es

BRASIL

Esquerda Marxista

www.marxismo.org.br
E-mail: contato@marxismo.org.br
Fone Brasil: 55(11)3101-8810

ARGENTINA

Corriente Socialista El Militante

www.argentina.elmilitante.org
E-mail: elmilitante.argentina@gmail.com
Tel.: 15 5454 6178

REPÚBLICA DOMINICANA

E-mail: cmi.dominicana@gmail.com
Corriente Marxista Internacional (CMI)
www.marxist.com/es
E-mail: contacto@marxist.com



Lançamento da Editora Marxista. A primeira tradução para o português das atas do congresso de 1903 do Partido Operário Socialdemocrata Russo.

Nas questões discutidas nesse congresso, os bolcheviques definem o seu caminho de independência de classe e defendem a necessidade de lutar contra todas as tendências burguesas dentro do movimento operário.

Essa é a primeira tradução para o português, e até este momento a única, do registro completo do Segundo Congresso do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POS DR), realizado no exílio em 1903.

Em seu livro *O Que Fazer?*, publicado em 1902, Lenin afirmava que “a questão das relações entre o consciente e o espontâneo apresenta um imenso interesse geral e é preciso analisá-la com todo o pormenor”. Poucos meses após este Congresso, ao fazer um balanço dos debates, ele mostra como uma questão aparentemente pontual, contida em um parágrafo que definia as condições básicas para que alguém fosse considerado membro do Partido, na verdade expressava uma luta política de extrema importância. O que estava em jogo era a luta intransigente pela teoria marxista contra todas as tendências burguesas dentro do movimento operário.

Diante dessas tendências – cujas forças derivam da própria posição da burguesia como classe dominante – o espontaneísmo significava para Lenin o caminho da rendição. Ele contrapunha a esse caminho um método, e a base deste método – o centralismo democrático – era o reconhecimento do caráter consciente da revolução socialista. Em outras palavras, tratava-se de transformar a consciência do processo histórico real, sem a qual não pode haver luta revolucionária consequente, em força política independente e com influência de massas. Tratava-se da construção de um verdadeiro partido revolucionário de massas.

Este livro pode ser adquirido na Livraria Marxista, diretamente na Rua Tabatinguera 318, São Paulo (próximo da Praça da Sé), ou através do site www.livrariamarxista.com.br.

Oferecemos preços especiais para a compra de lotes com mais de 20 exemplares.

www.marxist.com